

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Larissa Gonçalves Venâncio

**ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO (MG): O afeto como processo
museológico entre comunidade, patrimônio e território**

Belo Horizonte

2022

Larissa Gonçalves Venâncio

**ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO (MG): O afeto como processo
museológico entre comunidade, patrimônio e território**

Versão final

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lia Sipaúba Proença Brusadin

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

V448e

Venâncio, Larissa Gonçalves.

Ecomuseu na Serra de Ouro Preto (MG) [manuscrito] : o afeto como processo museológico entre comunidade, patrimônio e território / Larissa Gonçalves Venâncio. - 2022.

133 p. : il.

Orientadora: Leandro Benedini Brusadin.

Coorientador: Lia Sipaúba Proença Brusadin.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio Cultural - Preservação - Teses. 2. Comunidade - Teses. 3. Museu - Teses. 4. Ouro Preto (MG) - Teses. I. Brusadin, Leandro Benedini. II. Brusadin, Lia Sipaúba Proença III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

CDD 727.6



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG): O afeto como processo museológico entre comunidade, patrimônio e território"

LARISSA GONÇALVES VENÂNCIO

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **dezenove de dezembro de dois mil e vinte e dois**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Mariana Petry Cabral

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG

Profa. Dra. Yára Mattos

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin - Orientador

PPG-ACPS/UFMG

Profa. Dra. Lia Sipaúba Proença Brusadin - Coorientadora

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Benedini Brusadin, Usuário Externo**, em 19/12/2022, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lia Sipaúba Proença Brusadin, Usuário Externo**, em 19/12/2022, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yára Mattos, Usuária Externa**, em 23/03/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Petry Cabral, Professora do Magistério Superior**, em 24/03/2023, às 07:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1971573** eo código CRC **91289B7F**.

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Lúcia Gonçalves (*in memoriam*).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Dr. Leandro Benedini Brusadin e Dra. Lia Sipaúba Proença Brusadin, pela orientação admirável e acolhedora, por todos os conhecimentos compartilhados e parcerias que levarei para vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável e aos professores, funcionários e colegas pelo diálogo acadêmico enriquecedor.

À Universidade Federal de Minas Gerais pelo ensino público, gratuito de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela viabilização dessa pesquisa através do apoio financeiro.

Às professoras que fizeram parte da banca de qualificação e de defesa, cujas contribuições foram fundamentais para essa pesquisa acadêmica

À professora e Museóloga Dra. Yara Mattos por compartilhar suas experiências ecomuseológicas e pelas colaborações durante a realização da pesquisa.

Ao Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e as comunidades dos Morros da Queimada e São Sebastião pelas trocas, afetos e hospitalidade sempre presentes em nossos encontros.

À minha mãe, Maria Lúcia Gonçalves (*in memóriam*), obrigada pelo amor incondicional e por sempre ter me incentivado a seguir meus sonhos.

Aos meus familiares pelo amor e acolhimento mesmo à distância, agradeço especialmente à minha avó Itaci, meus irmãos Bruno e Luiz, meus sobrinhos Johann e Bruna e meus pais do coração João Batista e Mônica.

Ao Gabriel pela elaboração do Mapa de localização da área de estudo, afeto e apoio nessa caminhada.

Obrigada à todas e todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho, pelas vivências e atravessamentos acadêmicos e afetivos que perpassam a presente dissertação.

Estar no mundo, para nós, mulheres e homens, significa estar com ele e com os outros, agindo, falando, pesando, refletindo, meditando, buscando, *inteligindo*, comunicando o *inteligido*, sonhando e refletindo-se sempre a um amanhã, comparando, valorando, decidindo, transgredindo princípios, encarando-os, rompendo, optando, crendo ou fechados às crenças. O que não é possível é estar no mundo, com o mundo e os outros, indiferentes a uma certa compreensão de porque fazemos o que fazemos, de a favor de que e de quem fazemos, de contra que e contra quem fazemos o que fazemos. O que não é possível é estar no mundo, com o mundo e com os outros, sem estar tocados por uma certa compreensão de nossa própria presença no mundo. Vale dizer, sem uma certa inteligência da História e de nosso papel nela (FREIRE, 2000, p. 125).

RESUMO

O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG) se reconhece como uma organização comunitária, estabelecida pelo viés da nova museologia e auto gestado pelos sujeitos e atores presentes no território, atuando na preservação dos saberes e fazeres. Este trabalho busca refletir sobre como as práticas do Ecomuseu da Serra têm o potencial de preservar o patrimônio cultural por meio das relações sociais cotidianas e de afeto estabelecidas entre a comunidade. Assim, o nosso objetivo foi analisar o processo museológico do Ecomuseu pelo viés das relações de afeto dentre a comunidade, o patrimônio e o território. A metodologia do trabalho consiste na revisão bibliográfica dos conceitos de patrimônio cultural, ecomuseus e hospitalidade vinculados aos estudos decoloniais. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental a nível local, nos arquivos do Ecomuseu, LAPACOM e IPHAN acerca dos processos de implantação do museu. Associando a isso, adota-se também a metodologia da pesquisa participante, com o propósito de compreender as relações afetivas que se dão na prática cotidiana da comunidade com o ecomuseu. Desse modo, visamos o diálogo interdisciplinar em torno das ações do Ecomuseu da Serra, com o propósito de compreender as diversas relações entre território, patrimônio e comunidade, a partir das perspectivas dos sujeitos envolvidos/as. Portanto, podemos constatar também o afeto como processo museológico do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto na preservação cotidiana de seus saberes e fazeres tradicionais, da paisagem local e dos diversos patrimônios culturais presentes no território, resultando em uma relação orgânica entre comunidade, território e patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio. Território. Comunidade. Afetos. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG)

ABSTRACT

The Ecomuseum of Serra de Ouro Preto (MG) recognizes itself as a community organization, established by the bias of the new museology and self-managed by the subjects and actors present in the territory, acting in the preservation of knowledge and practices. This work seeks to reflect on how the practices of Ecomuseum da Serra have the potential to preserve cultural heritage through everyday social relationships and affection established within the community. Thus, our objective was to analyze the museological process of the Ecomuseum through the bias of the relationships of affection between the community, the heritage and the territory. The methodology of the work consists of a bibliographic review of the concepts of cultural heritage, ecomuseums and hospitality linked to decolonial studies. In addition, a documentary research was carried out at the local level, in the the Ecomuseum, LAPACOM and IPHAN's archives about the processes of the museum's implantation. Associated with this, the methodology of participant research is also adopted, with the purpose of understanding the affective relationships that occur in the daily practice of the community with the ecomuseum. Thus, we aim at an interdisciplinary dialogue around the actions of the Ecomuseum da Serra, with the purpose of understanding the various relationships between territory, heritage and community, departing from the perspectives of the subjects involved. We can also verify the affection as a museological process of the Ecomuseum of Serra de Ouro Preto in the daily preservation of its traditional knowledge and practices, the local landscape and the various cultural heritage present in the territory, resulting in an organic relationship between community, territory and heritage.

Keywords: Heritage. Territory. Community. Affections. Ecomuseum of Serra de Ouro Preto (MG).

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Localização da Área de estudo

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Quadro 2 – Roteiros da entrevista com liderança comunitária e especialista da área

Quadro 3 – Amarração teórica entrevista com lideranças comunitárias

Quadro 4 – Amarração teórica entrevista com especialista da área

Figura 1 – Vista parcial da cidade de Ouro Preto

Figura 2 – Vista frontal da Capela de São Sebastião em Ouro Preto

Figura 3 – Caminho tronco

Figura 4 – Vista parcial do Morro da Queimada em Ouro Preto

Figura 5 – Vista parcial do Morro da Queimada em Ouro Preto

Figura 6 – Ruína Arqueológica Moinho de Vento no Morro da Queimada

Mapa 2 – Ocupação na Serra de Ouro Preto em 2003

Figura 7 – Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada

Mapa 3 – Localização Ecomuseu da Serra de Ouro Preto

Figura 8 – Oficina realizada com os moradores pelo LAPACOM

Gráfico 1 – Relação área de inserção museológica e ações de estágios

Gráfico 2 – Relação de números de alunos por ações de estágio

Figura 9 – Vitrine expositiva módulo das origens

Figura 10 – Maquete técnicas de mineração

Figura 11 – São Benedito de Palermo

Figura 12 – Reprodução do poema “Os Lusíadas” de Luís Vaz de Camões

Figura 13 – Vitrine expositiva com artefatos arqueológicos Andinos

Figura 14 – Vitrine expositiva de arte sacra

Figura 15 – Saída da Missa na Capela de São Sebastião

Figura 16 – Feira de Artesanatos do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto

Figura 17 – Roda de conversa com Yara Matos: Café com Prosa-Independências e ecomuseus programação primavera de museus

Figura 18 – Oficina Bordando flor com amor: bordado na chita com artesã Ana Paula Costa

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREMC Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários

ACAMOSS Associação Comunitária do Morro São Sebastião

APM Arquivo Público Mineiro

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FAMOP Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto

GEPSA Grupo de Estudos e Pesquisa Socioambientais

ICOM Conselho Internacional de Museus

ICOMOS Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAPACOM Laboratório de Pesquisa em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária

LOC Licença de Operação Corretiva

MG Minas Gerais

Minc Ministério da Cultura

PMAMQ Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada

PMOP Prefeitura Municipal de Ouro Preto

PNMA Parque Natural Municipal das Andorinhas

PPG ACPS Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEI Sistema Eletrônico de Informações

TAC Termo de Ajuste de Conduta

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CAPÍTULO I – ECOMUSEU: território, comunidade e patrimônio	29
1.1. Aspectos históricos do território de Ouro Preto	29
1.2. Experiências comunitárias e institucionais: o caso do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.....	35
1.2.1. Ações transdisciplinares entre Ecomuseu e Universidade	45
1.3. Novos patrimônios e novos museus.....	48
2. CAPÍTULO II – A história única das narrativas coloniais nos museus de Ouro Preto (MG)	57
2.1. Muitas versões de uma história única	57
2.2. Outras narrativas	69
3. CAPÍTULO III – Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG): entre afetos, hospitalidade e decolonialidade	77
3.1. Nova museologia e decolonidade.....	77
3.2. A dádiva dos afetos no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG)	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	96
ANEXOS	127

INTRODUÇÃO

Para Conceição Evaristo (2016), a escrita é constantemente contaminada pela nossa vivência, no caso da autora, a sua escrevivência é refletida por sua condição de mulher negra na sociedade brasileira, reproduzindo no ato de escrever histórias, sua própria história de vida e experiências pessoais. Como mulher branca, utilizo do pensamento de Evaristo (2016) sobre a escrevivência, como forma de assumir os atravessamentos pessoais e afetivos que perpassam a presente pesquisa. Dessa forma, a sequência narrativa da dissertação se confunde com a minha própria vivência, como pessoa participante nas ações do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, tendo em vista o afeto como processo museológico entre comunidade, patrimônio e território.

Portanto, estas histórias não são totalmente minhas, mas quase me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con) fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (EVARISTO, 2016, p. 7).

Em diálogo com Freire (2000), para se estar no mundo, é necessária uma compreensão de nossa própria história, pois só assim podemos compreender as escolhas e convicções individuais e coletivas que nos influencia em nossas ações e posicionamentos. Segundo o autor, não é possível estar no mundo indiferente da compreensão de quem somos e no que e para quem atuamos. Diante disso, evidenciamos as escolhas teóricas e metodológicas adotadas nesse trabalho, dos pressupostos da nova museologia e da museologia comunitária, que concebe a importância da participação comunitária em processos museológicos e patrimoniais. Bem como os princípios da pesquisa participante, onde há um envolvimento orgânico da comunidade no processo de pesquisa, como veremos mais adiante.

O hábito de colecionar e atribuir afeto aos objetos é observado desde a antiguidade e tornou-se uma prática cultural a partir dos fenômenos de gabinetes de curiosidades no século XVI. Mas, somente no século XVIII, articulado a ideia de estado-nação vivenciada na Europa, que começa a haver uma sistematização efetiva da ideia de museu e preservação de bens culturais. A origem dos museus tem,

portanto, uma forte ligação com o nacionalismo e colonialismo (PRIMO, 2013). A institucionalização da memória como um ato político marcou a época que carecia de uma identidade cultural nacional (HALL, 2006) para a manutenção do estado-nação moderno e tal fenômeno foi reproduzido no Brasil e, conseqüentemente, na América Latina.

A museologia, como ciência, atua entre teoria e prática na relação indivíduo e objeto, por meio da musealização de objetos que passam a ter novos significados atribuídos na relação museal. Como apontado por Cury (2020, p. 134): “Musealizamos porque os objetos possuem a sua musealidade, qualidade histórica, antropológica, sociológica, técnica, artística, econômica etc.”, isto posto, a musealidade atribuída aos objetos em um contexto museal ocorre por diferentes critérios de escolha determinado por interesses políticos e culturais daqueles que o selecionam.

Ao fomentar a discussão sobre o papel dos museus latino-americanos, a Mesa Redonda de Santiago do Chile (UNESCO,1972a), entende-se a partir desse encontro o conceito de museu integral, em que patrimônio, território e comunidade estão intrinsecamente interligados. A mesa Redonda do Chile dialoga com o pensamento decolonial proposto por autores como Aníbal Quijano (2005), Walter Dignolo (2014) e Boaventura de Souza Santos (2010, entre outros, por se tratar de uma proposta que vai além do conceito tradicional de museu, muito ligado ao colonialismo europeu, como explicitaremos melhor nos próximos capítulos. Segundo Luciana Ballestrin, em “América Latina e o giro decolonial”, a reflexão sobre o decolonial teria o significado como um “(...) movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade.” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). O pensamento decolonial ao buscar romper com a lógica moderna capitalista e eurocentrada propõe uma visão mais pluralista do saber, levando em consideração as diferentes realidades do sul global¹.

Considerando ainda o contexto de violações e silenciamentos vivenciados pelos países latino-americanos em suas histórias, primeiramente em relação aos

¹ A perspectiva de sul global é aqui adotada em referência aos estudos decoloniais que será ainda melhor abordada. O sul global se refere aos países em desenvolvimento e que têm em comum a história do colonialismo em seus passados.

povos originários durante o período da colonização, e em relação às ditaduras militares vivenciados na maioria desses países (COLOMBATO; MÉDICE, 2017), este estudo se propõe a relacionar a dialógica abordada na nova museologia e as discussões atuais sobre patrimônio cultural e estudos decoloniais. A intenção é elucidar práticas museológicas comunitárias que fogem da concepção hegemônica de patrimônio cultural (CANCLINI, 1999) diante das questões do afeto que podem entrelaçar comunidades, patrimônios e seus territórios.

A nova museologia e os ecomuseus na América Latina, se relacionam com os estudos decoloniais, no que tange às práticas museológicas e patrimoniais pautadas na ação comunitária participativa. Conforme Brulon, ao entender os museus como instituições orgânicas ligadas à sociedade e que muitas vezes se materializam, através da musealização, pautados “nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado” (2020, p. 4). Para Ribeiro (2020), há a necessidade de adotar práticas museológicas decoloniais, a partir da desobediência epistêmica, e que rompa com a lógica do colonialismo ocidental que também está muito presente nos museus.

A questão da participação popular nos processos museológicos e patrimoniais se relaciona com a discussão da Nova Museologia, proposta na Mesa Redonda em Santiago do Chile em 1972, em que se pensar o papel social dos museus como instrumento para o desenvolvimento local de suas comunidades vai de encontro às atuações de Ecomuseus e Museus Comunitários. Cinquenta anos após a Mesa Redonda de Santiago, e um notável crescimento de processos museológicos comunitários no Brasil e na América Latina, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) se propôs a discutir uma nova definição de museus. À procura de uma noção de museus mais plural e diversificada, o processo colaborativo contou com etapas consultivas aos comitês compostos por trabalhadores e pesquisadores na área de museus de diferentes partes do mundo nos últimos dois anos. Após tais etapas, foi aprovada na 26ª Conferência Geral em agosto de 2022 que aconteceu em Praga, capital da República Tcheca, a seguinte definição:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética,

profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2022).

De acordo com Primo (2013), ao longo do século XX foi-se construindo a ideia do museu contemporâneo, se desvinculando da ideia anterior, ligada ao Estado-Nação e ao colonialismo, para os novos museus. Tendo como referência às discussões do final daquele século, as noções sobre patrimônio e museus assumem um papel de protagonismo social em relação ao desenvolvimento local; esses novos movimentos buscam a ampliação das discussões patrimoniais para uma efetiva participação popular nos processos socioculturais.

A presente pesquisa busca, portanto, entender os ecomuseus e museus comunitários, por intermédio do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e suas relações de afeto entre comunidade, patrimônio e território. O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto se reconhece como uma organização comunitária, estabelecida pelo viés da nova museologia e autogestado pelos sujeitos e atores presentes no território, atuando na preservação dos saberes e fazeres presentes na comunidade, patrimônio cultural e paisagem local. Esta investigação está vinculada à linha de pesquisa Memória e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O trabalho caminha dentro do campo interdisciplinar ao se relacionar com as temáticas do patrimônio cultural, museologia, arquitetura e demais áreas das ciências humanas e sociais.

Dos percursos acadêmicos que permeiam a presente pesquisa, destacamos a formação interdisciplinar e experiência em projetos de pesquisa e extensão na graduação em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde houve o contato inicial com o Ecomuseu da Serra e o Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (MMAMQ), através de diversas disciplinas do curso, ministradas principalmente pelas professoras Dra. Yara Mattos e Dra. Márcia Arcuri que integram o Laboratório de Pesquisa em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM).

Já no mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG, salientamos a formação transversal apoiada pela área interdisciplinar com

enfoque nas disciplinas de patrimônio. As discussões teóricas em torno das disciplinas: Fundamentos Conceituais da Conservação de Bens Culturais; Poder Simbólico e Imaginário Social no Patrimônio e Turismo; Arquitetura Vernácula e Interdisciplinaridade; Paisagem e Memória, se refletem diretamente na presente pesquisa, através das diversas bibliografias aprofundadas nessas e em demais disciplinas.

Durante o mestrado, houve também a produção de artigos fruto das reflexões das disciplinas cursadas e o andamento da própria pesquisa, sendo um deles sobre a temática da arquitetura vernácula² e outro sobre preservação do patrimônio cultural e sustentabilidade³, além do capítulo no *ebook* Memória e Patrimônio⁴, ambas publicações vinculadas à pesquisa. Ressaltamos, também, a participação como estagiária docente das disciplinas de Hospitalidade e Monografia I, ambas ministradas pelo orientador Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin, no Departamento de Turismo da UFOP e do PPG ACPS – UFMG.

O trabalho tem como objetivo geral analisar o processo museológico do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto por meio das relações de afeto dentre a comunidade, o patrimônio e o território. E como objetivos específicos: 1) investigar teoricamente as conexões entre patrimônio cultural, hospitalidade e museus comunitários a partir da temática dos ecomuseus; 2) abordar sobre o histórico e atuação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG), a partir das perspectivas dos atores(as) envolvidos(as) no processo museológico, inclusive a universidade; 3) compreender as relações de hospitalidade no Ecomuseu da Serra (MG) com o território, patrimônio e comunidade.

A pesquisa de mestrado tem como recorte espacial o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto no perímetro dos bairros Morro São Sebastião e Morro da Queimada,

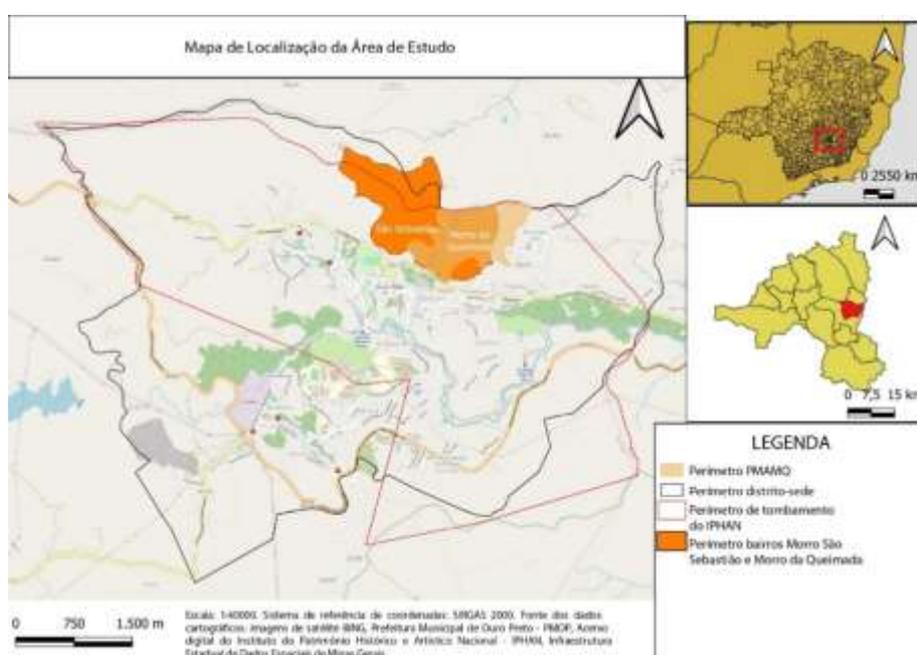
² VENÂNCIO, L. G.; VIANA, L. C. A.; BRUSADIN, L. B. Parque Arqueológico do Morro da Queimada e o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG): relações entre arquitetura vernácula, arqueologia e hospitalidade. In: Seminário Arquitetura Vernácula/Popular, 2021, Salvador (BA). 2021. p. 1-18.

³ VENÂNCIO, L. G.; BRUSADIN, L. B.; BRUSADIN, L. S. P. O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG): preservação do patrimônio cultural e sustentabilidade. In: 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 2021, Belo Horizonte (MG). IEDS, 2021. p. 1-13.

⁴ VENÂNCIO, L. G.; BRUSADIN, L. B.; BRUSADIN, L. S. P. Museus, Patrimônio e Hospitalidade: conceitos interdisciplinares. Memória e Patrimônio. No prelo.

como elucidado no Mapa 1. Importante destacarmos a presença de alguns espaços presentes na vivência do ecomuseu, do ponto de vista de nosso recorte territorial, sendo esses: 1) Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (MMAMQ), que em seu perímetro contorna e abrange o território do estudo de caso; 2) a capela de São Sebastião, tombada a nível federal, na categoria Bens Imóveis no ano 1939 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); 3) Bar da Nida, localizado no Morro São Sebastião, como um dos principais lugares de festividade, oficinas e reuniões da comunidade.

Mapa 1 – Localização da Área de estudo



Fonte: Gabriel Senna, 2022.

A proposta metodológica busca, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica acerca das temáticas dos ecomuseus, nova museologia, patrimônio, decolonial e demais reflexões interdisciplinares que integram esse referencial teórico. Compõem o estado da arte da presente pesquisa autores como: Arcuri e Costa (2020); Ballestrin (2013); Brulon (2020); Brusadin (2015); Bueno (2019); Canclini (1999); Colombato e Médici (2017); Lugo (2001); Mattos (2010); Mattos e Varine (2019); Núñez (2013); Santos (2017); Scheiner (2012); Primo (2014); Priosti, 2010, Varine (2020), entre outros.

Vale ressaltar também a pesquisa documental sobre o histórico e os processos de implantação do Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (MMAMQ) e do Ecomuseu da Serra. Os registros de órgãos presentes na cidade de Ouro Preto/MG são diversos, como o IPHAN e o Arquivo Público Mineiro (APM), que possui acervo fotográfico de Vila Rica no século XIX. Também o arquivo do Ecomuseu da Serra, que fica localizado no Laboratório de Pesquisa em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM), vinculado ao departamento de museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Dessa forma, a metodologia consistiu, em sua primeira fase, na pesquisa bibliográfica e documental pesquisa relacionada a temática interdisciplinar apontada e o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG.

Com intuito de explorar a relação entre ecomuseu e universidade, foram consultados os relatórios de estágio realizados por alunos de Departamento de Museologia no Ecomuseu da Serra, sob orientação da professora Dra. Yara Mattos. Para tal, foram consultados os arquivos do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, que se encontram no LAPACOM, como mencionado. Durante a execução do trabalho, também foram analisados alguns exemplos elucidativos de museus em Ouro Preto, sendo esses o Museu da Inconfidência e Museu Bolieu, com o propósito de refletir sobre práticas museais presentes na cidade e como o discurso colonial ainda se faz presente nessas instituições.

De forma concomitante à pesquisa bibliográfica e documental, e com o propósito de compreender as relações afetivas que se dão na prática cotidiana da comunidade com o ecomuseu, adota-se a metodologia da pesquisa participante ao entender que a investigação é produzida conjuntamente por pesquisador e comunidade. Como discutido por Brandão, a pesquisa participante não assume neutralidade e nem objetividade, pois parte do pressuposto da contribuição da ciência na procura coletiva de conhecimentos, para políticas emancipatórias e de justiça social (2006).

A pesquisa participante não cria, mas responde a desafios e incorporar-se em programas que colocam em prática novas alternativas de métodos ativos em educação e, de maneira especial, de educação de jovens e adultos; de dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de organização e desenvolvimento; de formação, participação e

mobilização de grupos humanos e classes sociais antes postas à margem de projetos de desenvolvimento socioeconômico, ou recolonizadas ao longo de seus processos (BRANDÃO, 2006, p. 5).

Gajardo (1986) reconhece que a pesquisa participante na América Latina não surge com uma única definição, diferentemente de outros continentes. Entretanto, o cenário latino-americano estabelece diversas práticas e pensamentos que conduzem a democratização da pesquisa à participação popular, a autora destaca três diferentes enfoques, sendo eles: a pesquisa ativa, a pesquisa-ação e a pesquisa participante. Segundo Gajardo (1986), a pesquisa participante decorre da pesquisa temática, metodologia adotada por Paulo Freire no Brasil nos anos 1960, e de diversos outros trabalhos pedagógicos de alfabetização e educação popular.

Nesse contexto, a pesquisa participante na América Latina adquire um papel de mobilização social a um sistema estatal negligente, assumindo, através da educação popular e da participação, ações de trabalhadores sociais e pesquisadores, juntamente com a comunidade, como formas alternativas de produção de conhecimento, e que sejam instrumento para autonomia e qualidade de vida das comunidades envolvidas (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Para a realização da pesquisa participante, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos como: 1) o mapeamento das ações do ecomuseu no território, a partir de visitas de campo, registro fotográfico, e a participação nessas ações do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto/MG juntamente com a comunidade; e posteriormente, 2) entrevistas semiestruturadas com as lideranças comunitárias e especialista da área envolvidos na dinâmica do ecomuseu (Quadro 1).

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Entrevistado	Roteiro de entrevista	Data
Entrevistado 1	Roteiro de entrevista (Liderança comunitária)	08 de outubro de 2022
Entrevistado 2	Roteiro de entrevista (Liderança comunitária)	08 de outubro de 2022
Entrevistado 3	Roteiro de entrevista (Especialista da área)	08 de outubro de 2022

Entrevistado 4	Roteiro de entrevista (Liderança comunitária)	13 de novembro 2022
----------------	---	---------------------

Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

As entrevistas semiestruturadas e visitas de campo têm o propósito de levantamento das experiências vivenciadas pela comunidade com o território e patrimônio, ambos os procedimentos apresentados foram assim adotados como ferramentas para metodologia da pesquisa participante no recorte territorial dos bairros Morro São Sebastião e Morro da Queimada. Como há duas categorias de pessoas entrevistadas, liderança comunitária e especialista da área, foram elaborados dois roteiros distintos para cada categoria que abarque a participação desses atores no território (Quadro 2).

Quadro 2 - Roteiros da entrevista com Liderança Comunitária e Especialista da área

Nº	Perguntas Roteiro (Liderança Comunitária)	Perguntas Roteiro (Especialista da área)
1	Me conte um pouco sobre você e o bairro onde você mora?	Me conte um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e profissional, especialmente em relação a questão da educação, museologia comunitária e ecomuseus?
2	Como você apresentaria o seu bairro para alguém que não o conhecesse, destacando lugares que têm relevância afetiva para você?	Atualmente, há muitos profissionais e pesquisadores contribuindo para processos museológicos comunitários, juntamente com as populações em diferentes contextos. A senhora já comentou algumas vezes que faz a opção teórica e prática de adotar o termo Nova Museologia, poderia me explicar melhor sobre essa escolha epistemológica?
3	O que considera como patrimônio no seu bairro? Você estabelece relações cotidianas e de afeto nesses lugares? Se sim, me conte exemplos?	Poderia me contar um pouco sobre como se iniciou a sua atuação no território do Morro da Queimada, e posteriormente no Morro São Sebastião, e como foi o processo de mobilização comunitária para a co-concepção e co-criação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto?
4	Para líderes comunitários do São Sebastião: Me conte um pouco sobre a sua atuação e história do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto? Para líderes comunitários do Morro da Queimada: Você conhece a atuação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto? Se sim, me conte um pouco sobre as ações que vivenciou?	No momento atual, a senhora comentou algumas vezes que atua mais como uma mediadora para questões específicas do Ecomuseu, poderia nos falar sobre essa experiência? Poderia também falar um pouco sobre a parceria LAPACOM/UFOP e Ecomuseu?
5	Para você, o que seria um Ecomuseu? Você considera que há diferenças entre a	Ao seu ver, quais são as principais festividades religiosas, os saberes e fazeres, e outras demais

	iniciativa do Ecomuseu da Serra com demais museus e patrimônios na cidade de Ouro Preto? Se sim, quais?	formas de se vivenciar o patrimônio no cotidiano da comunidade do Ecomuseu da Serra?
6	No seu bairro e/ou na região da Serra, tem alguma festividade tradicional?	Acredita que o Ecomuseu da Serra estabelece relações de afeto e hospitalidade com os diferentes atores envolvidos em sua dinâmica? Como se dá as práticas de inclusão do atores desse processo nesse caso?
7	No seu bairro, há grupos ou pessoas que desenvolvem atividades ligadas aos saberes e fazeres tradicionais populares? (Modos de fazer ligados à artesanatos, culinária, ofícios e etc).	Visto que a senhora integra o Sistema de Museus de Ouro Preto, comente um pouco sobre o Ecomuseu da Serra em relação aos demais museus na cidade de Ouro Preto? Em sua opinião, quais as principais particularidades entre os museus comunitários e museus tradicionais?
8	Possui alguma relação com os bairros vizinhos? Caso sim, me conte um pouco?	Poderia me contar um pouco sobre a sua atuação como vice-presidente na Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários – ABREMC? Explicando um pouco sobre a missão e objetivos da associação?
9	Para você, qual a relação entre o seu bairro e a cidade de Ouro Preto?	Na perspectiva do patrimônio qual tipo de relação é estabelecida no ecomuseu com a comunidade que não é da mesma forma no patrimônio do centro histórico? Que tipos de hostilidades e formas de exclusão existem no patrimônio e museus do centro de OP que os museus comunitários tentam reconstituir a partir da própria visão da comunidade?
10	Em seu bairro, quais são as principais mobilizações, demandas e questões de luta dos moradores?	Você gostaria de acrescentar algum comentário a nossa entrevista? Algo que não perguntei, mas que você queira falar?
11	Para você, o projeto de implantação do Parque/Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, trará mudanças ao seu bairro? Se sim, quais?	
12	Qual sua opinião sobre o projeto de obra da estrada que liga o distrito de Antônio Pereira aos bairros São Sebastião e São João, popularmente conhecida como “estrada da purificação”? Você acredita que tal estrada trará impactos positivos e/ou negativos a comunidade, patrimônio e território?	
13	Você gostaria de acrescentar algum comentário a nossa entrevista? Algo que não perguntei, mas que você queira falar?	

Elaboradas a partir do referencial teórico que integra a pesquisa, as categorias foram definidas pelas principais dimensões abordados no trabalho (Quadros 3 e 4). Utilizando como base a Matriz de Amarração como proposto por Mazzon (1981), relacionando os roteiros, entrevistas com objetivos, categorias, perguntas e referencial teórico empregados durante a pesquisa. Os resultados obtidos pela pesquisa participante, através das entrevistas, foram inseridos e discutidos ao longo dos próximos capítulos com uma formatação específica em citações diretas em itálico, dialogando com o referencial teórico ao longo do trabalho.

As entrevistas, juntamente com a metodologia da pesquisa participante, foram utilizadas enquanto suportes de pesquisa, com intuito de expor as múltiplas vocalidades presentes no Ecomuseu da Serra. Compreendendo também, o próprio conceito de ecomuseu que se articula a partir de ações da comunidade em seu processo de coconstrução e cogestão. Os depoimentos das lideranças comunitárias, acompanhados da fundamentação teórica, documentação e fontes oficiais, integram as diferentes narrativas presentes no ecomuseu. A dissertação se fundamenta, portanto, nos relatos dessas entrevistas de lideranças comunitárias dos bairros São Sebastião e Morro da Queimada. Vinculada à ideia de patrimônio afetivo e da participação popular nos processos museológicos, buscamos trazer fragmentos dessas entrevistas ao longo dos capítulos, como forma de dar visibilidade as narrativas afetivas da comunidade, que, por vezes, é silenciada e estigmatizada pelos discursos oficiais que tangem museus e patrimônios ou em produções acadêmicas.

Quadro 3 – Amarração teórica entrevista com lideranças comunitárias

Objetivo Geral	Objetivos específicos	Origem dos dados	Categoria	Perguntas	Referencial teórico
Analisar o processo museológico do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto por meio das relações de afeto dentro a comunidade, o patrimônio e o território	1	Entrevista, compilações, depoimentos orais e escritos	Patrimônio, Comunidade, Território, Afetos	1, 2 e 3	(LUGO, 2002), (CANCLINI, 1999), (PRIMO, 2013), (COLOMBATO; MÉDICI, 2017), (NÚÑEZ, 2013), (OLENDER, 2017).
	2		Ecomuseu e museus comunitários	4 e 5	(MATTOS; VARINE, 2019), (VARINE, 2020), (PRIOSTI, 2010), (LUGO, 2001), (SCHEINER, 2012).
	2		Patrimônio, Comunidade e Território	6 e 7	(LUGO, 2002), (CANCLINI, 1999), (PRIMO, 2013), (COLOMBATO; MÉDICI, 2017), (NÚÑEZ, 2013).
	3		Hospitalidade e afetos	8 e 9	(OLENDER, 2017), (MAUSS, 2017), (BRUSADIN; PANOSSO NETTO, 2017), (GODOY, 2017), (COSTA; MOESCH, 2017).
	3		Patrimônio, Comunidade, Território	10, 11 e 12	(LUGO, 2002), (CANCLINI, 1999), (PRIMO, 2013), (COLOMBATO; MÉDICI, 2017), (NÚÑEZ, 2013).

Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

Quadro 4 – Amarração teórica entrevista com especialista da área

Objetivo Geral	Objetivos específicos	Origem dos dados	Categoria	Perguntas	Referencial teórico
Analisar o processo museológico do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto por meio das relações de afeto dentre a comunidade, o patrimônio e o território	2	Entrevista, compilações, depoimentos orais e escritos	Nova Museologia e Ecomuseus	1 e 2	(BRULON, 2020), (SCHEINER, 2012), (MATTOS; VARINE, 2019), (WICHERS, 2020), (CURY, 2020).
	1		Ecomuseu, Patrimônio, Comunidade e Território	3 e 4	(LUGO, 2002), (CANCLINI, 1999), (PRIMO, 2013), (COLOMBATO; MÉDICI, 2017), (NÚÑEZ, 2013).
	3		Patrimônio, Afeto e Hospitalidade	5 e 6	(OLENDER, 2017), (MAUSS, 2017), (BRUSADIN; PANOSSO NETTO, 2017), (GODOY, 2017), (COSTA; MOESCH, 2017).
	2		Nova Museologia e Ecomuseus	7 e 8	BRULON, 2020), (SCHEINER, 2012), (MATTOS; VARINE, 2019), (WICHERS, 2020), (CURY, 2020).
	1		Patrimônio, Comunidade, Território	9 e 10	(BRUSADIN, 2015), (CANCLINI, 1999), (PRIMO, 2013).

Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

O trabalho pretende, através da pesquisa participante, entender a indissociabilidade entre território, patrimônio e comunidade presente na relação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Tem-se o propósito de compreender as relações e dinâmicas do território englobado pelos bairros São Sebastião e Morro da Queimada com a implantação do ecomuseu.

No primeiro capítulo, iremos explorar sobre o território, a comunidade e patrimônio que atravessam esta pesquisa, perpassando aspectos históricos e dinâmicas atuais do território. Adiante, abordaremos sobre as relações comunitárias e institucionais que permeiam o ecomuseu. E, por último, apresentaremos uma amarração teórica sobre patrimônios e museus comunitários sob a perspectiva da participação popular nesses processos, tendo em vista as ações do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

No segundo capítulo, trataremos das narrativas coloniais que contornam o contexto de museus e patrimônios em Ouro Preto/MG. Refletindo, portanto, o quanto a história apenas do ponto de vista da colonialidade pode ser excludente, e como outras ações presentes na cidade, como o Ecomuseu da Serra, se apropriam e preservam o patrimônio cultural através de relações cotidianas e de afeto.

Já no capítulo três, tratamos sobre as relações de afeto, hospitalidade e decolonialidade que permeiam o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Em um primeiro momento, tratando sobre a compatibilidade do pensamento decolonial e os pressupostos teóricos e práticos da nova museologia. E, posteriormente, discorreremos sobre a dádiva dos afetos e os vínculos de acolhimento e hospitalidade na vivência do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

1. CAPÍTULO I – ECOMUSEU: TERRITÓRIO, COMUNIDADE E PATRIMÔNIO

É o eco, o ressoar de uma comunidade, ou seja, valoriza os saberes e fazeres da mesma, através de trabalhos e parcerias com coletivos e associações (Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, 2022).

Ao perpassar pelo histórico de um território repleto de patrimônios, sejam esses vestígios arqueológicos, capelas históricas, paisagens ou saberes e fazeres que ressoam de uma comunidade, neste primeiro capítulo, abordarmos sobre tríade território, comunidade e patrimônio e como esses aspectos se relacionam no contexto do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

Introduzimos nosso capítulo com algumas considerações históricas que envolvem o território da pesquisa. Em seguida, tratamos sobre as relações comunitárias e institucionais presentes na dinâmica do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, destacando as ações transdisciplinares entre comunidade e universidade. E, por último, apresentamos uma discussão teórica sobre patrimônios, museus comunitários, sob o viés da participação popular nesses processos.

1.1. Aspectos históricos do território de Ouro Preto

A contextualização do histórico de Ouro Preto aqui analisada se relaciona ao território da Serra de Ouro Preto, em um primeiro momento com o período de mineração colonial e com o processo de formação urbana (séculos XVIII-XIX) e, em um segundo momento histórico, o da patrimonialização da cidade pelos órgãos preservacionistas (século XX).

A Capitania de Minas Gerais (MG) tem, desde o final do século XVII, a sua origem histórica relacionada à extração mineral, com a mineração de ouro durante o período colonial que subsistiu até fins do século XVIII. A questão da minério-dependência está intrinsecamente interligada com a história do estado de MG, situação que perdura até os dias atuais, revelando um extrativismo predatório que resultou nos crimes ambientais de Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019 (COELHO, 2012).

O território da cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, em Minas Gerais (Figura 1), foi uma das principais fontes da extração mineral durante o período colonial no século XVIII. A Ouro Preto foi tombada em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (IPHAN) – na época, denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – e reconhecida em 1980 como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO). Tais políticas patrimoniais resultam da importância histórica da cidade, devido seu patrimônio cultural e a manifestação singular do barroco durante o século XVIII e em meadas à exploração aurífera.

Figura 1 – Vista parcial da cidade de Ouro Preto



Fonte: Arquivo Público Mineiro, sem autoria, data provável entre 1880 e 1920.

Segundo Oliveira e Campos (2010), a manifestação do barroco mineiro surgiu nas primeiras capelas dos arraiais mineradores e evoluiu para as igrejas matrizes e todo tecido urbano colonial (Figura 2). O barroco, que teve início na Europa do século XVI, tem como característica a dualidade e tentativa de conciliar forças antagônicas, e a utilização de recursos de luz e sombra para enfatizar a dramaticidade. Em Minas Gerais, o barroco é marcado pela sua peculiaridade em adaptar diferentes materiais, como madeira e pedra sabão, às técnicas como a cantaria, talha, pintura e douramentos (OLIVEIRA; CAMPOS, 2010). O Barroco Mineiro, assim denominado pela comitiva modernista, é a principal marca das cidades coloniais mineiras.

Figura 2 – Vista frontal da Capela de São Sebastião em Ouro Preto

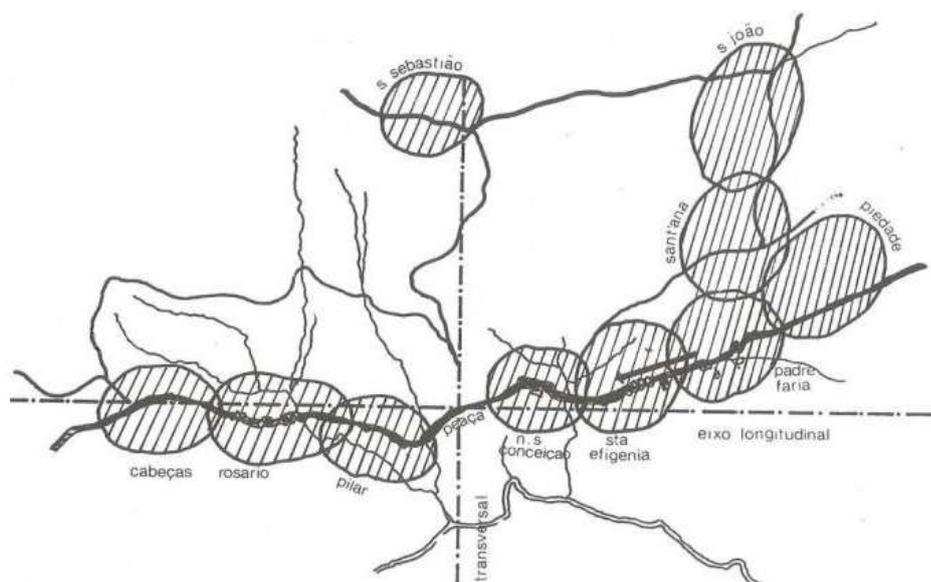


Fonte: Arquivo Público Mineiro, sem autoria, sem data.

Para autores como Monte-Mor (2001), há uma série de particularidades que compõe a gênese e o desenvolvimento sócio-espacial das cidades mineiras. As cidades coloniais eram marcadas para além do intenso extrativismo mineral, mas também marcada pelos conflitos e controle do poder dos diferentes interesses presentes na localidade, como a Coroa Portuguesa, a Igreja, comerciantes e donos de arraias mineradores, em detrimento a demais grupos sociais presentes no território, como os trabalhadores urbanos e pessoas escravizadas (MONTE-MOR, 2001). Conforme destaca o autor, o conflito era uma forma de se exercer o poder colonial nas cidades mineradoras: “Em lugar algum da colônia tais conflitos entre as formas urbanas nascentes e o sistema colonial foram tão expressivos como nas cidades mineradoras, mais particularmente, as cidades mineiras do século XVIII.” (MONTE-MOR, 2001, p. 4).

A partir do processo de intensificação da exploração aurífera, se iniciou as primeiras ocupações do que viria a se tornar Vila Rica. O Caminho Tronco (Figura 3), como relatado por Vasconcellos (1957), foi onde o processo de ocupação da cidade se iniciou, a partir do relevo caracterizado pela topografia íngreme na região. Pelo percurso do Caminho Tronco se deu os primeiros arraias e assentamentos de ocupação urbana, devido às atividades de mineração do ouro em torno do percurso, “o Caminho Tronco se consolida como eixo estruturador da paisagem colonial” (NETTO, 2014, p. 61).

Figura 3 – Caminho tronco



Fonte: Sylvio de Vasconcellos, 1957.

Ressaltamos a importância do território que era conhecido nessa época como Arraial do Ouro Podre ou Arraial do Pascoal, localizado na serra, entre os morros São Sebastião, São João e Santana. Durante o século XVIII, houve a intensa ocupação urbana no território compreendido como Arraial do Ouro Podre, devido à presença das atividades de mineração do ouro na região, e, conseqüentemente, demais atividades de comércio para população residente (GUIMARÃES; MOREIRA, 2010). Como mencionado na introdução, propomos trazer fragmentos das entrevistas ao longo dos capítulos como forma de demonstrar as múltiplas vocalidades. Abaixo, segue fragmento de uma das entrevistadas sobre a ocupação urbana na cidade de Ouro Preto:

Ouro Preto existe em função do período de mineração, e os Morros, foram os locais onde essa mineração mais ocorreu. Ouro Preto nasceu nos morros, mas quem mora mais abaixo não vê desta forma. Para muitos, ainda continuamos marginalizados, favelizados e discriminados. Morar nos morros é quase um peyorativo de identificação para algumas pessoas (Entrevistado 4, liderança comunitária, 2022).

Podemos perceber, portanto, que esse processo de ocupação do território, a partir do Caminho Tronco, se dá primordialmente devido a intensa demanda da extração mineral durante o período. E, concomitantemente, também compreendemos a influência da colonização portuguesa na manifestação da religiosidade, através da arte e arquitetura Barroca, como observamos nas Capelas de São João Batista do Ouro Fino e de São Sebastião. O assentamento no Arraial do Ouro Podre foi um

significativo exemplo dessa ocupação urbana no território, mesclando diferentes aspectos sociais, políticos e culturais vivenciados no período.

O Morro da Queimada, antigo Arraial do Ouro Podre, é o local de uma grande marca histórica, pois foi onde se deu um dos levantes contra a coroa portuguesa no século XIII, com a conseqüente morte de Felipe dos Santos e a queimada da residência e áreas de mineração de Paschoal da Silva. As remanências desta queimada é que dão ao atual bairro o nome de Morro da Queimada (Entrevistado 4, liderança comunitária, 2022).

Segundo Guimarães e Moreira (2010), o Arraial do Ouro Podre veio a se tornar Morro da Queimada anos mais tarde, devido ao conflito de sedição de Vila Rica em 1720, onde houve incêndio na localidade das propriedades de lavras de ouro daqueles que se negavam a pagar os impostos sobre a extração do ouro para a Coroa Portuguesa (MATTOS, 2010). Após esses acontecimentos, o Morro da Queimada fica desabitado e em completo estado de ruínas arqueológicas (Figura 4), vestígios da mineração do ouro na região.

Figura 4 – Vista parcial do Morro da Queimada em Ouro Preto



Fonte: Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da UFOP, Luiz Fontana, sem data.

Durante o século XIX, devido ao esgotamento dos recursos minerários para a exploração do ouro, a Vila Rica perde sua importância econômica e deixa de ser capital do estado de Minas Gerais em 1897 (COSTA, 2011). Em consequência desses acontecimentos políticos, houve uma grande evasão populacional na cidade, e devido

a esse esvaziamento, apesar da ausência de políticas preservacionistas, a paisagem colonial da cidade se mantém até o tombamento de 1938 do IPHAN.

Envolvido em uma atmosfera racional e progressista, o homem “moderno” busca no passado sua origem e a preservação torna-se indispensável no reconhecimento de sua identidade nacional. Esse período de valorização fez com que a cidade de Ouro Preto se tornasse internacionalmente conhecida por seu conjunto arquitetônico e urbanístico do período colonial e o Barroco fosse reconhecido como arte genuinamente brasileira, quando certamente, foram legitimados símbolos e referências da constituição de sua paisagem. A tradição cultural e os monumentos representativos da história nacional consolidam a cidade de Ouro Preto como local sagrado, onde se manifesta um ideal de proteção e salvaguarda (BUENO, 2019, p. 92).

Posteriormente, na década de 1940, o Morro da Queimada (Figura 5), que até então se encontrava em estado de ruínas, passa a ser ocupado novamente devido ao aumento populacional em torno do perímetro de tombamento do IPHAN e a ausência de políticas públicas preservacionistas no território (MATTOS, 2010), como abordaremos mais profundamente no próximo tópico.

Figura 5 – Vista parcial do Morro da Queimada em Ouro Preto



Fonte: Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da UFOP, Luiz Fontana, sem data.

Dessarte, a história da cidade de Ouro Preto, assim como a própria história do estado de Minas Gerais, tem a sua origem e formação urbana na exploração mineral e na colonização. Tais aspectos correlacionados deixaram vestígios que ainda são vivenciados no contexto sociocultural mineiro, como exploraremos mais a fundo

no capítulo dois. Ao perpassarmos por esse contexto histórico específico, envolvendo alguns acontecimentos históricos ocorridos em Ouro Preto, que tiveram influência direta ou indiretamente na história no território pesquisado. Desse modo, é relevante a presente contextualização histórica com enfoque no Morro da Queimada, para um maior entendimento da heterogeneidade do território que compõe o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

1.2. Experiências comunitárias e institucionais: o caso do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto

Neste tópico, analisamos o território que compõe o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e o Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (MMAMQ) (Figura 6) em um recorte temporal dos anos 2000 até o presente. Com o intuito de refletirmos acerca da pesquisa documental referente aos diversos processos de implantação do MMAMQ, foi consultado o arquivo do IPHAN por meio da plataforma do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), juntamente com a consulta ao arquivo físico do banco de dados do Ecomuseu da Serra, ambas consultas ancoradas pela pesquisa bibliográfica que tange a temática. É importante salientar que o MMAMQ ainda está em processo de implantação, sendo que seu projeto ainda prevê a construção de estruturas para viabilização do turismo e pesquisa no parque.

Figura 6 – Ruína Arqueológica Moinho de Vento no Morro da Queimada

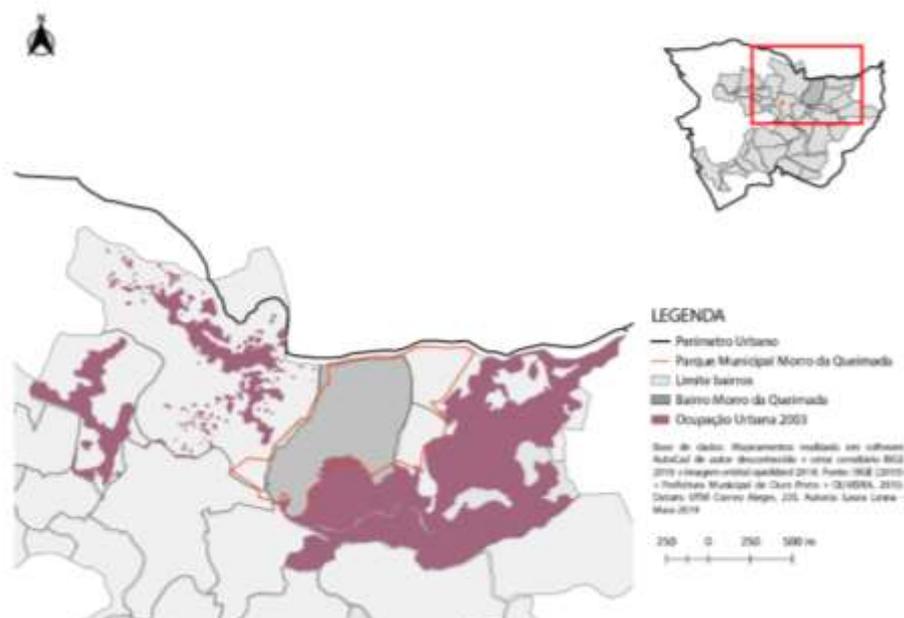


Segundo Bueno (2019), com a chegada de indústrias minerárias na década de 1940, e a criação da Universidade Federal de Ouro Preto em 1969, a cidade passa por mais um adensamento populacional. A partir de então, começam a surgir novas ocupações urbanas em regiões íngremes em virtude da topografia de declive da cidade, logo, surgem novos bairros em áreas de encostas ao longo da serra de Ouro Preto, como os bairros: Piedade, Morro Santana e Morro da Queimada, localizados nas proximidades da área de estudo. Já na parte inferior da serra, há também a ocupação do bairro São Cristóvão, conhecido pelos moradores da cidade como Veloso (VIANA; BRUSADIN, 2021).

Os registros históricos e documentais demonstram que a Serra de Ouro Preto, ao norte geográfico, foi ocupada desde as origens da cidade, no fervor do ciclo do ouro, também marcado por conflitos e revoltas que acabaram por atribuir a denominação de Morro da Queimada ao território. A região passa por processo de esvaziamento quando as atividades de exploração mineral de ouro entram em fase de decadência, a partir do final do século XVIII, mas a historiografia assinala que as atividades não cessam por completo no início do século XIX. Naturalmente, outras frentes e atividades se abrem em apropriações, depois de um período de esvaziamento, sobretudo, quando a cidade retoma o seu crescimento econômico, a partir da década de 1950. O fenômeno que se desencadeia ao longo do século XX será, portanto, analisado neste recorte temporal até a atualidade, como um processo de (re)ocupação do território (BUENO, p. 176, 2017).

Essas reocupações no território, que foi anteriormente local de mineração, se intensificam com a instalação de empresas mineradoras e posteriormente com a criação da Universidade. Essa revitalização econômica da cidade, que ficou décadas praticamente esvaziada, se reflete na reocupação da serra de Ouro Preto e demais regiões com topografia em declive. Bueno aponta que até o ano de 2003 havia uma intensa ocupação na serra de Ouro Preto que avançava cada vez mais para dentro do perímetro do sítio arqueológico do Morro da Queimada, como podemos observar no Mapa elaborado pela autora (Mapa 2).

Mapa 2 - Ocupação na Serra de Ouro Preto em 2003



Fonte: Fernanda Bueno, 2017.

Em consulta ao arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto, foi possível o acesso à documentação disponível sobre o processo de implantação do Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (MMAMQ). Vale ressaltar alguns antecessores ao processo de implantação, no qual se percebe a preocupação do município em se preservar a área, como no que consta o Plano Diretor do município de Ouro Preto de 1996, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 01/96, que já previa estabelecer a destinação da área para criação do futuro parque arqueológico. E, ainda, na retificação dos limites do Parque Natural Municipal das Andorinhas (PNMA), o Projeto de Lei nº de 2002 e Decreto 42.912 de 26 de setembro de 2002, em que se insere o sítio arqueológico nos limites do PNMA. Posteriormente, em 2003, devido às características distintas de ambas as áreas, decide-se por instituir dois parques diferentes, o Parque Natural Municipal das Andorinhas (PNMA) e o Parque Natural Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (Figura 7), que alguns anos mais tarde, em 2019, teria a alteração de categoria de Parque para Monumento.

Figura 7 – Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada



Fonte: Ane Souza, 2022.

Segundo Ferreira (2011), no ano de 2003, durante a expedição da UNESCO na cidade de Ouro Preto, que teve como pressuposto avaliar as condições de preservação do conjunto arquitetônico e entorno da cidade, reconhecida anteriormente como Patrimônio Cultural da Humanidade pelo mesmo órgão na década de 1980, uma das recomendações elencadas pela UNESCO, como necessária para a preservação do patrimônio cultural e ambiental, era a preservação dos vestígios arqueológicos do Morro da Queimada. Diante de tais recomendações, se inicia o Projeto de Implantação do MMAMQ com coordenação do IPHAN e do Comitê Consultor de Ouro Preto, tendo sido aprovado em 2005 pelo Ministério da Cultura (MinC) do governo federal. Como aponta Ferreira (2011), a implantação do MMAMQ se fez necessária para a preservação e proteção do patrimônio que se encontrava em risco, ocasionado ao contexto da expansão urbana e ocupação nas encostas da serra de Ouro Preto devido à exploração mineral do ferro e alumínio na região.

Em uma nova audiência pública realizada em fevereiro de 2005 foram discutidos temas referentes à preservação e criação do Parque da Cachoeira das Andorinhas e do Parque Arqueológico do Morro da Queimada – projeto que envolveu a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e os Ministérios da Cultura, da Cidade, do Turismo, do Meio Ambiente e das Minas e Energia. Nesta ocasião, a Prof^a Dra. Yára Mattos, museóloga, do Departamento de Turismo da UFOP, Coordenadora do

Projeto de Implantação do Ecomuseu, lançou para o grupo as primeiras “ideias ecomuseológicas” – experiência antes inexistente em Minas Gerais. Neste mesmo ano, a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei estabelecendo a nova demarcação do Parque das Andorinhas. Também foi em 2005 que o Ministério da Cultura do Governo Federal aprovou o Projeto de Implantação do Parque Arqueológico Morro da Queimada (FERREIRA, 2011, p. 98).

Entre os anos de 2008 e 2009, são iniciadas as frentes de trabalho para o projeto de implantação do Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada pela Lei Municipal nº 465/2008, na época denominado de Parque Municipal, também registrado no cadastro nacional de sítios arqueológicos pelo IPHAN. As ruínas no parque arqueológico são registros históricos do antigo arraial minerador do século XVIII, que foi a principal fonte da mineração aurífera da antiga Vila Rica. No que se diz respeito às pesquisas acadêmicas, o início do processo de implantação do parque ocasionou uma intensificação das pesquisas já existentes e abertura para novos campos de estudo, como pesquisas arqueológicas e da paisagem local, além da iniciativa e ecomuseologia instaurada no território.

A necessidade de criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada surgiu sob a perspectiva de proteção de um patrimônio que foi sendo aos poucos dilapidado, tanto pelo poder público local, quanto por parte da população que veio ocupando novamente, ao longo do tempo, a região. Dentre os objetivos para sua criação, podemos destacar: ampliação das pesquisas históricas por meio de programas de escavações arqueológicas, possibilitando um conhecimento mais amplo sobre a cultura material, a história da paisagem, das técnicas e dos objetos usados na mineração (MATTOS, 2007, p. 4).

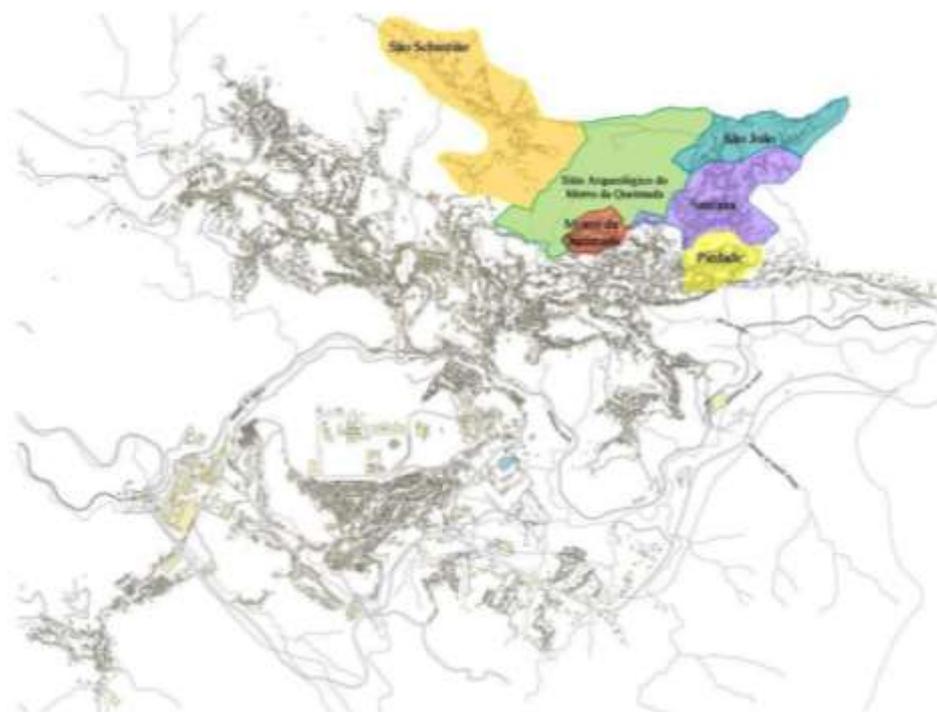
Segundo a documentação pesquisada no arquivo do IPHAN, sobre a temática do Morro da Queimada, destacam-se algumas ações efetuadas pela equipe interdisciplinar para o processo de implantação do MMAMQ. Algumas dessas frentes de trabalhos foram: memorial descritivo, relatório histórico, levantamento topográfico e geográfico, delimitação do patrimônio arqueológico, relatório do inventário participativo do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, dentre outros relatórios parciais referentes às etapas do processo de implantação do, então, parque. Concomitante ao processo de implantação do MMAMQ, houve também o processo de mobilização comunitária para implantação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto que se iniciou em 2005.

A ideia de termos a possibilidade de que a própria população residente do bairro se apropria e cuida de seu bairro e que este cuidado poderia reverter para a melhoria da vida desses moradores, ajudou a repensar como poderia ajudar meu bairro. Mas houve muita resistência no

início, pelos moradores mais próximos as ruínas, principalmente e talvez pelos vários embates políticos e interesses próprios e escusos de membros da associação de bairro, de vereadores e de outros escalões governamentais. Poucas ações foram possíveis ou deram resultados diretos com o núcleo do Morro da Queimada. É importante que hajam pessoas envolvidas na comunidade, líderes que possam compartilhar e aglutinar as pessoas neste processo (Entrevistado 4, liderança comunitária, 2022).

O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto está localizado nas adjacências dos bairros São Sebastião, Morro da Queimada, Santana, São João e Piedade (Mapa 2), bairros próximos ao centro histórico de Ouro Preto, e ainda dentro do perímetro de tombamento do IPHAN. O Ecomuseu vem atuando no território da Serra de Ouro Preto desde 2005 e se caracteriza como uma iniciativa de nova museologia, que se articula a partir da lógica de museu de território, em que não há uma sede do ecomuseu em si, mas o mesmo se compreende por toda a paisagem cultural que o compõe, dentro do perímetro dos bairros citados anteriormente. Conforme Mattos e Varine (2019), o território heterogêneo que compõe o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto tem características distintas, pois é, ao mesmo tempo, natural, cultural e periurbano.

Mapa 3 – Localização Ecomuseu da Serra de Ouro Preto



Fonte: Yara Mattos; Hugues Varine, 2019.

Como mencionado anteriormente, o Ecomuseu da Serra se articula no território compreendido pelos bairros São Sebastião, São João, Queimada, Santana e Piedade, bairros vizinhos ao Monumento Arqueológico, e para além da ligação geográfica, destacamos também a relação com o patrimônio e memória da serra de Ouro Preto. O Ecomuseu da Serra se articula a partir de múltiplas parcerias institucionais e comunitárias, vivenciado no cotidiano da comunidade através de suas relações de afeto e conflitos de poder (hospitalidade e hostilidade, como trataremos mais profundamente no capítulo 3) presentes no território. A ligação afetiva do Ecomuseu da Serra com o patrimônio se promove por meio dos saberes e fazeres da própria comunidade, como a culinária e artesanatos locais, o patrimônio edificado das capelas históricas e as festividades religiosas, além do patrimônio arqueológico e paisagem cultural, que abrangem a serra, e tantos outros demais aspectos patrimoniais, vivenciados pela comunidade cotidianamente.

Ainda é importante enfatizar a atuação do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM) no território, coordenado pelas professoras da UFOP, do Departamento de Museologia, Dra. Marcia Arcuri, do núcleo de arqueologia, Dra. Yara Mattos, do núcleo de museologia comunitária, e pela professora do Departamento de Arquitetura: Dra. Fernanda Bueno, do núcleo de paisagem. Localizado na Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM) da universidade, o LAPACOM tem atuação interdisciplinar no território do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto e no Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada (Figura 9), e busca, a partir de experiências compartilhadas entre academia e comunidade, preservar a memória e patrimônio através do engajamento de lideranças comunitárias (ARCURI; COSTA, 2020).

Figura 8 – Oficina realizada com os moradores pelo LAPACOM



Fonte: Marcia Arcuri, 2019.

Para Arcuri e Costa (2020), são inúmeros os desafios para a gestão pública do MMAMQ. Segundo as autoras: “Desde o tombamento municipal da área, muito pouco se alcançou nos aspectos da salvaguarda do patrimônio arqueológico e ambiental, e ainda menos na requalificação da área para usufruto da população” (ARCURI; COSTA, 2020, p. 133). Em 2015, o Ministério Público de Minas Gerais aplicou por meio de ação civil pública o acordo de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), para que o município adote medidas emergenciais para a efetiva preservação do MMAMQ. Recentemente, no ano de 2019, o parque arqueológico teve a sua área tombada ampliada e a alteração de categoria, de Unidade de Conservação de Parque Natural para Monumento pela Lei Municipal nº 149/2018.

A presença das pessoas e dos vestígios de uso contemporâneo no território do PMAMQ tem tomado grande dimensão em nossas atividades de pesquisa, dimensão que buscamos tratar com a mesma relevância que aplicamos às metodologias da pesquisa arqueológica voltada a compreender os processos históricos da mineração ou das ocupações da Serra de Ouro Preto nos séculos passados. Temos em mente que o estudo material transcende a Arqueologia, demandando ações transdisciplinares na pesquisa da produção material pretérita e contemporânea. Os vestígios das vivências recentes com os quais nos deparamos em nossas incursões em campo representam algumas entre as diversas formas de relação que as comunidades dos bairros de entorno do parque estabelecem com seu território. Os relatos tornam evidente que os usos, observações, interpretações, experiências e construções da paisagem local favorecem a integração das análises multitemporais mediante uma abordagem do patrimônio que possibilita maior conexão entre as ações de pesquisa e de gestão,

a partir do envolvimento da comunidade enquanto produtora do e agente sobre o patrimônio cultural (ARCURI; COSTA, 2020, p. 141).

Atualmente a região da serra de Ouro Preto vem vivenciando um processo de expansão imobiliária devido à futura construção de condomínios e estradas de acesso na região, tais empreendimentos, juntamente com a implantação do Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada como um atrativo turístico, vêm preocupando a comunidade e impactando os seus modos de vida. Há ainda a obra Estrada da Purificação, acesso de Ouro Preto ao distrito de Antônio Pereira, com a via percorrendo os bairros São Sebastião e São João.

Eu não sei muito bem ainda desse projeto de parque e monumento, só já ouvi falar, mas não conheço a fundo. Mas assim, se for essa questão da do turismo também, querendo ou não, é bom, para gente divulgar nossas ações do ecomuseu. Eu acho, bom, em relação a isto, só que tem que ser uma coisa a dialogar com a comunidade, não é simplesmente chegando, né? Tem que ver se realmente a comunidade se sente confortável com esse projeto (Entrevistado 2, liderança comunitária, 2022).

A Estrada da Purificação é um dos requisitos condicionantes no processo de Licença de Operação Corretiva (LOC), aplicada à empresa mineradora Samarco, como instrumento utilizado para a regularização ambiental do empreendimento que já opera no distrito. Devido essa condição, da obra da estrada fazer parte de um acordo entre os órgãos de fiscalização e a empresa Samarco, e o benefício da própria empresa no empreendimento, pois a mesma utilizará da estrada pavimentada para o transporte de minério, os moradores do São Sebastião juntamente com a Associação Comunitária do Morro São Sebastião (ACOMOSS) estão atualmente em processo de se reconhecerem como atingidos pela mineração, visto que o trânsito provocado pela estrada impactará o bairro de forma negativa.

Então, essa estrada da purificação já vem trazendo impacto negativo pra nossa comunidade, porque as caminhonetes que são das mineradoras elas já estão passando por aqui. Então, agora, com a abertura dessa estrada, vai ficar pior ainda mesmo. Porque o acesso ou é pelo morro São Sebastião ou é pelo morro Santana, e as caminhonetes descem a ladeira João de Paiva, assim, como se fosse só deles mesmo (Entrevistado 1, liderança comunitária, 2022).

Associando as atuais dinâmicas envolvendo os bairros São Sebastião e Queimada ao processo de gentrificação, que se caracteriza pela modificação das dinâmicas locais, essa transformação urbana acarreta a alteração dos modos de vida da comunidade, pressionada através da especulação imobiliária, obras públicas e/ou particulares e do turismo predatório, provocando o afastamento da população local do

território. Em cidades históricas, podemos ainda constatar o fenômeno de banalização pela cenarização, como apontado por Costa e Castro (2008), por meio da mercantilização do patrimônio e valorização estética e em desfavor dos valores intrínsecos atribuídos aos bens culturais, ocasionando o esvaziamento de cidades históricas que se transformam em cenários para o atrativo turístico.

Então assim o impacto é negativo para gente (...) A gente é contra a maneira como vem sendo, e o que está acontecendo, porque eles não estiveram na nossa comunidade para nos falar, e também eles não nos colocaram como impactados dessa estrada, eles estão abrindo uma estrada, que segundo eles beneficia a comunidade, mas eu acho que beneficia mais na verdade é a mineradora. No caso os bairros vizinhos tão sendo impactados e, no entanto, eles não trouxeram nem projeto, pelo menos na minha comunidade não. E outra coisa, a construção dessa estrada também, pelo que a gente já ficou sabendo, ela vai ser construída com rejeito de minério, então assim, é uma coisa que a gente sabe que faz mal para a saúde (Entrevistado 1, liderança comunitária, 2022).

Vale pontuar também algumas recentes atuações no território entre parcerias institucionais e mobilizações comunitárias, como o projeto de iniciação científica que investiga as práticas de hospitalidade no Ecomuseu da Serra, coordenado pelos professores da UFOP, Dra. Yara Mattos e Dr. Leandro Brusadin. Ademais, uma recente atuação no território do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) realiza o mapeamento das comunidades do Morro São Sebastião e do distrito de Antônio Pereira em decorrência da Estrada, coordenado pelas professoras Dra. Karine Carneiro e Dra. Tatiane Ribeiro. A Associação Comunitária do Morro São Sebastião (ACOMOSS) e a Força Associativa dos Moradores de Ouro Preto (FAMOP) na mobilização comunitária também atuam na questão da estrada e outras demandas e lutas da comunidade.

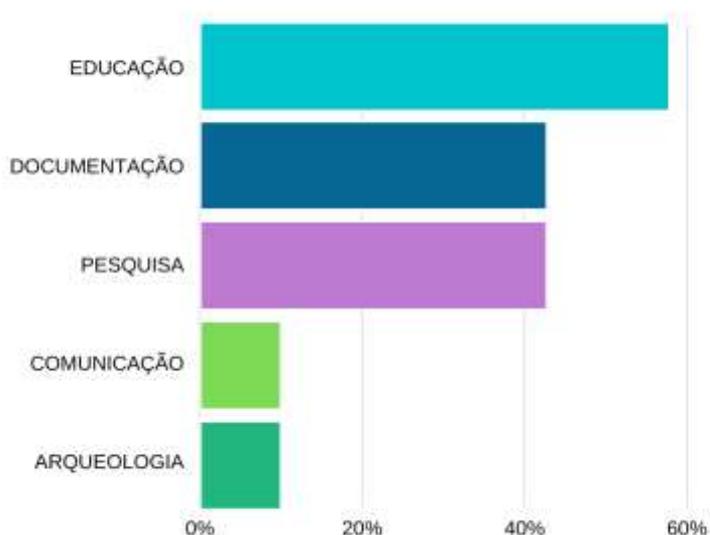
Tendo em vista os aspectos observados nesse tópico, que em um primeiro momento se debruçou em uma breve contextualização sobre os processos de implantação do Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada e sua vinculação com Ecomuseu da Serra até o momento presente, discorreremos adiante sobre as diferentes ações e atividades dos atores institucionais e alguns conflitos e aflições vivenciados pela comunidade atualmente no território.

1.2.1. Ações transdisciplinares entre Ecomuseu e Universidade

Neste subtópico, tratamos sobre a parceria entre ecomuseu e universidade, por meio das ações interdisciplinares de estágio, realizadas por alunos do Departamento de Museologia nas disciplinas Estágio Supervisionado I (MUL 391) e II (MUL 392), sob orientação da professora Dra. Yara Mattos. Para tal, foram consultados os arquivos do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, que se encontram no LAPACOM, juntamente com a professora. Foram consultados 32 relatórios finais de estágios que se agrupam em 7 ações diferentes entre os anos de 2012 e 2016. Como requisito para obtenção de nota e conclusão do estágio, o Departamento de Museologia solicita que o aluno entregue ao professor orientador as seguintes documentações para cada disciplina: plano de trabalho, relatório parcial e relatório final, como forma de analisar as ações de estágio objetivamente. Aqui nos concentramos na análise dos relatórios finais de Estágio Supervisionado I (MUL 391) e II (MUL 392), pois estes trariam informações mais concisas sobre as ações.

As diferentes ações de estágio analisadas abarcaram múltiplas áreas de inserção museológicas, sendo essas: Educação, Documentação, Pesquisa, Comunicação e Arqueologia. Como podemos observar no Gráfico abaixo (Gráfico 1), o predomínio dessas ações perpassa em primeiro lugar a área de educação, depois as áreas de documentação e pesquisa com o mesmo percentual.

Gráfico 1 – Relação área de inserção museológica e ações de estágios



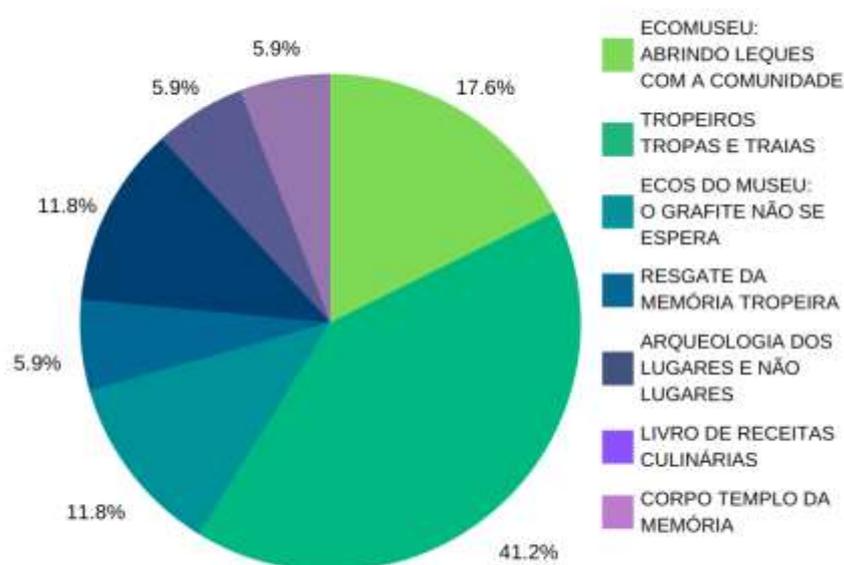
Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

O item de área de inserção museológica, constante nos relatórios de estágios, segue diretrizes da matriz curricular do Departamento de Museologia, que busca fazer a vinculação dos estágios com a própria atuação profissional de museólogo. No caso, as ações desenvolvidas com a comunidade do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto têm suas propostas fundamentadas na transdisciplinaridade. Para Nicolescu (1999), a visão transdisciplinar, adotada como método, transforma a sua própria metodologia na inserção de diferentes disciplinas, resultando, portanto, em uma compreensão que dialoga com diferentes atores e diversos conhecimentos, levando também em consideração os saberes populares e acadêmicos.

A transdisciplinaridade, como o prefixo “trans” indica, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999, p. 11).

Considerando a pluralidade de áreas museológicas e a transdisciplinaridade presente nas ações de estágio juntamente com a comunidade, expomos outro eixo de análise percebido durante a consulta ao arquivo, a relação de número alunos por ações de estágio (Gráfico 2), onde podemos perceber o percentual de participação de alunos por estágio:

Gráfico 2 – Relação de números de alunos por ações de estágio



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

A ação de estágio “Ecomuseu: abrindo leques com a comunidade” da área da educação foi realizada em 2012 por 3 alunos do curso. As principais atividades desenvolvidas pelo grupo foram: reunião com a liderança comunitária, roda de conversa com as crianças inscritas nas oficinas, visita ao Museu Casa Guignard, visita ao Parque Natural Municipal das Andorinhas e realização da oficina retrato, memória e paisagem. Já a exposição “Tropeiros, Tropas e Traias” foi a ação com o maior número de alunos envolvidos, sendo oito alunos que articularam três áreas temáticas: Comunicação, Documentação e Pesquisa; essa ação teve como principais atividades: pesquisa sobre os tropeiros, entrevistas com a comunidade, elaboração das fichas catalográficas do acervo, material gráfico e divulgação, montagem e concepção da exposição.

No estágio Ecos do Museu: “O grafitti não se espera”. Duas discentes do curso desenvolveram ação educativa sobre arte e grafitti, e as principais atividades realizadas pela dupla foi: reunião com a liderança comunitária, roda de conversa com crianças e adolescentes dos bairros: São Sebastião, Santana, Piedade e Morro da Queimada, oficina “O morro está no Mapa”, mapa dos bairros com itinerários afetivos. O estágio “Arqueologia dos lugares e não lugares: oficinas criativas de memória, patrimônio e territorialidade”, também foi realizado por uma dupla de alunos, como áreas de inserção da educação e arqueologia, e suas principais atividades foram: roda de conversa com a comunidade do São Sebastião, entrevistas, oficinas criativas de memória, patrimônio e territorialidade.

Já as próximas ações de estágio tiveram a sua elaboração pelos alunos de forma individual, sendo essas: “Resgate da memória tropeira” com entrevistas, pesquisa e documentação da história tropeira na comunidade e visita ao Museu do Tropeiro em Ipoema (MG). E o “Livro de receitas culinárias”: coleta de receitas com as mulheres da comunidade do São Sebastião, entrevistas, registro fotográfico, execução das receitas, transcrição das receitas, ambas inseridas nas áreas de pesquisa e documentação. Além disso, a ação educativa de dança “Corpo templo da memória” desenvolveu: reunião com a liderança comunitária, material gráfico e divulgação, oficina de dança, corpo templo da memória, rodas de conversa com a comunidade. Importante ressaltar que todos os trabalhos citados foram executados sob orientação da professora Dra. Yara Mattos em parceria com as comunidades do território do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (APÊNDICE E).

É dizer, do meu contentamento, de trabalhar aqui no morro São Sebastião. Eu adoro todas as pessoas, eles sempre me receberam muito bem, com muito afeto nunca tive resistência, sabe por quê? Está em trabalhos, sempre houve aqui. E eu sempre orientei os alunos, meus alunos a respeitarem as pessoas das comunidades, então é assim, é um projeto de vida. Tanto que eu me aposentei da UFOP, mas não me aposentei do ecomuseu, entendeu? Então assim é para mim, é para sempre isso aqui (Entrevistado 3, especialista da área, 2022).

Diante do exposto, podemos ter uma dimensão de como ocorre as ações transdisciplinares entre ecomuseu e a universidade, através da análise dos estágios supervisionados citados. Importante também salientar demais ações e parcerias institucionais como o LAPACOM e a recente atuação do GEPSA, que, assumindo o protagonismo da comunidade, exercem a importante função de mediadores entre comunidade e universidade.

1.3. Novos patrimônios e novos museus

No empenho teórico de se pensar museus e patrimônios sob uma perspectiva plural e não hegemônica, optamos pela utilização de autores que tratam tais problemáticas de forma crítica e propositiva. Portanto, procuramos dialogar através do jogo de palavras “novos patrimônios e novos museus”, com intuito de mostrar uma visão mais pluralista e participativa no que concerne a temática. Já no tocante das práticas de ecomuseus e museus comunitários, procuramos apresentar de forma sucinta o tema e suas principais discussões.

Ao longo dos anos, a noção sobre a definição do que é patrimônio cultural foi se ampliando e modificando de acordo com as necessidades e anseios da sociedade. As primeiras noções sobre patrimônio e museus surgem em um contexto europeu nos séculos XVIII e XIX, pensados aos moldes do colonialismo europeu e do estado-nação moderno (PRIMO, 2013). Segundo Núñez, durante as últimas décadas, a noção de patrimônio se distanciou dos valores de autenticidade, materialidade e monumentalidade, se aproximando de uma noção mais dinâmica e abrangente, desse modo: “O patrimônio tornou-se uma moeda comum, obrigando as instituições a se

transformarem, a aceitarem a cultura popular e a colocarem objetos no contexto social”⁵ (NÚÑES, 2013, p. 7, tradução nossa).

Ainda nesse aspecto, autores como Colombato e Médice (2017) compreendem o patrimônio cultural como um processo de seleção de bens e práticas culturais em que são constantemente ressignificados e reapropriados pela sociedade. De acordo com os autores, a participação de uma ampla parcela da sociedade nesse processo de construção social do que é patrimônio cultural, proporciona uma manifestação de pertencimento mais democrática. Tais reapropriações e ressignificações do campo patrimonial são ainda mais importantes em um contexto latino-americano, onde grande parte dos países vivenciaram constantes silenciamentos e violações ao longo de suas histórias, sofridas a partir do colonialismo europeu e das ditaduras civil-militares (COLOMBATO; MÉDICE, 2017).

Já Canclini (1999) afirma que o patrimônio cultural é constituído por relações de contradição e desigualdades, e isso ocorre desde o processo de formação do patrimônio até o acesso do mesmo pela sociedade. Resultando em uma participação desigual na apropriação dessa herança cultural, que se refere e representa apenas uma classe social hegemônica. Dessa maneira, para haver a democratização dos bens patrimoniais, é necessário a ressignificação do mesmo, a partir de seus usos sociais e participação popular nas políticas patrimoniais.

Segundo Brusadin (2015), a ampliação do conceito de patrimônio é um reflexo das mudanças da sociedade em si. O conceito de patrimônio tem, portanto, um caráter mutável e está em constante construção com a sociedade e as entidades e órgãos representativos do patrimônio. Visto que, mesmo que não tenha sido construído pelo coletivo, é a sociedade que o legitima e atribui poder simbólico ao patrimônio. O autor ainda indaga sobre o processo de seleção/exclusão do patrimônio eleito a ser preservado, pois o mesmo foi determinado a partir de uma perspectiva de certa parcela da sociedade, sendo essa, muitas vezes, uma perspectiva hegemônica do patrimônio cultural, conforme o refletido acima por Canclini (1999).

Portanto, o conceito de patrimônio é temporal e flexível porque vive em constante revisão, conforme a sociedade se reconstrói e aprofunda contextos sociais, históricos e econômicos que ela mesma deseja

⁵ El patrimonio se ha convertido en una moneda común, obligando a las instituciones a transformarse, a aceptar la cultura popular y a ubicar los objetos en el contexto social (NÚÑES, 2013, p. 7).

preservar. Além disso, este mesmo conceito depende das premissas e dos interesses de entidades representativas do patrimônio. A atribuição do que é valioso historicamente para determinada sociedade varia de acordo com o tempo e da valorização cultural de cada uma. É preciso considerar também que o que é digno de valor histórico, muitas vezes foi concebido para tal em um processo anacrônico e imposto em determinada cultura social por um processo lógico passado – futuro (BRUSADIN, 2015, p. 48).

Consequentemente, podemos entender o patrimônio como um conceito temporal e flexível, imbuído de um poder simbólico que pode ser, ou não, legitimado pela sociedade (BRUSADIN, 2015). Logo, há a presente e constante luta pela ressignificação desse patrimônio a partir de seus usos sociais (CANCLINI, 1999). Isso se decorre desde o acesso e participação nas políticas de inventariação e tombamento à gestão e manutenção desses bens. Assim como enfatiza Chuva: “na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social” (2012, p. 152). Ao assumir, portanto, esses conflitos e contradições presentes no campo patrimonial, ganha-se uma visão mais pluralista de suas relações e significados, e sobre como os diversos grupos sociais atribuem diferentes usos sociais ao patrimônio cultural.

Um patrimônio reformulado que considere seus usos sociais, não a partir de uma mera atitude defensiva, de simples resgate, mas com uma visão mais complexa de como a sociedade se apropria de sua história, pode envolver novos setores. Não precisa ser reduzido a uma questão de especialistas no passado: funcionários e profissionais ocupados na construção do presente se interessam pelos indígenas, camponeses, migrantes e todos os setores cuja identidade costuma ser rompida pelos usos hegemônicos da cultura. Na medida em que nosso estudo e promoção do patrimônio assume os conflitos que o acompanham, pode contribuir para a consolidação da nação, mas não mais como algo abstrato, mas como aquilo que se une em um projeto histórico solidário com os grupos sociais pela forma como habitam seu espaço e conquistam sua qualidade de vida envolvem novos setores⁶ (CANCLINI, 1999, p. 33, tradução nossa).

⁶ Un patrimonio reformulado que considere sus usos sociales, no desde una mera atitude defensiva, de simple rescate, sino con una visión más compleja de cómo lá sociedad se apropia de su historia, puede involucrar a nuevos sectores. No tiene porqué reducirse a un asunto de los especialistas en el pasado: interesa a los funcionarios y profesionales ocupados en construir el presente a los indígenas, campesinos, migrantes y a todos los sectores cuya identidad suele ser trastocada por los usos hegemónicos de la cultura. En la medida en que nuestro estudio y promoción del patrimonio asuma los conflictos que lo acompañan, puede contribuir al afianzamiento de lá nación, pero ya no como algo abstracto, sino como lo que une y cohensiona en un proyecto histórico solidario a los grupos sociales

Moutinho (1993) elucida como a noção de patrimônio foi sendo ampliada ao longo dos anos e como, conseqüentemente, influenciou na definição das práticas museológicas com a participação ativa da comunidade em que a instituição está inserida. O alargamento da noção de patrimônio cultural, como aqui apresentado, se relaciona com as discussões da nova museologia e o papel dos museus na América Latina, o que veremos a seguir. Mas é importante também ressaltar como essas cosmovisões⁷ acerca da questão patrimonial foram assumindo, cada vez mais, um carácter social, levando em consideração a relação entre comunidade e patrimônio no fazer museológico.

O alargamento da noção de patrimônio, é a conseqüente redefinição de "objecto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada (MOUTINHO, 1993, p. 8).

Portanto, optamos nesse trabalho por compreender o patrimônio em sua dimensão plural, flexível e contraditória, interligado à vida e às relações afetivas da comunidade em que está inserido. Segundo o dicionário Aurélio, a etimologia da palavra afeto deriva do latim *effectus*, no significado daquilo que possui ou demonstra afeição. O patrimônio afetivo, como proposto por Bezerra (2013), dialoga com a memória e valores individuais e coletivos atribuídos pelas comunidades, e essa partilha de afetos resulta na preservação do patrimônio por essas relações cotidianas de afeição.

Desse modo, o patrimônio pode ser também reivindicado como vínculo memorial, afetivo, em que as lembranças gravadas no passado sejam atualizadas a partir do trabalho de memória de modo que o reconhecimento se dê como forma de preservar a si próprios no presente (BEZARRA, 2003, p. 128).

A partir dessas reflexões, começam a caminhar as práticas de implantação de formas e ações da nova museologia no Brasil e na América Latina. Os ecomuseus e

preocupados por la forma en que habitam su espaço y consquistan su calidad de vida envolver novos setores (CANCLINI, 1999, p. 33).

⁷ Olhar o mundo a partir de uma visão mais pluralista, levando em consideração as diversas relações humanas, ambientais, culturais e sociais.

museus comunitários outorgam com a lógica patrimonial aqui apresentada, em que a comunidade participa ativamente do processo de criação e manutenção da preservação de sua memória e cultura, envolvendo aspectos materiais e imateriais do patrimônio. Percebemos, neste breve recorte cronológico, como as noções de patrimônio e cultura foram se transformando ao longo dos anos, acompanhando as diversas transformações e carências à realidade social. Consequentemente, refletimos também a necessidade de uma representação de patrimônio e museologia que abarque as diversas identidades culturais existentes em nossa atual sociedade.

Tem o patrimônio material e também tem é um patrimônio imaterial do bairro que são as pessoas e seus saberes e fazeres. A Capela de São Sebastião que é um lugar de afeto também, que a gente vai para a manifestação da fé, mas também tem um afeto ali, né, que é minha a segunda casa, eu tenho muito afeto pelo pela igreja em si, e para preservar ali, ajudar a conservar e não só não só a igreja, né, mas como as festas também (Entrevistado 2, liderança comunitária, 2022).

Em um contexto latino-americano na década de 1970, a nova museologia surge como uma perspectiva alternativa, ao se pensar no papel dos museus na América Latina com a proposta do museu integral. A mesa Redonda de Santiago do Chile (UNESCO, 1972a) dialoga e recorre ao papel social e inclusivo dos museus, como lugares e agentes de comunicação e intervenção social de uma comunidade, tanto no meio rural quanto urbano. As discussões de Santiago do Chile (UNESCO, 1972a) demonstraram certa preocupação com o desenvolvimento humano e preservação do patrimônio, a partir do âmbito das comunidades.

Os museus comunitários, eles surgiram no mundo, no final dos anos sessenta e foram se desenvolvendo anos setenta e oitenta até chegar o clímax, agora nos anos dois mil. Então em oitenta e quatro foi criado o movimento internacional com vários especialistas participaram. (...) Mas a Gênese ela é a mesma da nova museologia e desses movimentos, alguns no Caribe, por exemplo, no México que trabalha muito mais com a museologia comunitária. A França criou o conceito de ecomuseologia. Então assim, é uma profusão de conceitos e de termos, acho que na realidade o núcleo inicial é esse do movimento para uma nova museologia (Entrevistado 3, especialista da área, 2022).

As discussões presentes na Recomendação de Paris (UNESCO, 1972b) e Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972c), que aconteceram no mesmo ano, também são marcadas pela preocupação acerca da preservação patrimonial em face a um desenvolvimento econômico desenfreado. Segundo Santos (2017), o momento vivenciado pela Mesa

Redonda de Santiago do Chile em 1972, era marcado pelo desenvolvimento técnico e científico, em contraposição desse progressismo tecnológico, as desigualdades econômicas, sociais e culturais eram vivenciadas pelos países em desenvolvimento.

O ano de 1972 foi, portanto, atravessado por discussões sobre a temática da responsabilidade dos governos e das agências promotoras do desenvolvimento sobre o bem estar da sociedade humana, em todas as dimensões da sua relação com o Real. Nada mais natural que o debate sobre a ação dos museus se tenha desenvolvido em sintonia com esses movimentos e diretrizes; e que a Mesa Redonda de Santiago, evento organizado pelo ICOM e pela UNESCO, tenha adaptado essas premissas ao âmbito da Museologia, elaborando o conceito de Museu Integral e recomendando – como bem já o sabemos – uma percepção integrada da relação entre os museus e as realidades sociais, econômicas e políticas dos museus latino-americanos (SCHEINER, 2012, p. 22).

A proposta de um museu integral, termo utilizado pela Carta de Santiago (UNESCO,1972a), reflete o museu como ação e instrumento a serviço das comunidades, onde o discurso museológico é pautado na participação para o desenvolvimento local. O museu integral, segundo Scheiner (2012), se relaciona com o espaço, tempo e memória em relação às realidades sociais, econômicas e políticas presentes no território. A proposta do museu integral também não se limita apenas aos novos museus, os museus tradicionais ou institucionalizados também devem adotar a prática integral em suas ações pautadas à serviço da sociedade. Cabe, portanto, à museologia, em uma atuação interdisciplinar, o papel de “encarar essas transformações sociais, econômicas e culturais” (SANTOS, 2017, p.43).

O documento final de Santiago do Chile (1972) compreendeu em seu momento um mundo em transformação e marcado por disputas e desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A declaração surge como um ponto de vista latino-americano sobre esse contexto global, e enxerga a potencialidade dos museus como ferramenta para o desenvolvimento local e valorização da relação comunidade, território e patrimônio, a partir da proposta de museu integral. As reverberações dessas discussões, que aconteceram no âmbito da museologia no Chile, resultaram em posteriores discussões como a Declaratória e Oaxtépec (1984) e Declaração de Caracas (UNESCO, 1992), que legitimam e democratizam ainda mais as práticas de nova museologia e ecomuseus na América Latina.

O seminário Ecomuseus, Território, Patrimônio e Comunidade organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ecologia, na cidade de Oaxtepec, no

México, em 1984, teve como objetivo discutir acerca das questões em torno dos ecomuseus e nova museologia, tendo como documento final uma declaratória. Assim como a Mesa Redonda de Santiago, o seminário também sinaliza preocupação com a sustentabilidade: “A conservação do patrimônio territorial deve ter consciência da atual capacidade humana de destruição e da necessidade de garantir a existência da vida humana”⁸ (p. 2). A Declaratória de Oaxtepec reflete sobre a indissociabilidade dos termos território, patrimônio e comunidade, sobre o desenvolvimento local, e, ainda, traz a proposta de uma “museologia popular”⁹ (tradução nossa, p. 3).

Vinte anos após a Mesa Redonda de Santiago do Chile, a Declaração de Caracas (1992) surge a partir da proposta de retomar a discussão anteriormente fomentada e firmar novos desafios para os museus latino-americanos. A reunião teve como eixos tratados os museus nos âmbitos da: comunicação, patrimônio, gestão, liderança e recursos humanos. E, a partir dessas discussões, o documento final reflete sobre os desafios dos museus latino-americanos, da necessidade de rever o conceito tradicional de patrimônio e repensá-lo a partir de seu ambiente, de desenvolver uma linguagem museológica mais democrática e participativa, além de valorizar o território e suas relações com a população local e seu patrimônio. Para Constância (1993), a evolução de conceitos entre as Declarações de Santiago e Caracas está na tradução da reflexão e amadurecimento do pensamento museológico por duas décadas, e para além da contribuição conceitual, a também contribuição em termos operatórios.

O Museu na América Latina deve responder aos desafios impostos hoje pelo meio social em que está inserido. Para enfrentá-lo é necessário: Valorizar suas qualidades como espaço de relações entre os indivíduos e seu patrimônio. Abrir caminhos de relação entre o museu e as lideranças políticas, pela sua compreensão e compromisso com a ação do museu. Desenvolver a especificidade da linguagem museológica como mensagem aberta, democrática e participativa. Refletir as diferentes linguagens culturais. Rever o conceito tradicional de patrimônio museológico, a partir de uma nova perspectiva em que o ambiente é um ponto de partida e um ponto de referência obrigatório¹⁰ (UNESCO, 1992, p. 5, tradução nossa).

⁸ Conservar el patrimonio territorial debe serlo en la conciencia de la actual capacidad humana de destrucción y la necesidad de garantizar la existencia de la vida humana (DECLARATORIA DE OAXTEPEC, 1984, p. 2).

⁹ Museología popular.

¹⁰ El Museo en Latinoamérica debe responder a los retos que le impone hoy el medio social en el cual se inserta. Para enfrentarlo es necesario: Potenciar sus cualidades de espacio de relación entre los

Retomando a discussão acerca da ampliação da noção de patrimônio, Primo (2013) reflete como ao longo do século XX foi-se construindo a ideia do museu contemporâneo, se desvinculando da ideia anterior, ligada ao Estado-Nação e ao colonialismo para os novos museus. A partir das discussões do final do século, as noções sobre patrimônio e museus assumem um papel de protagonismo social em relação ao desenvolvimento local, esses novos movimentos buscam a ampliação das discussões patrimoniais para uma efetiva participação popular nesses processos.

Os novos modelos de museus podem ser identificados como aqueles que buscam no alargamento da noção de patrimônio o reconhecimento das identidades coletivas localmente. Esses novos museus têm vindo progressivamente a estimular a coletividade na valorização e descodificação dos seus patrimônios e das suas memórias coletivas. Os novos museus, que têm por função primária o desenvolvimento sustentado das comunidades locais por meio dos trabalhos com o patrimônio, tentam romper com a noção do passado como algo estanque e sem vinculação direta com o presente, passando a assegurar procedimentos etnológicos na transmissão dos saberes, das habilidades e do saber fazer (PRIMO, 2013, p. 22).

As iniciativas de museu comunitário no México são pioneiras nas ações da nova museologia, propondo metodologias participativas e pesquisa social em suas ações com comunidade e patrimônio. Para Raul Lugo, em *Teoría y Método de la Nueva Museología en México*, os museus comunitários são alternativas para que as comunidades se mobilizem socialmente em prol de seu desenvolvimento e valorização do relacionamento dessas comunidades com patrimônio que as pertence, nas ações de investigação, conservação e difusão do patrimônio cultural (LUGO, 2002).

A gente já vivenciava essas questões aqui no bairro e só que a gente não tinha esse conhecimento, né, do conceito de ecomuseu. E aí é no meu caso, que eu vivenciei várias oficinas, depois nos apresentaram o conceito de ecomuseu. Naquela fase da adolescência, assim eu não ligava muito, sabe? Não participava muito, e aí é mudou assim, minha visão mesmo depois que eu comecei a fazer Museologia. Aí hoje é diferente, eu participo mais ajudo a desenvolver trabalhos com as outras pessoas da comunidade. E hoje eu tenho uma noção totalmente diferente nessa questão da preservação, de pertencimento com o patrimônio, de desenvolver os trabalhos para a comunidade e tentar mostrar mesmo que é o conceito que ali a preservação dos

individuos y su patrimonio. Abrir caminos de relación entre el museo y la dirigencia política, para su comprensión y compromiso con la acción del museo. Desarrollar la especificidad del lenguaje museológico como mensaje abierto, democrático y participativo. Reflejar los distintos lenguajes culturales. Revisar el concepto tradicional de patrimonio museable desde una nueva perspectiva donde el entorno sea punto de partida y de referencia obligada (UNESCO, 1992, p. 5).

nossos saberes da comunidade (Entrevistado 2, liderança comunitária, 2022).

Neste tópico, refletimos acerca do repensar museológico e patrimonial, perpassando pela ampliação da noção de patrimônio cultural e das reverberações após a Mesa Redonda de Santiago do Chile. De modo que, as discussões fomentadas em torno do campo museal e patrimonial, chegaram a novas dinâmicas e processos museológicos, resultando em diversas iniciativas de ecomuseus e museus comunitários. Também é notável a preocupação com o desenvolvimento das comunidades presentes nos países da América Latina, e entende-se, a partir daí, o caráter social dos museus e as necessidades de se promulgar ações museológicas que auxiliem no desenvolvimento local fundamentado na relação patrimônio, comunidade e território. Podemos perceber também que a partir da discussão fomentada no Chile, demais discussões foram absorvendo cada vez mais perspectivas do sul global acerca do patrimônio, resultando em uma concepção patrimonial que foge à regra da visão colonialista e europeia.

2. CAPÍTULO II – A HISTÓRIA ÚNICA DAS NARRATIVAS COLONIAIS NOS MUSEUS DE OURO PRETO (MG)

O Museu pode e deve ser o deflagrador das utopias (Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, 1977, p. 26).

Em uma palestra no evento *Technology, Entertainment and Design (TED Talk)* em 2009, a escritora Chimamanda Ngozi Adichie narra um pouco sobre suas experiências pessoais sob a perspectiva do que a autora denomina como “o perigo de uma história única”. Chimamanda conta um pouco sobre a sua infância na Nigéria e que desde criança gostava de escrever e ilustrar histórias, influenciada diretamente pelo o que lia naquela época, os personagens de suas histórias também eram parecidos com os personagens dos livros britânicos que consumia. Alguns anos depois, a autora começa a ter contato com a literatura africana, e a partir daí sua forma de escrever e desenvolver histórias se modifica, transformando sua percepção criativa sobre a escrita e ressignificando o que seria uma história única sobre os livros e seus personagens (ADICHIE, 2009).

No exemplo posto acima, e em outras experiências pessoais compartilhadas por Chimamanda (2009) durante sua palestra no *TED Talk*, a escritora usa o termo história única para problematizar a representação e construção cultural que, por vezes, reforça estereótipos preconceituosos de pessoas e lugares. O perigo de uma história única está também presente nas narrativas museais e patrimoniais, atrelado a uma política institucional que privilegia em seus espaços narrativas hegemônicas, como trataremos mais a fundo nos tópicos seguintes deste capítulo.

Ao longo desse segundo capítulo, destacamos e fazemos menção ao termo refletido por Chimamanda Adichie, do perigo de uma história única, ao encarar a narrativa colonial no contexto dos museus e patrimônios em Ouro Preto. Refletindo, portanto, o quanto a história de apenas o ponto de vista da colonialidade pode ser excludente.

2.1. Muitas versões de uma história única

Para discutirmos as muitas versões de uma história única, analisaremos alguns exemplos elucidativos de museus em Ouro Preto com o propósito de refletir sobre práticas museais presentes na cidade, como o caso da instituição museu mais

emblemática da cidade, o Museu da Inconfidência, e o recém-inaugurado, Museu Bouliou, ambos localizados no bairro Centro da cidade.

Como abordado no capítulo anterior, o processo de institucionalização do patrimônio em Ouro Preto se inicia na década de 1930 com a chegada dos intelectuais modernistas que, vinculados ao projeto nacionalista da época, buscaram no processo de seleção e exclusão construir a memória nacional (CHUVA, 2009). Segundo Lima Filho (2010), o modelo brasileiro de preservação patrimonial adotado pelo SPHAN teve forte influência europeia e, desse modo, foram desempenhadas ações para a preservação de bens patrimoniais relacionados a arquitetura colonial, a arte barroca e a inconfidência mineira, como parte de uma identidade nacional orquestrada pelo Estado-novo.

Esses foram passos decisivos para a consagração do tempo recortado como origem da nacionalidade e seus ícones, representados pela Inconfidência Mineira e por seus protagonistas, assim como por objetos expressivos do extrativismo do ouro, do garimpo e da tradição artística do período, em Minas Gerais. Foram valorizadas as temáticas relativas ao período colonial, como mais um exemplo dos inúmeros investimentos feitos no sentido da consagração e do reconhecimento da história contada pelo próprio Estado por meio da ação de sua agência, reafirmando as Minas Gerais do século XVIII como marco desse processo de fundação da nação. Além disso, na proposta de museus temáticos, esse investimento caracterizou-se pela conjunção da concretização dessa história selecionada numa materialidade que a autenticava, por meio de objetos tanto arquitetônicos quanto móveis (CHUVA, 2009, p. 184).

Para Hall (2006), os símbolos e representações, juntamente com as instituições culturais, compõem o que o autor denomina de identidade cultural nacional. Tais mecanismos, proporcionados pelo estado-nação moderno, decorrem de um processo de conquista violenta, para então se resultar na unificação cultural, de acordo com o autor: “Cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada” (HALL, 2006, p. 60). O discurso museológico e patrimonial associado à memória nacional, como pontuado por Chuva (2009), são alguns dos aspectos utilizados para a construção e manutenção dessa identidade nacional.

O Museu da Inconfidência foi criado com o intuito de receber os restos mortais dos inconfidentes mineiros que, em 1792, foram exilados para o continente Africano. O museu foi inaugurado em 1944 no edifício da antiga Casa de Câmara e Cadeia de

Vila Rica. A exposição de longa duração retrata a história da inconfidência mineira e de Vila Rica nos séculos XVIII e XIX, atualmente a instituição é vinculada ao IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus). Segundo Brusadin (2015), os propósitos para criação do Museu da Inconfidência estavam em consonância com os interesses do Estado em estabelecer um projeto de memória nacional, e atendiam os anseios de uma elite cultural e sua concepção acerca de patrimônio.

A característica principal desse ato é a forma como o governo se apropriou do passado e efetuou o seu redimensionamento. Não se trata somente da celebração ou de um retorno ao passado, mas sim de inventar uma nação através de valores tradicionais – estéticos e históricos em uma tentativa de recuperar a essência que está no passado, transpondo-a para o presente (BRUSADIN, 2015, p. 116).

A exposição de longa duração, que se encontra atualmente em exibição no museu, foi inaugurada em 2006 com projeto assinado pelo francês Pierre Catel, e se propõe retratar a vida social, política e artística mineira dos séculos XVIII e XIX. O percurso expositivo se inicia pelo lado direito do primeiro andar e conta com 16 módulos, sendo esses:

1. Das origens;
2. Construção;
3. Transporte;
4. Mineração;
5. Inconfidência;
6. Panteão;
7. Império;
8. Vida Social;
9. Arte e Religião;
10. Triunfo Eucarístico;
11. Associações Leigas;
12. Oratórios;
13. Aleijadinho;
14. Mobiliário;
15. Ataíde;
16. Pintura e Escultura.

O primeiro módulo, intitulado “Das origens” (Figura 9), expõe ao visitante alguns objetos indígenas brasileiros em uma pequena parte da vitrine, sendo esses:

urna funerária, flechas, fragmentos de flecha, machado, pingente e raspadeira. Juntamente com esses objetos, se encontra a reprodução de uma pintura denominada “Encontro de índios e paulistas”, além de algumas armas e espadas atribuídas como pertencentes aos paulistas. Importante ressaltar que a maioria da vitrine expositiva é composta por objetos que fazem associação a elite colonizadora, sendo esses: pinturas, esculturas, baú, porta, fechaduras e chaves, utensílios domésticos em prata, sino e arandela. O módulo possui, de fato, poucas informações sobre as origens indígenas de Vila Rica, fazendo nenhuma alusão sobre a etnia indígena representada e estabelecendo a narrativa a partir da chegada dos bandeirantes paulistas e portugueses no território.

Figura 9 – Vitrine expositiva módulo das origens



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

O estado de Minas Gerais era consideravelmente habitado por indígenas, a região era inclusive conhecida como Minas dos Cataguases, devido à etnia indígena Cataguases (também conhecidos como Cataguás), que povoavam boa parte da região, e o território que viria se tornar Vila Rica (VILLASCHI, 2014). Segundo Resende (2005), durante o final do XVII, no período das expedições bandeirantes em

busca de riquezas mineiras, o combate direto entre bandeirantes e Cataguases resultou em um extermínio de grande parte da etnia indígena, restando reduzidos grupos que resistiram durante o período colonial. Importante ressaltar também que, diferentemente do relato pela narrativa do museu, muitos indígenas foram, sim, escravizados, tal qual aponta Villaschi, seja no transporte de cargas ou alimentação de expedições, sendo, portanto, a relação entre indígenas, bandeirantes e colonizadores conflituosa e escravagista. Para Resende, é necessário um resgate da história indígena mineira durante o período colonial, “Portanto, na Minas que é muitas — tantas ainda por se revelar — não se pode deixar de reconhecer que pouco dela compreenderemos sem levar em conta a Minas dos Cataguases.” (RESENDE, 2005, p. 202).

No módulo “Mineração”, a exposição se propõe a apresentar sobre a exploração mineral em Vila Rica, desde a descoberta do ouro na região, perpassando pela revolta de Sedição de Vila Rica e o declínio da atividade mineradora. Os textos informativos narram de forma cronológica o histórico do território, apresentando sobre as casas de fundição (que era a forma que a coroa portuguesa arrecadava o quinto do ouro extraído pela colônia), e como tal cobrança resultou na revolta de Sedição de Vila Rica, que faria o arraial do Ouro Podre ser conhecido posteriormente como Morro da Queimada, como visto anteriormente.

Durante o percurso expositivo do módulo, ainda há uma maquete (Figura 10) que recria as práticas e técnicas de mineração adotados em Vila Rica, onde é possível visualizar representações dos escravizados africanos e afro-brasileiros nas minas. Outro objeto que chama atenção na exposição é a escultura da imagem de São Benedito de Palermo (Figura 11), na legenda expandida da imagem é possível ler “Descendente de negros etíopes, nasceu em São Filadelfo, na Sicília, no ano de 1524. O culto a santos negros testemunha a liberdade de devoção e o reconhecimento da contribuição da cultura e do trabalho africano nas Minas Gerais”. (MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 2006).

Figura 10 – Maquete técnicas de mineração



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

Figura 11 – São Benedito de Palermo



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

O outro texto informativo da exposição relata sobre os escravizados, segundo transcrição: “Na colônia, a experiência frustrada da utilização de mão-de-obra indígena iria resultar na adoção da escravatura negra. Durante séculos, os braços robustos, aqui chegados em imigração forçada, constituíram o sustentáculo da

economia” (MUSEU DA INCONFIDENCIA, 2006). No mesmo cartaz do texto informativo, podemos observar a reprodução de uma litografia de J. M. Rugendas, denominada “Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros”, e uma reprodução da aquarela de J. B. Debret, denominada “Castigo de Escravos que se executa nas praças públicas”. Abaixo do cartaz contendo o texto informativo, há disposto em uma vitrine inúmeros objetos de tortura. As outras vitrines do módulo são compostas, basicamente, por ferramentas utilizadas no processo da mineração e nas casas de fundição, e demais objetos de torturas que eram utilizados para castigo dos escravizados.

Para Lima Filho: “o Museu invisibiliza a questão de uma herança afrobrasileira/ouro-pretana, e quando o faz é via passado escravo, mesmo assim de forma minimizada e com instrumentos de tortura” (2010, p. 205). Associando, portanto, a imagem dos negros que foram escravizados a uma memória de dor e violência, e como um trabalho meramente braçal. A monumentalização da violência, como pontuado por Silva *et al.* (2020), tem o efeito de dominação cultural de uma política colonial, reproduzida através de práticas curatoriais que reforçam tais estruturas hegemônicas. O módulo da exposição ignora tantos outros aspectos da cultura afro-brasileira que poderiam estar presentes, como a inteligência africana no processo de mineração, ou a presença negra em Irmandades e Confrarias, e na construção das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e Matriz de Santa Efigênia, ou mesmo nas celebrações do Congado e Reinado, tão presentes no estado de Minas Gerais.

Em conformidade com Cury (2020), a comunicação museológica se resulta de um processo constante de seleção e valoração, sendo a primeira escolha dos objetos que compõem o acervo institucional e, em um segundo momento, a associação a outros objetos, que também foram selecionados para constituírem uma exposição. Nesse sentido, o objeto no museu adquire o que a autora denomina de *musealia*, pois ele perde a sua função utilitária para assumir uma função de subjetividade e interpretação, para Cury: “Isso significa que esse objeto adquire um outro valor, cultural e simbólico, em um outro lugar social” (2020, p. 134). Desse modo, podemos concluir que todo discurso expositivo carrega em si um processo intencional de comunicação museológica pelo processo de seleção e valoração de objetos.

Em seus processos de seleção e escolha, o Museu da Inconfidência, intencionalmente, se posiciona a contar a história de uma elite, primeiramente uma

elite portuguesa colonizadora e posteriormente uma elite intelectual mineira, os inconfidentes. Para Abreu, esse discurso está intrinsecamente relacionado com um ideal de nação e seu processo de seleção e exclusão: “O conceito de nação operado resultaria fortemente excludente, ficando restrito aos brancos. Os índios e os negros estariam excluídos por não serem portadores da civilização” (ABREU, 1990, p. 20). A forma como o Museu da Inconfidência representa a história afro-brasileira e indígena é bastante problemática, pois, quando o faz, acaba por reproduzir em seu discurso expositivo a visão estigmatizada dos colonizadores.

Esse Museu que nasceu sob uma ideologia que transcendia o culto ao “belo” e “civilizado”, consolidava a partir dali uma política institucional que distanciaria também do cenário cultural, grupos excluídos das políticas de educação. Ao olhar por esse ângulo, podemos aferir que a criação dos museus de tipologia histórica no Brasil ilustra o contexto em que se inicia a trajetória da Museologia no país, reproduzindo os ideais europeus que julgavam e determinavam os bens culturais que seriam eleitos como representativos da história. Culminou desse modelo preservacionista, a perpetuação desses bens e seus respectivos donos, personagens que historicamente dominaram a política e a economia do país (SILVA, 2016, p. 52).

Em relação ao mais recente museu de Ouro Preto, o Boulieu, localizado no edifício do antigo Asilo São Vicente de Paulo, é uma instituição privada administrada pelo Instituto de mesmo nome com viabilização por meio da Lei de Incentivo à Cultura. O acervo do museu é composto pela coleção do casal franco-brasileiro Maria Helena e Jacques Boulieu, que consiste em sua grande parte em Arte Sacra de diferentes partes do mundo. A exposição permanente, “Caminhos da Fé”, se propõe a apresentar a manifestação artística da religiosidade resultante da colonização e domínio dos povos originários nos seguintes 9 módulos:

1. A fé e o império conquistam o mar;
2. O mundo encantado das Índias;
3. Americanos de Norte a Sul sob o sinal da cruz;
4. O brilho dos metais e a luz da religião;
5. A América hispânica e o esplendor do culto;
6. Os engenhos da arte no Brasil açucareiro;
7. A palma barroca na mão do povo;
8. O eldorado no coração da grande floresta;
9. Esfera da opulência e teatro da religião.

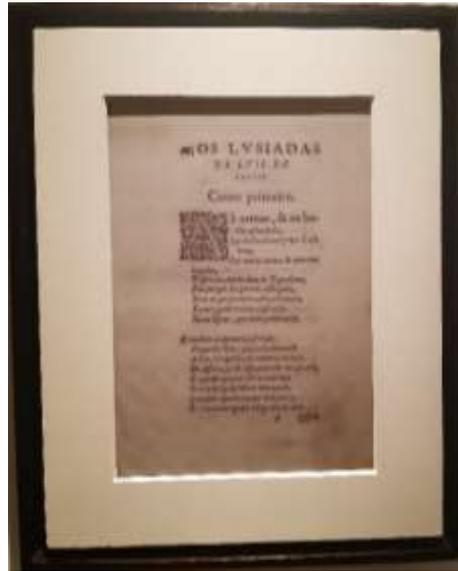
Como colocado por Quijano (2005), a visão eurocêntrica como uma visão hegemônica, conseqüentemente, toma como ponto de partida o entendimento da América a partir da chegada dos colonizadores ibéricos. A colonização sobrepõe e estigmatiza outras narrativas, e se afirma como a única história possível, silenciando e apagando as histórias dos povos originários e sua diversidade de conhecimentos.

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, embora algumas das suas raízes sejam sem dúvida mais antigas, e que nos séculos seguintes se tornou globalmente hegemônica, mesmo canal do domínio da Europa burguesa [...] Não é, portanto, uma categoria que inclua toda a história cognitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Por outras palavras, não se refere a todos os modos de saber de todos os europeus e em todos os tempos, mas sim a uma determinada racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna globalmente hegemônica ao colonizar e sobrepor todas as outras, anteriores ou diferentes, e os seus respetivos conhecimentos específicos, tanto na Europa como no resto do mundo¹¹ (QUIJANO, 2005, p. 218-219, tradução nossa).

A exposição tem como ponto de partida a chegada dos colonizadores através das navegações, intitulada “A fé e o império conquistam o mar”. Nesse primeiro módulo, se encontra exposto a reprodução da primeira página do poema “Os Lusíadas” de Luís Vaz de Camões (Figura 12). No mesmo módulo, ainda podemos visualizar uma imagem escultórica de Nossa Senhora do Mar e uma pintura denominada “Defesa da Eucaristia”, ambas sem atribuição de autoria, apenas com atribuição geográfica dos países que foram confeccionadas, sendo respectivamente Índia e Peru.

Figura 12 – Reprodução do poema “Os Lusíadas” de Luís Vaz de Camões

¹¹ Eurocentrismo es, aqui, el nombre de una perspectiva de conocimiento cuya elaboración sistemática comenzó en Europa Occidental antes del mediados del siglo XVII, aunque algunas de sus raíces son sin duda más viejas, incluso antiguas, y que en las centurias siguientes se hizo mundialmente hegemónica recorriendo el mismo cauce del dominio de Europa burguesa [...] No se trata, en consecuencia, de una categoría que implica toda la historia cognoscitiva en toda Europa, ni en Europa Occidental en particular. En otros términos, no se refiere a todos los modos de conocer de todos los europeos y en todas las épocas, sino una específica racionalidade o perspectiva de conocimiento que se hace mundialmente hegemónica colonizando y sobreponiéndose a todas las demás, previas o diferentes, y a sus respectivos saberes concretos, tanto en Europa como en el resto del mundo (QUIJANO, 2005, p. 218-219)



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

A exposição permanente conta com módulo sobre as populações indígenas das Américas, onde se encontra exposto o acervo arqueológico pré-colonial andino (Figura 13). Nas outras vitrines do módulo, podemos visualizar também uma variedade de máscaras da Guatemala, em outro expositor alguns objetos vindos de Goiás, no Brasil, como: cesto, cerâmicas, cachimbos, remo e artefatos líticos, e a reprodução do Mapa Tenochtitlán e Golfo do México, de autor desconhecido com texto de Bernal Díaz del Castillo.

Figura 13 – Vitrine expositiva com artefatos arqueológicos Andinos



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

Durante esse percurso, é notável, ainda, algumas intervenções artísticas nas paredes do módulo, sendo essas as ilustrações “*Abya Yala*” e “*Mama Wako*”, ambas feitas pelo artista plástico Adrián ILave Inca que explora através das artes o ativismo na defesa dos territórios e direitos dos povos originários. Os textos informativos do

módulo se posicionam em uma perspectiva da participação indígena na história do continente americano, como podemos notar na transcrição abaixo:

Os artefatos andinos do acervo do Museu Bouliou são exemplos singulares da sofisticação tecnológica e conceitual compartilhada pelas sociedades indígenas da América pré-colonial. Oriundos de contextos rituais e funerários, eles foram produzidos há aproximadamente 2 mil anos. Aqui permanecem vivos, carregando o legado milenar de rias sociedades esquecidas no tempo; são protagonistas de histórias ainda por ser contadas (MUSEU BOULIEU, 2022).

Segundo Wichers (2020), a gênese dos museus está intrinsecamente correlacionada com as identidades nacionais, o colonialismo e o imperialismo. Devido essa ligação, a autora salienta a necessidade de adotar práticas museológicas decoloniais a partir da participação de grupos historicamente excluídos dessas narrativas oficiais, citando, como exemplo, os agentes indígenas. A violência epistêmica (SPIVAK, 2012) também pode ser observada nas práticas museais, seja no silenciamento ou inviabilização do outro em um discurso expositivo, na democratização do acesso, ou mesmo na participação popular nas políticas patrimoniais.

Outrossim, coloca-se como especialmente relevante uma análise crítica das práticas de colecionamento e de musealização, tendo em vista a herança colonialista dessas práticas. [...] Essa negação pode ser visualizada nos museus, onde raramente vemos a história das coleções, no que tange as formas de coleta e inserção desses vestígios nos museus, tantas vezes marcadas por saques e espólios (WICHERS, 2020, p. 409).

Muito dessa visão, reproduzida pelos museus tradicionais e institucionalizados, advém da concepção de uma história nacional fomentada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante o século XIX. Arelada a uma visão colonizadora, a construção da identidade brasileira buscou nos povos originários, no apagamento do extermínio e submissão, resignados pela colonização, elementos que sustentassem a ideia de Nação, utilizando dos museus, das artes e da literatura para promover esse imaginário.

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

O indianismo foi um movimento artístico e literário brasileiro durante o século XIX, reforçado pelo IHGB na idealização do indígena como herói nacional. As obras

produzidas nesse período demonstram a manifestação nacionalista através da descrição da paisagem, dita tipicamente brasileira, e no “incentivo à miscigenação como forma de branqueamento desses grupos indígenas” (GUIMARÃES, 1988, p. 21). A romantização dessa violência era institucionalizada e estabelecida como arte, como podemos ver no livro “Iracema” de José de Alencar.

O módulo “O eldorado no coração da grande floresta” narra ao visitante o ciclo do ouro em Minas Gerais, segundo o texto informativo: “No final do século XVII, milhares de pessoas invadem o Caeté alucinadas pela febre do ouro. Imediatamente, surgem arraiais e vilas, conformando os primeiros núcleos urbanos no interior de Minas Gerais” (MUSEU BOULIEU, 2022). No módulo, também está disposto em uma vitrine oratórios e imagens sacras produzidas em Minas Gerais (Figura 14). Como dito anteriormente, o barroco teve forte influência no estado devido à colonização portuguesa durante o período de mineração do ouro. Marcado pela adaptabilidade técnica, o barroco mineiro se estabelece como forma de organização religiosa e social da época (OLIVEIRA; CAMPOS, 2010).

Figura 14 – Vitrine expositiva de arte sacra



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

Diante dos aspectos analisados, constatamos que a exposição permanente do Museu Bouliou se propõe a apresentar os caminhos dos colonizadores ibéricos

pela América Latina e Ásia. Através de seu acervo, predominantemente em arte sacra, o discurso museológico nos conta sobre a influência da fé católica no processo de colonização, por vezes de forma romantizada. Na atualidade, onde profissionais e pesquisadores compreendem cada vez mais os museus como espaços de reivindicações e manifestações sociais, e as diferentes revisitações históricas que vêm sendo discutidas no campo patrimonial, podemos perceber um comprometimento ético da instituição ao trazer uma narrativa propositiva dos povos originários, diferentemente do que acontece na exposição do Museu da Inconfidência.

Retomando ao conceito de identidade cultural, elencado por Hall (2006), podemos refletir sobre como ocorre esse processo na instância dos museus. Para o autor, as identidades culturais, no contexto da pós-modernidade, vivenciam algumas consequências da globalização. Sendo a primeira, o declínio das identidades nacionais como resultado desse processo, concomitante, há um movimento de resistência das identidades locais à homogeneização global, e o surgimento de identidades híbridas e múltiplas, que se manifestam com a decadência das identidades nacionais (HALL, 2006). Na dinâmica museológica, podemos associar essas diferentes identidades, como pontuadas por Hall (2006), com os ecomuseus e museus comunitários, e no modo que essas iniciativas contemplam identidades alternativas, proporcionadas pelas narrativas cotidianas da própria comunidade, como discutiremos mais a fundo no próximo capítulo.

2.2. Outras narrativas

No ecomuseu a gente trabalha com as pessoas, com a comunidade, nosso maior patrimônio é esse (Entrevistado 2, liderança comunitária, 2022).

Em contraponto as narrativas de museus institucionalizados, que foram anteriormente apresentadas, e partindo da discussão teórica em que se faz cada vez mais necessária a participação popular nos processos museológicos e patrimoniais, abordaremos aqui acerca das outras narrativas possíveis ao apresentar o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG), em contraposição a ideia de uma história única sobre museus fortemente pautada em uma identidade nacional.

Para Brulon, os discursos dos museus, por vezes, “materializam, nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado, os patrimônios

valorados no presente” (2020, p. 3). E para reverter esse estigma de história única nos museus, ou seja, a história do ponto de vista dos colonizadores, é imprescindível a compreensão e reinterpretação de processos museológicos plurais que abarquem múltiplos sujeitos. A crítica decolonial, no contexto de museus e patrimônios, é basilar para abordar sobre ecomuseus e museus comunitários. Para tal, discutiremos mais a fundo sobre os estudos decoloniais e museus no próximo capítulo.

O início do caminho à descolonização dos museus é uma museologia plural, da existência dos múltiplos sujeitos, é imaginar outras materializações possíveis, uma reinterpretação nos contextos tocados pela colonização e novos regimes de valor para produzir o patrimônio. Dessa maneira, é repensar o pensamento para se “imaginar materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas (BRULON, 2020, p. 26).

Após a discussão apresentada no tópico anterior, e partindo da compreensão que a nova museologia tem como pressuposto a reflexão teórica e prática em seus processos, neste tópico, abordaremos, especificamente, sobre os ecomuseus e museus comunitários a partir da análise do Ecomuseu da Serra. Segundo Priosti (2010), as iniciativas de ecomuseus e museus comunitários são concomitantes com o movimento da nova museologia. O conceito de ecomuseu surge alguns anos anterior às discussões de Santiago do Chile, ainda no início década de 1970, sendo que o termo já havia sido utilizado por iniciativas de museus comunitários na França, como o caso do Ecomuseu da Comunidade Urbana *Le Creusot-Montceau les mines* na região de Borgonha. Dessa forma, destacamos que: “a primeira iniciativa de dar à população um instrumento para expressar sua vontade e para desenvolver o território” (PRIOSTI, 2010, p. 42).

Agora, quais são as diferenças? Bom, os outros museus, eles são verticalizados, foram institucionalizados pelos seus gestores, sejam do estado, do federal ou das igrejas, eles trabalham com coleções, com a preservação dessas coleções, a organização de exposições a partir das coleções. E nós aqui é o contrário, trabalhamos primeiro as pessoas, as pessoas são um patrimônio, a partir daí a gente vai reconstruindo a história, a memória e a preservação disso tudo. E eles vão se redescobrimo, como a N... mesmo falou, “a gente já fazia tudo isso, nos apropriamos de uma coisa que a gente já fazia”. Então é isso um pouco, o conceito de preservação é diferente sim, o ecomuseu, ele pode ter uma sede ou não, ele tem uma lógica de território, ele pode ter acervo ou não, os acervos das coleções podem ser das casas das famílias da comunidade (Entrevistado 3, especialista da área, 2022).

Conforme Varine (2005) afirma, os ecomuseus e museus comunitários se caracterizam por processos cooperativos de construção e gestão pela comunidade em que estão inseridos, evidenciando sua população e território em consonância com o patrimônio. Os usos sociais do patrimônio cultural (CANCLINI, 1999) se relacionam com os ecomuseus devido aos usos atribuídos pela comunidade local ao bem patrimonial, que passa a se identificar e se apropriar do patrimônio em seu cotidiano. Esses usos se relacionam com as práticas ecomuseais, no que tange a participação comunitária nas políticas patrimoniais. Efetivando, assim, um uso social apropriado pela população local no processo de autogestão que o ecomuseu estabelece, trazendo uma relação de uso pelos moradores ao patrimônio cultural, crucial para a sua preservação (Figura 15).

Figura 15 – Saída da Missa na Capela de São Sebastião



Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

O processo de implantação de museu tradicional é institucionalizado, seja pelo poder público ou pela iniciativa privada. Existe também uma hierarquia e organograma institucional, onde esses museus têm como principal objetivo a preservação e exposição de seus acervos, através da tríade documentação, preservação e comunicação. Já os ecomuseus e museus comunitários não são institucionalizados e têm como principal objetivo preservar as relações entre a comunidade, território e patrimônio, considerando seu patrimônio vivo e híbrido (de natureza material e imaterial). O processo de criação de um ecomuseu parte

primeiramente da comunidade, diante de sua participação em todas as etapas, operando em uma lógica de territorial e comunitária na preservação de seus patrimônios.

A diferença é que nos ecomuseus, pela sua formação e definição, é a comunidade que se insere e se apropria de sua história e com isso, se valoriza e valoriza este patrimônio. Outras instituições, principalmente as governamentais, podem ter um discurso político, voltado para a história do conquistador, não dos povos originários e muito menos das comunidades (Entrevistado 4, liderança comunitária, 2022).

Podemos perceber também que os ecomuseus e museus comunitários se relacionam com a proposta de museu integral da Declaração de Santiago, anteriormente relatada. Varine (2020) aponta que a efetiva prática da nova museologia na América Latina ainda foi tardia, devido a diversos fatores, como as ditaduras militares, a formação de entidades de base e o caráter muito europeu dos museus atuantes. O autor ressalta ainda a ação pioneira do México com os museus comunitários, como veremos a seguir.

O ecomuseu é uma instituição que administra, estuda e explora para fins científicos, educacionais e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, incluindo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade. O ecomuseu é, por isso, um instrumento de participação popular para o ordenamento do território e o desenvolvimento comunitário. Para tal, o ecomuseu utiliza todos os meios e métodos de que dispõe para que esta comunidade possa compreender, analisar, criticar e controlar de forma livre e responsável os problemas que surgem em todas as áreas da vida ¹² (VARINE, 2020, p. 57, tradução nossa).

O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto é uma iniciativa realizada pela comunidade com o apoio de demais profissionais do campo da museologia, concebido pela coordenadora comunitária Vanilda Costa de Paula Alves, conhecida pela comunidade como Nida, pela museóloga e professora do departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) Dra. Yara Mattos, e pelo consultor internacional Hugues de Varine, contando ainda com alunos bolsistas e

¹² El ecomuseo es una institución que administra, estudia y explota con fines científicos, educativos y, en general, culturales el patrimonio global de una comunidad determinada, comprendiendo la totalidad del medio ambiente natural y cultural de esta comunidad. El ecomuseu es, por este hecho, un instrumento de participación popular para el ordenamiento territorial y el desarrollo comunitario. Para este fin, el ecomuseo utiliza todos los medios y todos los métodos que se le ofrecen para que esta comunidad pueda comprender, analizar, criticar y controlar de manera libre y responsable los problemas que se le presentan en todos los ámbitos de la vida (VARINE, 2020, p. 57).

voluntários da UFOP e equipe comunitária atuante. O ecomuseu tem como objetivo realizar a troca de informações entre museu e comunidade, assim como musealizar a paisagem do parque, os processos históricos e a cultura imaterial que envolve a localidade (MATTOS, 2007).

É a comunidade de cada bairro, e sobretudo, alguns habitantes particularmente motivados e engajados, que são o coração do ecomuseu. Eles são associações de moradores, famílias inteiras com projetos, professores de escolas e seus alunos, líderes comunitários cuja forte personalidade ou competência facilitam a mobilização social e a realização de certas ações. É, portanto, uma composição com geometria variável, que responde às necessidades e aproveita as oportunidades¹³ (MATTOS; VARINE, 2019, p. 8, tradução nossa).

Segundo Mattos e Varine (2019), o ecomuseu vem atuando principalmente por meio de ações educativas no território, primeiramente pela atuação por meio de oficinas voltadas para o público infantil, e na articulação na formação de líderes e atores sociais, através das associações de moradores de cada bairro. Com o passar dos anos, o ecomuseu foi ampliando suas atividades para toda a população dos bairros supracitados, entre os anos 2007 e 2010. Destaca-se o projeto “Memória da Vida”, em que se reuniu testemunhos da população acima de 60 anos sobre as tradições, costumes, crenças, ofícios e histórias dessa parcela da comunidade presentes no território (Figura 16).

Figura 16 – Feira de Artesanatos do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto



¹³ C'est la communauté de chaque quartier et surtout certains habitants particulièrement motivés et engagés qui sont au cœur de l'écomusée. Il s'agit des associations de moradores (habitants), de familles entières porteuses de projets, de professeurs des écoles et de leurs élèves, de leaders communautaires dont la forte personnalité ou la compétence facilitent la mobilisation sociale et la réalisation de certaines actions. C'est donc une composition à géométrie variable, qui répond aux besoins et saisit les opportunités (MATTOS; VARINE, 2019, p. 8).

Fonte: Larissa Venâncio, 2022.

Ainda se ressalta outras ações e mobilizações do Ecomuseu da Serra, como apontado por Mattos e Varine (2019): o “Festival de Tropeiros” no São Sebastião; a ação educativa “Programa Vida nos morros”, na Escola Juventina Drummond do bairro Santana, realizada pelo núcleo de arqueologia do LAPACOM; o inventário participativo de 2011, realizado em parceria do ecomuseu com o Departamento de Turismo da UFOP, e que contou com a amostragem de 401 famílias residentes dos bairros do ecomuseu. De forma participativa, entre atores sociais e instituições, o ecomuseu se articula por meio de oficinas educativas (Figura 17) e exposições compartilhadas, abordando a temática do patrimônio, memória, cidadania e meio ambiente, a fim de envolver e motivar a comunidade local (MATTOS; VARINE, 2019).

Figura 17 – Roda de conversa com Yara Matos: Café com Prosa-Independências e ecomuseus programação primavera de museus



Fonte: Marcio Luiz Paula Alves, 2022.

Ainda na cidade de Ouro Preto, podemos perceber algumas iniciativas que, assim como o Ecomuseu da Serra, também se propõem a dialogar sobre patrimônio e memória a partir de outras narrativas, como a Mina Du Veloso, que apresenta as estruturas de uma antiga mina de ouro na perspectiva afrocentrada, destacando a inteligência dos africanos mineradores e o legado sociocultural na cidade de Ouro

Preto (VIANA; BRUSADIN, 2020). Para Nogueira e Passos (2017), a invisibilização dos saberes africanos nas técnicas de mineração, e na própria construção urbana da antiga Vila Rica, advém de uma narrativa dos colonizadores e da história oficial. Tais narrativas foram reafirmadas constantemente no campo patrimonial e museológico, tanto no projeto modernista de cidade histórica tombada, ou então na reafirmação desse discurso pelos museus institucionalizados da cidade, ambas provenientes de uma política de identidade nacional (HALL, 2006).

Os ecomuseus e museus comunitários se relacionam com a proposta elaborada por Boaventura de Sousa Santos de práxis da ecologia dos saberes. Segundo o autor, a práxis de ecologia dos saberes “[...] tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2010, p. 25). Se constata, portanto, a presença do modelo desenvolvimentista na ciência que reforça o colonialismo e demais opressões no campo epistemológico, e se propõe a associar o saber científico aos saberes dos afrodescendentes, camponeses e indígenas, resultando em uma condição de ecologia dos múltiplos saberes.

Ao trazer o protagonismo da comunidade como uma questão central, os ecomuseus e museus comunitários rompem com uma lógica hegemônica patrimonial e museológica, e se utilizam da práxis de ecologia dos saberes proposta por Santos (2010). O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto utiliza-se dessa participação através dos usos sociais e demanda da própria comunidade em suas ações. Trazemos como exemplo as oficinas de artesanato que aconteceram em julho de 2021, onde foram ofertadas pelo ecomuseu oficinas de estandarte, espantalho e pipa junina, associados aos saberes e patrimônios locais da comunidade.

É no ecomuseu a gente trabalha com as pessoas, que é uma coisa muito diferente... E os museus tradicionais é mais comum trabalhar com objetos. Tem muita diferença então, um trabalha com o ser humano, com pessoas mesmo, lidar com as pessoas com que elas sabem fazer... É muito diferente do que você está trabalhando com uma peça ou objeto, tem história também, é lógico, mas a nossa história aqui é viva, né? Somos nós mesmo (Entrevistado 1, liderança comunitária, 2022).

É significativo também a influência do educador Paulo Freire na museologia brasileira e latino-americana. Freire (1967) ao propor a discussão da educação popular e libertadora, e ao evidenciar a importância de processos participativos de

emancipação e conscientização política, foi fonte de inspiração para os ecomuseus como instância participativa e comunitária (VARINE, 2020). As reflexões de Freire, principalmente as de Educação como Prática da Liberdade (1967), se relacionam com os ecomuseus e museus comunitários, no que tange os processos democráticos e de participação cultural e política dessas instituições. Através da autogestão, as diferentes comunidades experimentam ações para reconstruir e ressignificar suas relações entre o patrimônio e o território, de acordo com os diversos contextos e realidades vivenciadas por essas populações.

Encontramos esse tipo de concepção no pensamento e nas práticas do brasileiro Paulo Freire, quando se refere à relação “educador-educado”. Acho necessário reconhecer que esse princípio de democracia cultural é um dos fundamentos ideológicos da Nova Museologia e dos ecomuseus¹⁴ (VARINE, 2020, p. 101, tradução nossa).

Mediante o exposto, podemos perceber como os ecomuseus e museus comunitários estabelecem relações de uso e apropriação do patrimônio pela comunidade em sua rotina. Ao proporcionar uma gestão participativa do ecomuseu ou museu comunitário, percebe-se a atuação e engajamento dos diversos atores sociais pertencentes ao território que atuam em prol da preservação do patrimônio cultural em seu entorno. Tornando a tríade patrimônio, território e comunidade integrada, devido às relações afetivas presentes, também proporcionando o desenvolvimento local a partir de suas ações.

¹⁴ Encontramos este tipo de concepción en el pensamiento y las prácticas del brasileño Paulo Freire, cuando se refiere a la relación “educador-educado”. Creo que es necesario reconocer que este principio de democracia cultural es una de las bases ideológicas de la Nueva Museología y de los ecomuseos (VARINE, 2020, p. 101).

3. CAPÍTULO III – ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO (MG): ENTRE AFETOS, HOSPITALIDADE E DECOLONIALIDADE

Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas misturadas saem cada qual da sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca (Marcel Mauss, 1924, ed. 2017, p. 221).

Neste último capítulo, abordaremos as relações de afeto, hospitalidade e decolonialidade que permeiam o Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Em um primeiro momento, tratando sobre a compatibilidade do pensamento decolonial e os pressupostos teóricos e práticos da nova museologia. E, posteriormente, discorreremos sobre a dádiva dos afetos e os vínculos de acolhimento e hospitalidade na vivência do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

3.1. Nova museologia e decolonidade

Após as questões pontuadas no capítulo anterior, sobre a colonialidade presentes nos discursos dos museus, trataremos aqui a afinidade entre os estudos decoloniais e a nova museologia, através de suas práticas de ecomuseus e museus comunitários. A colonialidade do poder, do saber e do ser, influencia diretamente as práticas e discursos museais, visto isso, discorreremos a emergência sem se pensar sobre processos museológicos em uma perspectiva decolonial.

O pensamento decolonial emerge do movimento de resistência latino-americano da década de 1990 e propõe o rompimento da lógica eurocentrada, já pré-estabelecida, para uma visão epistemológica pluralista. O termo colonialidade do poder, como proposto por Quijano (2005), busca relatar as assimetrias de poder presentes na modernidade, e tais assimetrias têm origem no período colonial com a ocupação do território americano por países europeus, que permanecem até os dias atuais por meio da globalização e do neoliberalismo.

Isso significa que a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação sempre foi um fator limitante nesses processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico, em menor medida como no caso americana ou decisivamente como na América Latina. O grau real de limitação depende, como foi mostrado, da proporção das raças colonizadas na população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais. Por tudo isso, a colonialidade do poder estabelecida na ideia de raça deve ser admitida como fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema, porém, é que na América Latina a perspectiva

eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e os levou a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno das relações coloniais¹⁵ (QUIJANO, 2005, p. 238, tradução nossa).

Segundo Ballestrin (2013), a reflexão sobre o decolonial teria o significado de um "(...) movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade." (p. 105). O pensamento decolonial, ao romper com a lógica moderna capitalista e eurocentrada, propõe uma visão mais pluralista do saber, levando em consideração às diferentes realidades do sul global. Essas realidades envolvem as violações e silenciamentos vivenciados pelos países latino-americanos em suas histórias, primeiramente em relação aos povos originários, durante o período da colonização, e depois em relação às ditaduras militares, vivenciadas na maioria desses países, como apontamos anteriormente.

O neoliberalismo atua na manutenção da colonialidade através das desigualdades sociais, principalmente em países do sul global, ou como o próprio modelo econômico denomina, países em desenvolvimento, que têm em comum a história do colonialismo em seus passados. A ideia de raça, como proposto por Quijano (2005), também foi fortemente utilizada como mecanismo de perpetuação da colonialidade na modernidade. Para González (1988), o termo latinidade pode ser entendido como uma forma de apagamento de identidades, logo, a autora propõe o uso do termo amerfricanidade, ressaltando a forte influência negra e indígena no continente, que resultou em uma identidade cultural única (AGUIAR, 2021).

A amefricanidade será então parte desse processo ativo de ressignificação epistemológica. A criação desta categoria irá possibilitar um novo olhar sobre os povos das Américas, entendendo as influências negras e ameríndias como interferências ativas ao processo de colonização das Américas, que "incorpora um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência,

¹⁵ Esto quiere decir que la colonialidad del poder basada en la imposición de la idea de raza como instrumento de dominación, ha sido siempre un factor limitante de estos procesos de construcción del Estado-nación basados en el modelo eurocéntrico, sea en menor medida como en el caso norteamericano o de modo decisivo como en América Latina. El grado actual de limitación depende, como ha sido mostrado, de la proporción de las razas colonizadas dentro de la población total y de la densidad de sus instituciones sociales y culturales. Por todo eso, la colonialidad del poder establecida sobre la idea de raza debe ser admitida como un factor básico en la cuestión nacional y del Estado-nación. El problema es, sin embargo, que en América Latina la perspectiva eurocéntrica fue adoptada por los grupos dominantes como propia y los llevó a imponer el modelo europeo de formación del Estado-nación para estructuras de poder organizadas alrededor de relaciones coloniales.

reinterpretação e criação de novas formas), que é afrocentrada. (GONZALEZ, 1988, p. 76)

A colonialidade do saber, ou ainda epistemicídio, como proposto por Carneiro (2005), se compreende pelo controle do conhecimento e dos saberes enraizados na colonialidade. Dialogando com a violência epistêmica proposta por Spivak (1988), nessa perspectiva, diferentes formas de saber são silenciadas e colocadas à margem pelo conhecimento europeu. O processo de subalternização dos conhecimentos durante a colonização estigmatizou culturas e operou no apagamento de línguas dos povos originários.

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos Dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Com relação à colonialidade, o ser se relaciona com as questões de inferiorização dos corpos colonizados e suas relações de afeto e sexualidade, envolvendo também as questões de raça, gênero e classe nessa dinâmica. Algumas autoras feministas negras que dialogam bastante sobre essa problemática são: Conceição Evaristo (2016), Chimamanda Ngozi Adichie (2009), Lélia Gonzalez (1988), Sueli Carneiro (2005) e Bell Hooks (1999). Portanto, podemos enfatizar que as relações de afeto são conseqüentemente influenciadas pela estrutura colonial dominante, que favorece corpos brancos e masculinos.

Assim, a colonialidade do ser é trabalhada em cima da questão de ser uma manifestação que surge através da criação do conceito de raça usado pelo Ocidente de modo a inferiorizar e desumanizar (processo importante da estrutura colonial) os povos que foram colonizados, criando também a relação de poder que vai funcionar de modo que quem se encontra como detentor do poder, irá definir a identidade dos que são alcançados por sua hegemonia, de modo a garantir a manutenção de sua posição. Logo, começa a ser discutida a questão de como essa manutenção de relações de poder baseada em conceitos racializantes ditam a estrutura dos afetos em uma sociedade

que tem parte de seu imaginário cultural pautado nas crenças coloniais (VIANA, 2019, p. 70)

Os três tipos de colonialidade de poder, saber e ser, estão intrinsecamente relacionados com as dinâmicas dos museus, pois, como espaços culturais, refletem os anseios e manifestações presentes na sociedade. Conseqüentemente, os efeitos do colonialismo, e a perpetuação de estereótipos de identidades indígenas e negras, são constantemente percebidos em algumas dessas instituições, como vimos anteriormente através de alguns exemplos na cidade de Ouro Preto. Levando em consideração tais questões, podemos constatar que, muitas vezes, os museus tradicionais ou institucionalizados reproduzem a colonialidade por intermédio de suas exposições.

Mais do que produzir sujeitos subalternos, os museus nacionais científicos dissimulam o sujeito soberano por meio da reprodução de um modelo de poder cujo centro invisível determina tudo que vai se materializar no seu entorno como patrimônio. A história do Museu Nacional aqui evocada atesta a história da materialização da relação de dominação colonial que ainda é constitutiva de patrimônios e museologias no presente (BRULON, 2020, p. 21).

Ao fomentar a discussão sobre o papel dos museus latino-americanos na Mesa Redonda de Santiago do Chile (UNESCO,1972), entende-se o conceito de museu integral em que patrimônio, território e comunidade estão intrinsecamente interligados. A mesa Redonda do Chile dialoga com o pensamento decolonial proposto por autores como Aníbal Quijano (2005) e Boaventura de Souza Santos (2010), entre outros, por se tratar de uma proposta que vai além do conceito tradicional de museu institucionalizado, muito ligado ao colonialismo europeu.

A nova museologia e os ecomuseus na América Latina se relacionam com os estudos decoloniais, no que tange as práticas museológicas e patrimoniais pautadas na práxis da ação comunitária participativa. Brulon (2020) entende os museus como instituições orgânicas ligadas à sociedade que muitas vezes se materializam através da musealização, pautados “nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado” (p. 4). Para Ribeiro (2020), há a necessidade de adotar práticas museológicas decoloniais a partir da desobediência epistêmica, que rompa com a lógica do colonialismo ocidental, também muito presente nos museus.

Tal virada decolonial foi o resultado de ao menos dois movimentos distintos e paralelos, que tinham início na prática museal para desenvolver formas específicas de pensar o museu na teoria.

Enquanto se desenvolviam, na França, a partir do início dos anos 1970, os ecomuseus – museus em que os grupos sociais atuam em sua própria musealização – também nas ex-colônias se apresentavam, com menos visibilidade no contexto internacional, outras experiências inovadoras de “museologias subalternas”, de base popular e voltadas para comunidades às margens dos regimes patrimoniais oficiais, que visavam a ruptura, em âmbito local, com o modelo hegemônico de museu europeu (BRULON, 2020, p. 17).

Relacionando os ecomuseus e museus comunitários com a temática decolonial, Brulon (2020) discute sobre a temática do decolonial no contexto patrimonial e elucida, ainda, sua relação com a nova museologia, apontando os ecomuseus como uma possível prática decolonial nos museus. Devido a sua natureza de cogestão, os processos museológicos comunitários e a ecomuseologia rompem com o padrão das instituições museais que tendem a operar em uma lógica hierárquica dos regimes patrimoniais vigentes. Ao buscar entender as práticas de ecomuseologia, através da ótica do pensamento decolonial, compreendemos que se trata de uma iniciativa construída pela comunidade local, e a partir de seus interesses, sobre o que deve ser ou não musealizado, lembrado e preservado como patrimônio cultural.

É necessário analisar as práticas de colecionamento do Outro, marcadas por uma alteridade radical, por meio de olhares decoloniais, evidenciando uma estratigrafia de edições, coerções e silenciamentos. Nesse sentido, nas últimas décadas, grupos, comunidades, coletivos e movimentos sociais têm implodido as pretensões de homogeneidade e subordinação às normas, tão bem articuladas na constituição dos museus e coleções. Desde a década de 1970, a Museologia tem passado por mudanças teórico-metodológicas significativas, em um esforço constante de democratização não apenas do acesso, mas também da seleção e da produção do patrimônio cultural (WICHERS, 2020, p. 410).

Desse modo, é imprescindível que as atuais práticas museológicas, sejam essas institucionalizadas ou comunitárias, adotem um olhar decolonial em suas dinâmicas. Os estudos decoloniais são compreendidos pela sua composição heterogênea, tanto no relativo à pesquisa e problematização da colonialidade do poder, quanto no saber e ser em diferentes espaços, incluindo também os museus. Estes estudos também se destacam no compartilhamento de epistemologias e metodologias que partam da ecologia de saberes, como proposto por Santos (2010), na associação do saber científico com os saberes populares de grupos afrodescendentes, camponeses e indígenas. Dessa forma, de fato, busca-se uma participação

socioafetiva no processo patrimonial e museológico que abarque múltiplas identidades.

3.2. A dádiva dos afetos no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG)

Dando prosseguimento com a discussão do tópico anterior, no que tange as relações de afetos e decolonialidade em ecomuseus e museus comunitários, exploraremos aqui tais aspectos no contexto do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. De antemão, esclarecemos que optamos pelo emprego dos termos afeto e dádiva em associação aos estudos sociológicos da hospitalidade.

Para entendermos melhor as relações de hospitalidade e seus estudos no campo sociológico, refletiremos o conceito de dádiva como proposto por Mauss (2017). O autor apresenta um estudo antropológico sobre trocas em sociedades tradicionais que eram entendidas como primitivas, pelo olhar colonizador daquela época. Com base em rituais históricos, simbólicos e culturais, Mauss (2017) investigou sobre reciprocidade das trocas presentes nas sociedades não-europeias. “Caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado” (MAUSS, 2017, p. 188), resultando em uma espécie de contrato social de dar-receber-retribuir, era o que o autor chamava de misturas.

Para Martins (2014), a proposta de Mauss, ao relatar o potlatch e outros rituais culturais não europeus, surge como um precursor da crítica decolonial. Pois Mauss, ao escrever sobre culturas estrangeiras, no início do século XX, subverte a dialética vigente do campo da antropologia e sociologia na época, resultando, portanto, na crítica do utilitarismo econômico e social europeu.

O primeiro, para dizer que a crítica antiutilitarista baseada no reconhecimento do valor das práticas na obra de Mauss é também uma crítica decolonial não explícita. Para desenvolver sua crítica ao reducionismo mercantil, o sociólogo vai se interessar de perto pelos costumes e rituais de diversas sociedades não europeias. E é a partir dessas margens que Mauss percebe o eurocentrismo como um projeto histórico e cultural particular, que se revela plenamente sua crítica antiutilitarista, embora ele não tenha, claro, usado os termos mais contemporâneos da crítica teórica (MARTINS, 2014, p. 37).

Dessa forma, compreendemos a dádiva como fato social total, assim como proposto por Mauss (2017), ou seja, perceptível e manifestado nas relações sociais humanas. Os estudos sociológicos da hospitalidade, em interface com o conceito de

dáviva, se concentram na investigação e problematização da reciprocidade nas relações humanas. O acolhimento do outro se dá em diversas esferas do convívio entre pessoas. Camargo (2004) propõe quatro tipos de hospitalidade, sendo essas: doméstica, comercial, pública e virtual, que se organizam nas diversas formas em que acolhemos e somos acolhidos nas diferentes situações do dia a dia.

Inserir-se, nesse contexto, a hospitalidade e sua ação de dádiva que consiste na prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social. Assim sendo, ao receber alguém em sua casa se faz um gesto inerente à dinâmica do dar- receber-retribuir seja ou não precedida de um convite. A hospitalidade assume a sua face de sedimentar o tecido social. Assim como a dádiva, a hospitalidade se torna, pois, um fato social total (BRUSADIN; PANOSSO NETTO, 2017, p. 25).

Os museus, como espaços abertos ao público, acessíveis e inclusivos, se relacionam com a hospitalidade na dinâmica de públicos em museus. Essa relação, para além do acolhimento, reflete também desafios da instituição museológica, no que diz respeito à preservação e conservação dos bens culturais em exposição. Os museus, como espaços de trocas culturais, ou seja, espaços hospitaleiros, exigem um equilíbrio diante de suas relações com diferentes públicos, turistas, estudantes e comunidade local, e demais questões técnicas referentes à conservação de acervo, comunicação museológica, documentação e ações educativas da instituição.

Seguindo tais acepções, é possível identificar que, desde o seu nascedouro, os museus não ofereceram a “hospitalidade incondicional”, ao contrário, impuseram condições que soariam mesmo hostis aos que eram tidos, então, como seus “inimigos” em particular. Portanto, embora possa causar estranheza a proposta de se refletir sobre a hospitalidade em museus, partindo do que parece ser seu contraditório – a hostilidade –, tais sentidos podem ser tão imbricados que se torne mesmo impraticável pensá-los em separado (GODOY, 2017, p. 263).

Enfim, a concepção da ideia dos museus teve uma forte vinculação às identidades nacionais e elites dominantes, como vimos anteriormente, (PRIMO, 2013), (WICHERS, 2020), (CURY, 2020). O que, com os processos museológicos recentes, principalmente nas ações de ecomuseus e museus comunitários, procurou-se cada vez mais atrelar à participação popular, em prol do desenvolvimento local e ações de preservação da memória e patrimônio cultural. Como mencionado por Godoy: “os museus devem aprender a ser espaços da hospitalidade” (2017, p. 279); compreendemos, portanto, a necessidade de os museus estabelecerem relações de hospitalidade com seu público, principalmente com a comunidade das localidades que

estão inseridos, já que estas são, ou podem, se tornar relações afetivas com o patrimônio.

Para Costa e Moesch (2017), o território se caracteriza como local onde se experiencia a dádiva e relações sociais de trocas, consistindo em um palco de vivências e transformações sociais. Em vista disto, a proposta de um ecomuseu, ou museu comunitário, que se organiza em uma lógica territorial, também pode ser entendida como um local de afetos e dádivas entre os diferentes atores presentes nessa dinâmica.

Territórios da hospitalidade são territórios de cultura, onde se constrói, objetiva e subjetivamente, pertencimento e identificação. Compartilhar códigos e, com eles, situar a gente sobre seu lugar no mundo e o papel dos trânsitos é fortalecer a ideia da hospitalidade e do acolhimento gratuitos como necessários à sustentação da eterna errância, do eterno errar, do movimento como a força vital da existência (COSTA; MOESCH, 2017, p. 169).

O ecomuseu da Serra de Ouro Preto pode ser considerado um território de hospitalidade e de cultura por se articular através das relações cotidianas de afeto entre comunidade-território-patrimônio, compreendendo o vínculo das pessoas da própria comunidade como as diferentes formas de patrimônio presentes no território. Assim como a percepção coletiva do ecomuseu, ao entender essa relação como sua principal forma de patrimônio.

Apresentaria [meu bairro] como um lugar muito tranquilo e hospitaleiro. E falando um pouco dos saberes e fazeres aqui do bairro, das nossas festas, dos nossos costumes. Apresentaria também a igreja que é logo ali, a Cachoeira das andorinhas, o bar que é para mim um local afetivo, né? Não só por ser a casa de meu avô, mas também, é um lugar com uma energia muito boa. Tem também o moínho de vento lá na queimada, é legal fazer caminhadas por lá (Entrevistada 2, liderança comunitária, 2022).

Outros aspectos notáveis são as festividades religiosas e os saberes e fazeres tradicionais da comunidade (Figura 18) que, atrelados à dinâmica afetiva, corroboram para uma valorização patrimonial do ecomuseu. Para Olender, o “Valor afetivo este que considero como o principal indicador social da relevância histórico-cultural de um bem para a sua comunidade” (2017, p. 324). O valor afetivo influencia diretamente na preservação dos bens culturais de determinada comunidade, que através do afeto se apropria e preserva o patrimônio cultural de forma orgânica.

Figura 18 – Oficina Bordando flor com amor: bordado na chita com artesã Ana Paula Costa



Fonte: Marcio Luiz Paula Alves.

As festividades e os saberes e fazeres da Serra de Ouro Preto são manifestações da relação de afeto e dádiva que a comunidade local desenvolve com o patrimônio no território. Como pontuado por Mauss (2017), onde se misturam almas nas coisas e coisas nas almas, no presente estudo, podemos correlacionar os termos coisa-patrimônio e alma-comunidade para uma melhor compreensão do impacto desse processo museológico no cotidiano da comunidade.

Tem aqui no morro, a gente tem a nossa festa maior, que é a Festa de São Sebastião, ela acontece no dia 20 de janeiro. E temos também a festa de nossa Senhora da Saúde, que acontece dia 8 de setembro. Mas a nossa festa maior é a de São Sebastião, e a comunidade é uma comunidade muito católica, então, é uma festa que assim, a gente termina o ano já pensando na Festa de São Sebastião. É, e como dizia Padre Simões, que a Festa de São Sebastião ela acontece em janeiro, primeiro mês do ano, e ele é o protetor contra a peste, a fome e a guerra. Então assim, a gente já começa o ano pedindo que nos proteja disso tudo (Entrevistado 1, liderança comunitária, 2022).

Neste capítulo, abordamos sobre as relações de afetos e decolonialidade no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto. Salientamos a importância dos estudos que englobam a temática de museus comunitários, decolonialidade, dádiva e afetos, visto que percebemos essa como uma área pouco explorada em pesquisas acadêmicas. Evidenciamos, também, a importância do valor afetivo na preservação patrimonial e como tal vivência acontece de forma orgânica no Ecomuseu da Serra, a partir da relação comunidade-patrimônio-território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou contribuir com o campo interdisciplinar, perpassando pelos principais conceitos do patrimônio, ecomuseus, hospitalidade e estudos decoloniais numa possível construção de pesquisa transdisciplinar no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. De forma substanciada, relacionamos as temáticas dos museus, patrimônios e hospitalidade, e suas relações de troca com a comunidade local, servindo como base teórica para um estudo futuro mais aprofundado da relação teórica de hospitalidade em museus, tais como os exemplos dos ecomuseus, pelo viés da participação socioafetiva no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

O trabalho também teve como objetivo analisar o processo museológico do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto por meio das relações de afeto dentre a comunidade, o patrimônio e o território. Isso ocorreu por intermédio da investigação teórica a partir da conexão interdisciplinar entre a temática dos ecomuseus, patrimônio cultural e hospitalidade. Realizamos um histórico da atuação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG) e as relações de hospitalidade presentes na dinâmica.

A metodologia adotada foi da pesquisa participante, por se tratar de uma investigação produzida conjuntamente por pesquisador e comunidade, resultando na produção de conhecimento coletivo, levando em consideração os diversos saberes e servindo de instrumento para autonomia e qualidade de vida das comunidades envolvidas. A democratização da pesquisa à participação popular assume um papel social muito importante na América Latina, em seu contexto de desigualdades sociais, reflexo da colonização e do neoliberalismo. Visando, portanto, a ação de pesquisadores sociais e comunidades que foram, no processo histórico de colonização, colocados as margens.

As entrevistas semiestruturadas com alguns atores presentes na dinâmica do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto proporcionaram ao trabalho a perspectiva da pesquisa participante, onde houve a construção de um diálogo com a comunidade associado à amarração teórica. A proposta metodológica da pesquisa participante se mostrou a alternativa mais acertada para se trabalhar com o conceito de ecomuseus e museologia comunitária, pois sua própria definição advém do processo de participação comunitária em sua criação. Além dela se relacionar com os estudos

sociológicos da hospitalidade e decoloniais, e associação com as dinâmicas presentes no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto.

Logo, podemos constatar também o afeto como processo museológico do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto na preservação cotidiana de seus saberes e fazeres tradicionais, da paisagem local e dos diversos patrimônios culturais presentes no território, resultando em uma relação orgânica entre comunidade, território e patrimônio. Destaca-se, portanto, a importância do engajamento e participação popular nos processos museológicos e patrimoniais, e no acesso e participação nas políticas de inventariação e tombamento, à gestão e manutenção desses bens materiais ou imateriais.

Ressaltamos as múltiplas possibilidades em se explorar a temática de Museus, Patrimônio e Hospitalidade, e a aplicação dessa reflexão teórica em diferentes contextos e práticas no campo das Ciências Sociais Aplicadas, enquanto construção de outras perspectivas e discursos de pensar e transmitir o conhecimento. Por fim, é necessário assumir os conflitos e contradições presentes no campo museológico e patrimonial que, por vezes, opera em uma lógica hegemônica. Logo, podemos entender o patrimônio como um conceito temporal e flexível, imbuído de um poder. É mister a presente e constante luta pela ressignificação desse patrimônio, a partir de seus usos sociais e afetividade que se desdobram pelo acesso e participação nas políticas patrimoniais e museológicas.

Importante destacar que a realização da pesquisa foi diretamente afetada pela pandemia do COVID-19 e as restrições sanitárias necessárias impostas a toda população. Por essa razão, as metodologias de trabalho foram constantemente reformuladas e adaptadas, no intuito de viabilizar a pesquisa dentro do cronograma do mestrado PPG ACPS-UFMG. Existiram vários desafios em se realizar a metodologia de pesquisa participante nessas circunstâncias, mas, devido à temática do trabalho, de ecomuseus e museologia comunitária em uma perspectiva dos afetos, optou-se por manter a metodologia proposta com as necessárias adaptações para sua viabilização.

O território também se mostra profícuo para futuros trabalhos e pesquisas do ponto de vista da pesquisa participante, uma vez que restam algumas questões e inquietações, como o processo de gentrificação e hostilidade urbana que vem ocorrendo na Serra de Ouro Preto. Acrescenta-se ainda os impactos de obras públicas

e particulares, como a implantação do Monumento Arqueológico do Morro da Queimada e a estrada que interliga a cidade ao distrito de Antônio Pereira, como também as construções de diversos condomínios na região, implicando na modificação das dinâmicas locais. Essa transformação urbana acarreta alteração dos modos de vida da comunidade e sua relação com o patrimônio local.

Os atravessamentos socioafetivos que permeiam a dinâmica do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, como tantas outras ações de museologia comunitária espalhadas pelo Brasil e pela América Latina, refletem sobre os anseios e aspirações presentes na sociedade. Reflexionar sobre o patrimônio é refletir sobre as relações de poder. Ao assumir esses conflitos e contradições presentes no campo patrimonial, portanto, ganha-se uma visão mais pluralista de suas relações e significados, e sobre como os diversos grupos sociais atribuem diferentes usos sociais, entre eles os afetivos do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **Tradição e modernidade**: o Museu histórico nacional e seu acervo. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story**. 2009.
- AGUIAR, Lourival. Transculturando a Amefricanidade de Lélia Gonzalez: decolonialidades em debate. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 9, n. 1, p. 301-315, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/19318/13261>. Acesso em: 22 out. 2022.
- ARCURI, Marcia; COSTA, Jemima Rodrigues. Repensando as velhas práticas: transversalidade e os papéis da Arqueologia e Museologia na preservação do patrimônio do Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada – Ouro Preto, MG. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/871>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jvhv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (orgs). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.
- BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/155323>. Acesso em: 25 jun. 2021.
- BRUSADIN, Leandro Benedini. **História, turismo e patrimônio cultural**: o poder simbólico do Museu da Inconfidência no imaginário social. 1. ed. – Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- BRUSADIN, Leandro Benedini; PANOSSO NETTO, Alexandre. O sacrifício e o espírito das coisas perante o dom e a hospitalidade: (des)entendimentos científicos. In: BRUSADIN, Leandro Benedini (Org.). **Hospitalidade e dádiva**: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento. Curitiba: Editora Prismas. 2017.
- BUENO. Fernanda Alves Bueno. **A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo**: A experiência e a vivência do Morro da Queimada. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32803>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- CAMARENA, Cuauhtémoc; MORALES, Teresa. **Manuel para la Creación y Desarrollo de Museos Comunitarios**. La Paz, Bolívia: Artes Graficas Sagitario Srl., 2009.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os Domínios da Hospitalidade. In: DENCKER, Ada de F. M., BUENO, Marielys S. (orgs.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CANCLINI, Néstor García. Los usos sociales del patrimônio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. (Org.) **Patrimônio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999. Disponível em: https://www.iaph.es/export/sites/default/galerias/documentacion_migracion/Cuaderno/1233838647815_ph10.nestor_garcia_canclini.capii.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro comoviana não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, 2012.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COELHO, Tádzio. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. **Revista Intratextos**, v. 3, n. 1, p. 128-146, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/3140>. Acesso em: 30 nov. 2021.

COLOMBATO, Lucía Carolina; MÉDICI, Alejandro Marcelo. El derecho humano a los patrimonios culturales en clave decolonial. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 3, n. 3, 26 jan. 2017. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/102>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CONSTANÇA, João Paulo Medeiros. A Evolução de Conceitos entre as Declarações de Santiago e de Caracas. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/477>. Acesso em: 10 ago. 2020.

COSTA. Everaldo Batista da. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. 2011. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/pt-br.php>. Acesso em: 18 jul. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da.; CASTRO, Bernadete. O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. **Revista Geografias**, p. 23–40, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13238>. Acesso em: 18 ago. 2022.

COSTA, Everaldo Batista da.; MOESCH, Marutschka Martini. Território - locus da dádiva e núcleo da vida. In: BRUSADIN, Leandro Benedini. (Org). **Hospitalidade e Dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Editora Prismas. 2017.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9. n. 17, p. 129-146, 2020.

DECLARATORIA DE OAXTEPEC. In: **Memoria del Seminario Territorio, Patrimonio y Comunidad (Ecomuseos)**. Oaxtepec, Morelos, 1984. Disponível em: <http://nuevamuseologia.net/declaratoria-de-oaxtepec-morelos-1984/>. Acesso em: 20 mai. 2021

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FERREIRA, Maria Raquel Alves. **A gestão do patrimônio arqueológico pelo estado brasileiro: O caso do sítio arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto-MG**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AMFE-98YML8>. Acesso em: 14 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa Participante na América Latina**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

GODOY, Karla Estelita. Museus hostis, Turistas hostilis: controvérsias e caminhos para hospitalidade em instituições museológicas sob uma abordagem derridariana. In: BRUSADIN, Leandro Benedini. (Org). **Hospitalidade e Dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Editora Prismas. 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. n. 92-93 Rio de Janeiro: Ed. Global, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno; MOREIRA, Mariana Gonçalves. Rebelião nas minas e arqueologia (Minas Gerais - 1720). In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; OLIVEIRA, Luciane Monteiro. **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 31-46.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. Comunicação & Cultura, 2006.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Espelhos patrimoniais em Ouro Preto: museus e passado afro-brasileiro. **Tomó**, São Cristóvão, n. 16, p. 197-220, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/16542>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LUGO, Raúl Mendez. Teoria y método en la Nueva Museología. **Ponencia en la I Jornada Hacia una Nueva Museología**, Buenos Aires, 2001. Disponível em: <http://nuevamuseologia.net/wp-content/uploads/2015/12/ecomuseos2.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MARTINS, Paulo Henrique. O ensaio sobre o dom de Marcel Mauss: um texto pioneiro da crítica decolonial. **Sociologias**, v. 16, p. 22-41, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/5Y79cCmYsstBJrMxRjThqh/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.

MATTOS, Yara. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: arqueologia dos lugares e não lugares de uma experiência comunitária. In: MATTOS, Y.; PRIOSTI, O. Caminhos e percursos da Museologia Comunitária **XII Atelier Internacional do MINOM, Lisboa/Setúbal**, 2007. Disponível em: http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/13_Ecomuseu%20da%20Serra%20de%20Ouro%20Preto_arqueologia%20dos%20lugares%20e%20nao%20lugares%20de%20uma%20experiencia%20comunitaria.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

MATTOS, Yara. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: narrativas híbridas entre espaço de memória social, tempo presente e lugares de relação. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; OLIVEIRA, Luciene Monteiro (org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 23-29.

MATTOS, Yara; VARINE, Hugues de. La contribution des écomusées à l'éducation à l'environnement: Le cas de l'Ecomusée de la Serra de Ouro Preto (Brésil). **Éducation relative à l'environnement**, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ere/4667#quotation>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MAZZON, J. A. **A Formulação de um modelo de avaliação e comparação de modelos em marketing**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1978.

MOUTINHO, Mário. Sobre o Conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.1, n.1, 1993. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>. Acesso em: 10 ago. 2020.

NETTO, Maria Manoela Gimmler. **A paisagem de Ouro Preto**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9NSHU5>. Acesso em: 30 nov. 2021.

NICOLESCU, Basarab. **Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade**. Itatiba, São Paulo: USP, 1999.

NOGUEIRA, Rodrigo; PASSOS, Flora. Arquitetura tradicional de Ouro Preto: preciosa por ser negra. **Anais do encontro internacional do grupo de estudos multidisciplinares em arquiteturas e urbanismos do sul – maloca**. v. 1, n. 1, 2017. Disponível em:

<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3531/947-3262-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul. 2022.

NÚÑEZ, Angélica. Resignificaciones y reapropiaciones del patrimonio cultural. **Baukara**, v. 4, 2013. Disponível em:

https://www.humanas.unal.edu.co/baukara/files/1914/5506/3779/Baukara_4.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana**. Brasília, IPHAN, 2011.

PRIMO, Judite. Museus, hibridação cultural e novas territorialidades. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 46, n. 2. 2013. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4520>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PRIMO, Judite. O social como objecto da museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 47, n. 3. 2014. Disponível em:

<https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/5111>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PRIOSTI, Odalice Miranda. **Memória, comunidade e hibridação: museologia da libertação e estratégias de resistência**. 2010. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12005>. Acesso em: 10 jun. 2021.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, Eurocentrismo y America Latina. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos cataguases: entradas e bandeiras nos sertões do Eldorado. **Varia História**, v. 21, n. 33, p. 185-202, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/HZRfkmqtV4NbNBs6n5wBQwy/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RIBEIRO, Antônio Pinto. Podemos descolonizar os museus?. **Geometrias da Memória: conFigurações Pós-Coloniais**. Porto: Afrontamento, 2016. Disponível em:

<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/48390/1/Podemos%20descolonizar%20os%20museus.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, 2003.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil**: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/en.php>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Joana Angélica Flores. **A representação das mulheres negras nos museus de Salvador**: uma análise em branco e preto. 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18548/1/JOANA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SILVA, Mariah Rafaela; ALMEIDA, Emanuel de; PERASOLI, Lorena de Paula. Curador: sobre contágios, fissuras e práticas anticoloniais. **Poiésis**, Niterói, v. 21, n. 35, p. 35-58, jan.-jun.2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris. 1972. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por. Acesso em: 10 jun. 2021.

UNESCO. **Declaração de Caracas**. Venezuela, 1992. Disponível em: <http://laps.ensp.fiocruz.br/arquivos/documentos/12>. Acesso em: 10 ago. 2020.

UNESCO. ICOM. **Documento da Mesa Redonda de Santiago do Chile**. Chile, 1972a. Disponível em: http://www.ibermuseus.org/wpcontent/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

UNESCO.ICOM. **Recomendação de Paris**. Paris, 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2020.

UNESCO.ICOM. **Recomendação de Paris**. Paris, 1972b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2020.

VARINE, Hugues de. **El Ecomuseu Singular y Plural: Um testimonio de cincuenta años de museología comunitaria em el mundo.** Chile: ICOM Chile. 2020.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário é herético? In: **ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários.** 2005. Disponível em: <https://museuscomunitarios.files.wordpress.com/2014/01/o-museucomunitc3a1rio-c3a9-heretico.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

VASCONCELLOS, Sylvio de, 1916-1979. **Vila Rica: formação e desenvolvimento.** - 2.ed. - São Paulo: Editora Perspectiva. 2011.

VIANA, Luiz Cláudio Alves; BRUSADIN, Leandro Benedini. O Turismo Étnico na Mina Du Veloso em Ouro Preto (MG): um estudo do equipamento interpretativo do patrimônio afro. **Revista Turismo & Cidades**, v. 3, n. 6, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/16344/9270>. Acesso em: 30 mar. 2022.

VIANA, Matheus da Rocha. Decolonizando afetos: A presença do colonialismo na construção de afetos da população negra e a decolonialidade do ser. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 5, n. 1, 2019.

VILLASCHI, João Nazario Simões. **Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto - MG.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07112014-184004/en.php>. Acesso em: 25 jul. 2022.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Coleções indígenas no Sertão imaginado: experimentações etnográficas e museais para a descolonização dos museus. In: SOARES, Bruno Brulon (org). **Descolonizando a Museologia: Museus, Ação Comunitária e Descolonização.** Paris: ICOM/ICOFOM. 2020.

Leis e Decretos:

Lei Complementar nº 01/1996 – PMOP.

Projeto de Lei nº de 2002 – PMOP

Decreto 42.912 de 26 de setembro de 2002 – MPMG

Lei Municipal nº 465/2008 – PMOP

Lei Municipal nº 149/2018 – PMOP

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – LIDERANÇA COMUNITÁRIA: ENTREVISTADO 1

Realizada 08/10/2022 presencialmente - duração: 00:17:12

Entrevistador: Então vou começar a entrevista... N, a primeira pergunta, é, me conte um pouco sobre você e o bairro em que você mora?

Entrevistado 1: Um pouquinho sobre sobre mim? Ah é, eu sou N sou moradora aqui do morro São Sebastião há 55 anos, eu trabalho muito com a minha comunidade, né gente? Desenvolvo vários projetos aqui no meu bairro, ele é um bairro muito tranquilo, as pessoas daqui são muito tranquilas e muito participativas também, acho que é isso.

Entrevistador: A segunda pergunta é como você apresentaria o seu bairro para alguém que não conhecesse, destacando lugares que tem relevância afetiva para você?

Entrevistado 1: Como apresentaria?

Entrevistador: Sim, lugares de afeto para você.

Entrevistado 1: Como eu falei do bairro, um pouquinho do que já falei o bairro aqui é um lugar tranquilo, gostoso de se viver, de morar, é não tem um movimento muito grande. É um bairro também que dá para você é fazer caminhada na Serra, porque a gente é cercado pelas serras aqui de Ouro Preto. A gente tem também, é bem próxima aqui do nosso bairro do parque e da Cachoeira das andorinhas. E tem as serras, né? Que dá para fazer uma caminhada muito gostosa, é um lugar gostoso de se morar e viver e de visitar também, né? Aqui em cima A gente não tem a gente, a gente tem nem aqui. Nós temos a nossa Capela, que é a Capela de São Sebastião. E no mais, é isso... A Cachoeira que é aqui pertinho também.

Entrevistador: É muito em contato com o meio ambiente né?

Entrevistado 1: É isso mesmo, que é bem distante do centro da cidade, não é? Então assim, é um bairro bem tranquilo.

Entrevistador: O que você considera como patrimônio no seu bairro? Você estabelece relações cotidianas e de afeto nesses lugares? Se sim, me conte exemplos. Eu acho que você responder um pouco disso na 2, não é?

Entrevistado 1: Sim, relação com as serras, com a própria igreja em si, que aí é um patrimônio. E as pessoas também, é com quem a gente convive.

Entrevistador: Me conte um pouco sobre a sua atuação e história do ecomuseu da Serra. Como que foi essa atuação do ecomuseu? Desde a sua criação, né? Como que tem sido?

Entrevistado 1: Então o ecomuseu, quem trouxe o conceito de ecomuseu para a gente foi a Y... A gente já desenvolvia várias coisas na comunidade e até então a gente não sabia que o que a gente fazia era um ecomuseu, a gente trabalha com saberes e fazeres das pessoas. A gente desenvolve várias ações por exemplo, oficinas, várias rodas de conversa, já fizemos encontros até com pessoas de outros ecomuseus. E assim, tem várias atividades que ainda tem que ser desenvolvidas, mas a gente já fez bastante coisa.

Entrevistador: Tem uma história bem grande, né?

Entrevistado 1: Sim.

Entrevistador: Para você, o que seria um Ecomuseu? E você considera que há diferenças entre a iniciativa do ecomuseu da Serra com os demais museus e patrimônios na cidade de Ouro Preto?

Entrevistado 1: Sim, tem bastante diferença. É no ecomuseu a gente trabalha com as pessoas, que é uma coisa muito diferente... E os museus tradicionais é mais comum trabalhar com objetos. Tem muita diferença então, um trabalha com o ser humano, com pessoas mesmo, lidar com as pessoas com que elas sabem fazer... É muito diferente do que você está trabalhando com uma peça ou objeto. Tem história também, é lógico, mas a nossa história aqui é viva, né? Somos nós mesmo.

Entrevistador: No seu bairro e aqui na região da Serra de Ouro Preto, tem alguma festividade tradicional?

Entrevistado 1: Tem aqui no morro, a gente tem a nossa festa maior, que é a Festa de São Sebastião, ela acontece no dia 20 de janeiro. E temos também a festa de nossa Senhora da Saúde, que acontece dia 8 de setembro. Mas a nossa festa maior é a de São Sebastião, e a comunidade é uma comunidade muito católica, então, é uma festa que assim, a gente termina o ano já pensando na Festa de São Sebastião. É, e como dizia Padre Simões, que a Festa de São Sebastião ela acontece em janeiro, primeiro mês do ano, e ele é o protetor contra a peste, a fome e a guerra. Então assim, a gente já começa o ano pedindo que nos proteja disso tudo.

Entrevistador: No seu bairro, há grupos ou pessoas que desenvolvem atividades ligadas aos saberes e fazeres tradicionais populares. Como modos de fazer ligados a artesanato, culinária, ofícios... estou fazendo essa pergunta e tá tendo uma feira de artesanatos ali fora, né?

Entrevistado 1: Sim, tem muitas artesãs aqui em cima, temos um grupo...Tem o pessoal que trabalha com quitanda e quitutes, tem quem é quituteira mesmo, que faz almoço para casamento, tem bastante coisa...

Entrevistador: Tem livro de receita.

Entrevistado 1: É! Que vai sair, se Deus quiser.

Entrevistador: Possui alguma relação com os bairros vizinhos? Caso sim, me conte um pouco.

Entrevistado 1: Os nossos bairros vizinhos, São João, Morro Santana e Morro da Queimada. A relação que a gente tem muito grande é com a parte religiosa mesmo. A gente já participou muito das festas lá de São João e de Nossa Senhora Santana. Então a comunidade é sempre convidada e tá sempre participando de algumas atividades que tem no Morro Santana pelo Alto de Souza. Quando nos convida também a gente sempre que pode participa. Aí mas a participação mesmo maior é junto com a com a igreja de São João e de Santana. É... Cê tá com uma formiga aqui no ombro, é por causa da chuva, tá parecendo essas formiguinhas.

Entrevistador: Pra você qual é a relação entre o seu bairro e a cidade de Ouro Preto?

Entrevistado 1: A relação entre o meu bairro? Pensando assim, questão do centro histórico, que aqui é um bairro mais afastado do centro. A gente tem as nossas ladeiras que nos separam, nós moramos no alto do morro e ah a nossa relação com assim é uma relação normal, frequenta o centro histórico, várias atividades que tem lá, a gente também frequenta e tem a parte comercial, né? Também, eu acho. Né? É.

Entrevistador: Em seu bairro quais são as principais mobilizações, demandas e questões de luta do dos moradores?

Entrevistado 1: Ah então, ultimamente a nossa principal questão de luta é de umas estradas que tão querendo abrir e passar no nosso morro. A gente está se unindo pra poder ver como que vai ficar isso, que é uma coisa que a gente não quer, que a estrada passe dentro da nossa comunidade, porque inclusive a nossa comunidade é muito tranquila, um lugar gostoso da gente morar, pra quem procura um ambiente assim mais silencioso, que não tenha, que não tem realmente muito movimento. Então, assim, a gente está preocupada porque essa estrada que tão querendo passar na nossa comunidade, vai trabalhar bastante, vai trabalhar muito, e isso vai mexer com a vida da comunidade. Então, assim, aí a gente sempre quando tem alguma coisa que a gente acha que vai incomodar e que não deveria de acontecer a gente se junta, né? E aí a gente corre atrás pra ver se a gente consegue amenizar ou então até não deixar acontecer.

Entrevistador: Para você, o projeto de implantação do Parque/Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, trará mudanças ao seu bairro?

Entrevistado 1: Esse projeto é até uma coisa engraçada, porque assim, até então que, eu saiba ele nem foi apresentado pra gente aqui na comunidade, sabe? E assim, é com certeza vai impactar porque é tão próximo aqui, né? é vizinho nosso aqui, né? Eh com certeza vai trazer um impacto se realmente acontecer, vai impactar, sem dúvida nenhuma.

Entrevistador: Nessa pergunta eu volto na questão da estrada, você já falou um pouco, mas qual é a sua opinião do projeto da obra da estrada que liga o distrito de Antônio Pereira a Ouro Preto? Que ela popularmente conhecida como Estrada da

Purificação, e se você acredita que que tal estrada ela trará impactos a comunidade, ao patrimônio e ao território aqui da do Morro São Sebastião.

Entrevistado 1: Então, essa estrada da purificação já vem trazendo impacto negativo pra nossa comunidade, porque com essa estrada as caminhonetes que são das mineradoras elas já estão passando por aqui antes, de começar a abrir essa estrada, já passavam aqui. Então, agora, com a abertura dessa estrada, vai ficar pior ainda mesmo. Porque o acesso ou é pelo morro São Sebastião ou é pelo morro Santana, e as caminhonetes descem a ladeira João de Paiva assim como se fosse só deles mesmo. Então assim o impacto é negativo pra gente né? E assim a gente quer também deixar claro que a gente não é contra a comunidade Antônio Pereira. A gente é contra a maneira como vem sendo, e o que tá acontecendo, porque eles não estiveram na nossa comunidade pra nos falar, e também eles não nos colocaram como impactados dessa estrada, eles tão abrindo uma estrada, que segundo eles beneficia a comunidade, mas eu acho que beneficia mais na verdade é a mineradora. No caso os bairros vizinhos tão sendo impactados e, no entanto, eles não trouxeram nem projeto, pelo menos na minha comunidade não, E a comunidade já tá sendo impactada, sim, sem dúvida nenhuma.

Entrevistador: É, e o impacto também é pro distrito de Antônio Pereira, que já sofre tanto com a mineração e agora vocês também com a construção dessa estrada.

Entrevistado 1: E outra coisa, a construção dessa estrada também, pelo que a gente já ficou sabendo, ela vai ser construída com rejeito de minério, então assim, é uma coisa que a gente sabe que faz mal para a saúde, né? Então são coisas que assim, eles deveriam de pensar, conversar e desenvolver mais com a comunidade. Porque se eles vão usar da nossa comunidade para poder transitar pra poder ir e vir. Eu acho que tinha que, que vim na comunidade. Porque assim, eu acho que tem que chegar e falar e conversar, porque existe uma comunidade aqui, não é um lugar que não tem morador, que não tem ninguém, e, no entanto, eles não se preocupam com isso é muito ruim pra gente.

Entrevistador: A última pergunta é se você gostaria de acrescentar algum comentário, alguma coisa na nossa entrevista? Às vezes alguma coisa que eu não perguntei, mas que você queira falar.

Entrevistado 1: Eu acho que eu falei um pouquinho de cada coisa, assim nas perguntas que você fez. Eu gostaria de acrescentar, nós que moramos nos morros, muita das vezes até quando você pergunta sobre o centro, muita das vezes a gente é muito deixado de lado, por exemplo assim, vamos supor se tem uma feira de artesanato que ela é central, que ela é no centro da cidade ou alguma oficina, geralmente quando a gente fica sabendo já passou ou então fica sabendo quando já está acontecendo, no caso das feiras. Tá acontecendo uma feira, eles não procuram saber da gente pelas beiradas, não procura saber o que que tem aqui? O que as pessoas sabem fazer, e que possa também levar pra lá, para que outras pessoas possam conhecer também. Então assim, tem hora que eu acho que é o poder público, o pessoal deixa as periferias muito de lado, entendeu? E se a gente que é do lugar, se a gente não correr atrás de tudo e não fazer alguma coisa na própria comunidade, a gente acaba ficando até isolado entende? Porque assim eh tem muita coisa que a gente podia estar participando lá embaixo, e que e que a gente não participa, igual eu já falei, porque as vezes a gente não sabe quando a gente fica sabendo já passou ou já está acontecendo. Hum. Acho que seria mais ou menos isso.

Entrevistador: Sim, perfeito! Muito obrigada, N.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – LIDERANÇA COMUNITÁRIA: ENTREVISTADO 2

Realizada 08/10/2022 presencialmente - duração: 00:17:38

Entrevistador: A primeira pergunta é para você me contar um pouco sobre você e o bairro onde você mora. Ai você pode falar da sua formação em Conservação e em Museologia também.

Entrevistado 2: Me chamo C... e eu moro aqui no São Sebastião desde que nasci tem 28 anos, não é? É a minha formação é em conservação e restauro e também andamento em Museologia. Trabalho no museu de arte Sacra do Pilar sou um membro do ecomuseu e desenvolvo junto com a as outras lideranças, juntamente com a minha tia os trabalhos aqui na comunidade que é junto da comunidade mesmo.

Entrevistador: Como você apresentaria o seu bairro para alguém que não conhecesse, destacando lugares que tem relevância afetiva para você?

Entrevistado 2: É apresentaria como um lugar muito tranquilo e hospitaleiro. E falando um pouco dos saberes e fazeres aqui do bairro, das nossas festas, dos nossos costumes. Apresentaria também a igreja que é logo alí, a Cachoeira das andorinhas, o bar que é para mim um local afetivo, né? Não só por ser a casa de meu avô, mas também, é um lugar com uma energia muito boa. Tem também o moínho de vento lá na queimada, é legal fazer caminhadas por lá.

Entrevistador: É o que você considera como patrimônio no seu bairro. Você estabelece relações cotidianas de afeto nesses lugares? Se sim, me conte exemplos? Que é um pouquinho que você falou na segunda, né?

Entrevistado 2: Sim, os lugares, mas também tem o patrimônio material e também tem é que é um patrimônio imaterial do bairro que são as pessoas e seus saberes e fazeres. A Capela de São Sebastião que é um lugar de afeto também, que a gente vai para a manifestação da fé, mas também tem um afeto ali, né, que é minha a segunda casa, eu tenho muito afeto pelo pela igreja em si, e para preservar ali, ajudar a conservar e não só não só a igreja, né, mas como as festas também, como havia falado aí na segunda pergunta.

Entrevistador: É para você me contar um pouco sobre a sua atuação e história com o Ecomuseu da Serra, você tá envolvida desde criança, não é?

Entrevistado 2: É igual o fato que a gente já tinha conversado, que a gente já vivenciava essas questões aqui no bairro e só que a gente não tinha esse conhecimento, né, do conceito de ecomuseu. E aí é no meu caso, que eu vivenciei várias oficinas, depois de nos apresentar o conceito de ecomuseu. Naquela fase da adolescência, assim eu não ligava muito, sabe? Não participava muito, e aí é mudou assim, minha visão mesmo depois que eu comecei a fazer Museologia. Aí hoje é diferente, eu participo mais a desenvolver trabalhos com as outras pessoas da comunidade, com a minha tia e A..., com pessoas do bairro, as artesãs, todo mundo. E hoje eu tenho uma noção totalmente diferente nessa questão da preservação, de pertencimento com o patrimônio, de desenvolver os trabalhos para a comunidade e tentar mostrar mesmo que é o conceito que ali a preservação dos nossos saberes da comunidade.

Entrevistador: Para você, o que que seria um ecomuseu? Você considera que há diferenças entre a iniciativa do ecomuseu da Serra com os demais museus e patrimônios da cidade de Ouro Preto? Se sim, quais? É... Você falou, né, que você trabalha no museu de arte Sacra, então, assim, você percebe diferenças?

Entrevistado 2: No ecomuseu a gente trabalha com as pessoas, com a comunidade. E já o museu de arte Sacra, como exemplo, é tem as coleções, tem um acervo, a gente trabalha, com aquele acervo que está ali, é exposto, é também das igrejas, que é o museu de arte Sacra, ele não é somente ali dentro do museu do Pilar, ele é as outras igrejas da paróquia.

Entrevistador: Inclusive a Capela de São Sebastião, né?

Entrevistado 2: Sim, a igreja daqui ela pertence, ela é uma Capela filial da paróquia do Pilar. Então a diferença é essa, O ecomuseu, ele trabalha com as pessoas, com os saberes e fazeres da comunidade que somos nós.

Entrevistador: No seu bairro e o seu bairro e na região da Serra, tem alguma festividade tradicional?

Entrevistado 2: Tem, nós temos é a Festa de São Sebastião, de nossa Senhora da saúde, que é bem diferenciada e muito tradicional aqui do bairro. Nós temos também as Festas Juninas. Eu não vou falar aqui da primeira comunhão e sim explicar cada um, porque ele já falou, mas tem os aniversários, é um café com biscoito também é tradicional daqui do bairro, são as festas tradicionais.

Entrevistador: Bacana... No seu bairro, há grupos ou pessoas que desenvolvem atividades ligadas aos saberes e fazeres tradicionais, populares?

Entrevistado 2: Sim, tem várias pessoas, sempre tem um grupinho, no caso, às vezes tem gente que tem mais afinidade a culinária ou tipo artesanato. Mas nós temos as artesãs, nós temos é as pessoas que fazem os quitutes, nós temos carpinteiros, não é que é um ofício, não é?

Entrevistador: Sim, é um ofício.

Entrevistado 2: Temos costureiras, bordadeiras temos várias por aqui

Entrevistador: Você possui alguma relação com os bairros vizinhos. Caso assim, me conte um pouco?

Entrevistado 2: Eu conheço algumas pessoas, participo da festa de São João, mas assim é muito pouco também, mas eu não tenho relação diretamente.

Entrevistador: É qual a relação entre o seu bairro, né? O bairro de São Sebastião e a cidade de Ouro Preto, que é uma cidade patrimônio, o que você acha que eles se relacionam?

Entrevistado 2: Uma relação entre o seu bairro e a cidade? Ele é um bairro mais distante, né? Mas tem muita coisa aqui, muito bem conceituado. O ecomuseu, não é, assim, não é muito ainda conhecido por outras pessoas que residem lá embaixo e tal. E assim a gente às vezes, infelizmente, às vezes é um pouco esquecido, não é?

Entrevistador: Sua tia falou um pouco sobre isso também.

Entrevistado 2: É um pouco esquecido, no que diz respeito a políticas públicas, acho gente poderia ter um pouco mais de apoio dos órgãos públicos, sabe?

Entrevistador: Sim, entendo. A pergunta 10 é: Em seu bairro, quais são as principais mobilizações, demandas sociais e questões de luta dos moradores?

Entrevistado 2: Hoje, no atualmente, é a luta e das estradas. Que a gente não quer é que as estradas passe dentro do bairro, mas assim tem outras principais também. Assim é essa questão da preservação mesmo, dos costumes e assim, da tranquilidade, da hospitalidade do bairro. A gente se mobiliza sempre para continuar essa coisa da conservação da preservação mesmo, dos nossos costumes e do nosso bairro. Mas atualmente é a estrada a principal questão.

Entrevistador: Mas você acha que pode afetar essa característica de tranquilidade e modos de vida do bairro?

Entrevistado 2: Vai afetar muito na nossa vida aqui.

Entrevistador: É a 11. É sobre o projeto do parque e monumento é municipal, arqueológico do morro da queimada. Você acredita que essa implantação, trará mudanças ao seu bairro?

Entrevistado 2: Tá, então eu acho, na verdade, que trará mudança sim. Porque eu acho que Progresso infelizmente traz algumas mudanças, e essas coisas aí tá ficando para a comunidade. Eu não sei muito bem ainda desse projeto de parque e monumento, só já ouvi falar, mas não conheço a fundo. Mas assim, se for essa questão da do turismo também, querendo ou não, é bom, pra gente divulgar nossas ações do ecomuseu. Eu acho, bom, em relação a isto, só que tem que ser uma coisa a dialogar com a comunidade, não é simplesmente chegando, né? Tem que ver se realmente a comunidade se sente confortável com esse projeto. A gente tem que pôr as 2 coisas na balança, para ver se vai ser realmente bom para comunidade.

Entrevistador: Essa pergunta é sobre a estrada de novo, qual sua opinião sobre o projeto de obra da estrada que liga o distrito de Antônio Pereira a Ouro Preto, que passa aqui pelo bairro São Sebastião. Você acredita que tal a estrada estará trará impactos positivos e ou negativos da comunidade ao patrimônio e ao território do bairro?

Entrevistado 2: Nossa Senhora vai traze sim, é impacto negativo a comunidade, fora o trânsito, essa questão aí dos veículos muito grande, vai tirar aquela característica

de tranquilidade do nosso bairro, fora a poluição também... É tanto, o sossego ali das crianças brincando, dos idosos caminhando, os animais, o bairro irá perder essa característica.

Entrevistador: Da outra vez que eu estive aqui, eu lembro que você falou da questão dos seus avós, né? Que moram ali na praça do bairro.

Entrevistado 2: Sim vai ter que começar a trancar a casa, ele fez um jardim e vai ficar cheio de poeira de minério. E sem contar também, que no meu caso de pensar em ter criança, como que eu vou? Ele não vai é viver, eu vou estar trabalhando e deixar ele tranquilo, brincando na rua, igual a gente foi criado. Isso tudo vai impactar muito, igual eu falei anteriormente, tem que dialogar com a comunidade, para ver se a gente está confortável com isso, mas é, é essa estrada não traz benefício nenhum para nós. Eu acho que no caso tem que achar outro meio para a estrada e passar por fora do bairro. Jesus... é acabar o sossego no meio do bairro, é a Capela, tem as casas, têm as crianças, igual eu te falei, as ruínas arqueológicas, os animais.

Entrevistador: É se você gostaria de acrescentar algum comentário ou não se entrevistas, algo que eu não perguntei, mas o que você queria falar?

Entrevistado 2: Não, tá tranquilo, tá bom?

Entrevistador: Ta ótimo, era isso mesmo, muito obrigada, viu?

Entrevistado 2: Nada.

APÊNDICE C –Transcrição Entrevista – Especialista da Área: Entrevistado 3

Realizada 08/10/2022 presencialmente - duração: 01:04:13

Entrevistador: Professora, me conte um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e profissional, especialmente em relação a questão da educação, museologia comunitária e ecomuseus?

Entrevistado 3: Bom, quando eu vim pra Ouro Preto foi em mil novecentos e oitenta e seis, pra trabalhar no Museu da Inconfidência, como museóloga e curadora das exposições do museu, eu trabalhei de mil novecentos e oitenta e seis a dois mil e dois, quando eu me aposentei do Iphan. E tive uma oportunidade de fazer o doutorado em educação, que era uma parceria com o Instituto Central de Ciências Pedagógicas de Cuba e a UFOP. Eu entrei no doutorado e eu tinha que ter créditos de magistério aí eu fui dar aula no CEFET, no pós-médio, que era um curso de turismo, dei aula de Museologia e Patrimônio. E depois eu tive que ter o os créditos de magistério superior, aí eu ingressei no curso de turismo como professora visitante na UFOP, para dar aula da área de cultura, folclore e patrimônio, todas as disciplinas relacionadas a cultura. Isso foi no final anos noventa, que o curso de turismo começou lá no ano dois mil. Então, bom, primeiro eu ingressei na UFOP como professora visitante credenciada e tirei o doutorado, e surgiu uma oportunidade, uma vaga no curso para professor efetivo, então eu fiz o concurso e tirei o primeiro lugar, e passei a dar aula no curso de turismo com as disciplinas ligadas a museologia, patrimônio, cultura, folclore, todas da área da cultura, preservação. Só que em dois mil e oito a gente pelo REUNI, tivemos a oportunidade de criar o curso de museologia, então, eu participei do colegiado especial para criar o curso e criamos o curso em agosto, entrou a primeira turma. E aí eu já era professora efetiva do departamento de museologia. Bem, e por conta disso tive que pedir aposentadoria eu já tinha tempo para me aposentar do Iphan, né? E aí eu passei a ser só do campo do magistério superior.

Entrevistador: Entendi.

Entrevistado 3: Bom, como eu ingressei com a questão da museologia comunitária e ecomuseologia, foi interessante! O Museu da Inconfidência recebia um jornal, o jornal era trimestral, quarteirão o nome desse jornal, que sempre chegava às nossas mãos e era sobre o trabalho de um núcleo de pesquisa histórica de museologia

comunitária na Zona Oeste do Rio de Janeiro em Santa Cruz. E aí eu achei aquilo tão interessante, sabe? As propostas do jornal, e esse trabalho todo com as comunidades, e eu pensei, ah eu acho que vai ser um próximo trabalho, e quando me aposentar do Iphan, eu vou lá na Zona Oeste, vou lá conhecer as pessoas que trabalham com isso, a coordenação e foi o que eu fiz... Daí eu fiz contato com a Odalice Priosti e o Walter Priosti, e a equipe, eu fui lá algumas vezes pra fazer um trabalho de observação, pesquisei também um pouco nos arquivos deles e ela na realidade é que introduziu ao Hugues de Varine.

Entrevistador: Isso no início dos anos dois mil?

Entrevistado 3: Isso... então eu comecei a ler e a me interessar pelos pressupostos teóricos da ecomuseologia e museologia comunitária. Em dois mil e sete eu fui com a Odalice no encontro internacional do movimento internacional para a nova museologia em Lisboa, na Universidade Lusófona e o Hugues de Varine estava, então eu fui especialmente para fazer uma oficina com ele e a Cristina Bruno. Foi quando a Odalice me apresentou presencialmente ao Varine, aí de lá pra cá foi só, assim, estreitar os contatos. Criamos uma disciplina no curso de museologia chamada museus comunitários, e aí eu comecei a buscar a bibliografia e quando nós iniciamos o trabalho do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, nós convidamos o Varine para ser o consultor e esteve aqui quatro vezes, que redundaram em relatórios de missão que os originais estão no nos arquivos do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto lá no LAPACOM (Laboratório de Patrimônio, Arqueologia e Processos Museológicos Comunitários do Departamento de Museologia), então é isso e contando um pouquinho da trajetória.

Entrevistador: Atualmente há muitos profissionais e pesquisadores contribuindo para processos museológicos comunitários juntamente com as populações das comunidades em diferentes contextos, né? Aqui em Minas, no Rio, em Belém, em muitos lugares. A senhora já comentou algumas vezes que que você faz a opção teórica e prática em adotar o termo nova museologia. Eu gostaria que cê me explicasse um pouco melhor sobre essa escolha epistemológica.

Entrevistado 3: É uma escolha, bom, a nova museologia ela é um movimento de mil novecentos e oitenta e quatro, naquele encontro no Quebec no Canadá, né? Com

especialistas já dessa área. Porque os museus comunitários, eles surgiram no mundo, no final dos anos sessenta e foram se desenvolvendo anos setenta e oitenta até chegar o clímax, agora nos anos dois mil. Então em oitenta e quatro foi criado o movimento internacional com vários especialistas participaram. Depois em Lisboa eles revitalizaram esse movimento que passou um pouco fazer parte e interligar com a Universidade de Lusófona, que é uma universidade particular, e que adotou um outro conceito, conceito de museologia social ou sociomuseologia. Mas a Gênese ela é a mesma da nova museologia e desses movimentos, alguns no Caribe, por exemplo, no México que trabalha muito mais com a museologia comunitária. A França criou o conceito de ecomuseologia. Então assim, é uma profusão de conceitos e de termos, acho que na realidade o núcleo inicial é esse do movimento para uma nova museologia.

Entrevistador: Que é o termo que vocês adotam na ABREMC, também né?

Entrevistado 3: É comecei a participar com a Odalice na criação da ABREMC, e aí nós adotamos esses critérios da nova museologia. E isso também nós temos documentos, tem esse histórico no site da ABREMC sobre essas questões da nova museologia. Mas a diferença é o seguinte, a nova museologia é feita a partir da práxis, a teoria, ela é importante, importantíssima, fundamental, mas a nova museologia vem dessa práxis

Entrevistador: É, inverte o processo né?

Entrevistado 3: Sim, já a museologia social, ela tem esse movimento muito mais na Universidade Lusófona, e da parte mais teórica, lida mais com as questões da teoria, entende? Que poderá ou não ter também uma ligação com a prática. Mas nós da ABREMC, nós procuramos trabalhar com as iniciativas comunitárias, com estimular as iniciativas comunitárias e todo o estudo que venha, é concomitantemente.

Entrevistador: Poderia me contar um pouco sobre como se iniciou a atuação no Morro da Queimada e posteriormente no morro São Sebastião. E como foi o processo de mobilização comunitária para com a concepção e co-criação do Ecomuseu da Serra?

Entrevistado 3: Olha, eu comecei a trabalhar com essa perspectiva em dois mil e cinco, quando o então diretor do Iphan estava com esse projeto do parque arqueológico do Morro da Queimada. Ele era um arquiteto e diretor do Iphan, na realidade são três arquitetos nesse trabalho, o Benedito Tadeu, Rodrigo Meniconi e o Uziel Rosenvain, os três com um trabalho mais ligado à arquitetura, inclusive no plano de urbanização, que esse plano acho que nunca foi realizado.

Entrevistador: Entendi.

Entrevistado 3: E foi quando o Varine começou a nos dar consultoria, ele veio a primeira vez em dois mil e oito, depois em dois mil e nove, depois dois mil e onze que foi quando ele ficou hospedado na casa da N... Então o nosso trabalho começou com os alunos do curso de turismo, porque eu era professora do curso de turismo da UFOP, em um projeto de extensão em dois mil cinco e seis. Comecei com eles no Morro da Queimada, porque o foco era as ruínas arqueológicas. Bom, depois eu conheci a a G..., que era moradora do Morro de Santana tudo ali no Morro de Santana era ela também né? A Guida ela é uma líder comunitária, uma líder cultural e ela transitava ali no Morro Santana e Morro São João. Na realidade quem me apresentou a N... foi ela, quando eu convidei a Guida para idealizar e realizar uma oficina com uma parcela da comunidade, as crianças e os jovens que a gente elegeu como prioritários, que são os mais vulneráveis. Ela fez uma oficina sobre as lenheiras, que é um patrimônio comum de todos os bairros aqui, as primeiras oficinas foram dadas ali na Casa da Festa, ao lado da capela São João. Depois ela fez o contato com a N..., e deu a outra oficina aqui na casa paroquial, foi quando eu conheci a N..., as filhas e sobrinhas crianças, a mãe da N... também. A G... realizou a oficina e depois no término a gente organizou um café com as quitandas que as lenheiras faziam para sair, na busca da lenha... E foi uma confraternização maravilhosa e eu conheci a N... e começamos o contato. E assim eu falo que tudo é uma teia, uma coisa vai buscando a outra, vai buscando a outra... Essa primeira fase eu chamo de sensibilização. Foi quando começamos os contatos com pessoas, com as lideranças locais, porque é importantíssimo isso, o Ecomuseu não é uma experiência verticalizada. Não é o Prefeito, o Governador ou o Presidente da República instituir, ah vou instituir decreto lei, o Ecomuseu no Morro São Sebastião, não é isso. É tudo orgânico. Então, aí nós começamos esse trabalho e eu tive alguns problemas, e pasmem com colegas da

universidade, que começaram a disputar comigo, não sei, essas pequenas tensões, sabe? Quando viram que não era um projeto que de início, meio e fim, que era um projeto que teria que ter continuidade, aí começaram a querer puxar meu tapete. Uma estratégia que adotei foi me desligar lá da Queimada e do Santana e vim para cá porque aqui eu senti o terreno tava muito mais propício, não senti nenhuma resistência. E começamos a estreitar os laços isso em mais ou menos dois mil e onze.

Entrevistado 3: Eu me desloquei do primeiro núcleo do Ecomuseu lá no Morro do Queimada. A Guida acabou casando, tendo filho e foi embora daqui. A família dela ninguém se interessou, e eu fiquei também sem suporte, e também tinha pessoas do próprio Iphan querendo com outros projetos, querendo disputar. Aí eu achei melhor, conversei e falei que iria me retirar para passar para o outro bairro e aqui foi maravilhoso, o núcleo do Ecomuseu é aqui.

Entrevistador: Você já comentou algumas vezes que atua como uma mediadora do Ecomuseu, principalmente para questões pontuais. Você poderia falar um pouco sobre essa experiência? E também eu queria que você falasse um pouco sobre a parceria entre o ecomuseu e o LAPACOM.

Entrevistado 3: É, no início não tinha o LAPACOM, né? Tinha o núcleo de pesquisa e extensão do departamento de Museologia. E o LAPACOM surgiu quando a Márcia fez concurso como professora efetiva mas isso já tem o quê? uns oito, nove anos, ela entrou com o professora e arqueóloga. E eu perguntei a ela, a Márcia, se interessaria de fazer esse trabalho comigo nas ruínas, porque a gente não tinha arqueólogo e a gente precisava de uma, e ela no início ela ficou meio assim, porque ela já trabalhava nas escavações no Peru e também no MAE USP, mas ela topou e foi ficando apaixonada também e hoje a gente sabe que ela já também, tá de corpo e alma no projeto. Porque nós já sabíamos que o Ecomuseu, na realidade a Serra de Ouro Preto, é um complexo museológico, então a parte mais viva, a parte mais dinâmica é o no núcleo do Ecomuseu no São Sebastião e a parte da arqueologia é no núcleo do Morro da Queimada, São João. Por que isso? Porque a arqueologia toda ela é gerida por normativos, por leis, o subsolo pertence a união, ao Governo Federal, através do IPHAN. Então a Márcia agora que tá começando a prospecção, mas tudo que ela, tudo que sair dali, do subsolo é da união, não pode pertencer ao ecomuseu. Então a gente já sabia disso, e isso não impede de ter um núcleo do ecomuseu lá no São João

e Queimada, a gente não sabe ainda. A N... vai entrar também agora nessa nesse trabalho, porque ele já tem a expertise e eu acredito que vai ser muito mais fácil fazer essa ligação entre o sítio arqueológico e a comunidade ao redor, que não necessariamente precisa ser igual aqui, pode ser uma relação mais estreita com as ruínas, mas já sabendo que ali tem as leis patrimoniais e elas falam mais alto.

Entrevistador: É bem diferente do núcleo daqui né?

Entrevistado 3: Sim, diferente, é tanto que agora a Marcia tá criando com o Edson no laboratório de preservação e restauração lá no MCT um acervo dos objetos arqueológicos para a preservação porque tem uma técnica para tirar e uma técnica para preservar, que é diferente daqui, aqui a gente trabalha com o ser humano, a gente trabalha com patrimônio material e imaterial, então a forma de preservação é mais dinâmica. Então, mas agora depois de dezessete anos o trabalho tá tomando uma outra forma, mas já tem aqui instalado o Ecomuseu, agora a gente precisa estabelecer essas pontes com diferentes núcleos, nesse complexo museológico.

Entrevistador: Ao seu ver, quais são as principais festividades religiosas, os saberes, fazeres e outras demais formas de se vivenciar o patrimônio no cotidiano da comunidade do Ecomuseu.

Entrevistado 3: São Sebastião é o patrimônio, é festa tradicional, patrimônio imaterial, mas ao mesmo tempo material. E aí entra a C... com toda a expertise dela em preservação e restauração e ela futuramente, poderá é fazer cursos de capacitação com pessoas na comunidade para até é levantar também um acervo que que as pessoas possam ter nas suas casas. Então, assim, é muito interessante. Tem a festa de nossa Senhora da saúde e de São Sebastião que a N... já falou é aqui, maravilhosamente bem, acho que são essas 2 mais importante nível do bairro. Tem no São João a festa de São João, que também é uma festa tradicional, também tem a imagem século XVIII e no mês de junho, e essa imagem percorre algumas casas vai até lá embaixo também. E tem a festa de Santana também no morro Santana sabe, é então assim, os saberes e festas são tantos.

Entrevistado 3: Quando a gente começou a primeira exposição que a gente fez foi uma exposição de fotografias antigas do bairro, uma coleção particular que está aqui,

que pertence a uma família daqui. E por sua vez, O M... e o irmão da N... eles eram fotógrafos amadores, mas o Márcio hoje é um fotógrafo profissional e atualmente, eles têm um banco de imagens de fotografia do bairro, riquíssimo. E qualquer pessoa que precise pode recorrer ao Márcio e esse banco de imagens. E outras famílias também tem mais fotos antigas. A gente fez aquela roda de conversa com eles e as histórias saem a partir da das fotos e das imagens.

Entrevistador: Desses registros, né?

Entrevistado 3: Os registros, as fotografias contam histórias. A primeira exposição foi um sucesso que depois fizemos uma de objetos conta histórias, aí é também foi muito legal, e depois fizemos rodas de conversa através dessa exposição com as pessoas mais velhas do bairro. E depois começou a surgir a história dos tropeiros. Não é N...? E começou a se a fazer esse levantamento, e essa história toda já redundou no estágio curricular supervisionado e na monografia do Rodrigo e no trabalho de iniciação científica do Rodrigo e da Alessandra. Bom também está lá arquivado lá no banco de dados do LAPACOM, que você já consultou, eu tenho até que levar a N... lá para mostrar. Bom, nós fizemos uma exposição compartilhada sobre os tropeiros. Hoje eles se apropriaram de todos os conceitos, de tudo, teve a questão das artesãs, as mulheres do morro, da agricultura familiar, olham quanta coisa!

Entrevistado 3: E eu sigo um pouco a orientação nesse aspecto da mediação da Teresa Morales que tem um trabalho importantíssimo lá no México e ela é mediadora, ela faz questão de dizer isso “eu sou mediadora dessas populações”. Lá ela trabalha com os povos autóctones, com os indígenas, povos tradicionais mexicanos, ela e o marido é muito interessante. Outra coisa tem nessas experiências, é muito comum a gente ver casais. Como foi com a Guida também, só que a Guida casou com um cara de Rodrigo Silva e aí foi embora. Mas assim, lá no Santa Cruz é Odalice e o Walter, e no mundo inteiro é um pouco assim, são casais, está é isso também é falo homem mulher, mas isso também não impede de ser casais homo afetivos. Nós procuramos trabalhar com abertura a todas as pessoas inclusas de uma forma também bem orgânica.

Entrevistado 3: Sabe, então assim é, eu sempre procurei e orientei os alunos a trabalhar como mediadores, entre academia, universidade e as comunidades. Tenho

maior respeito pela comunidade, eu tenho maior respeito por esse trabalho aqui. Eu fico fura da vida quando me contam com as coisas esquisitas, que às vezes acontecem. Estou muito preocupada com essa relação da curricularização da extensão, porque não são todos os professores e tem esse respeito, mas aqui, por exemplo, eu sei que eles estão muito atentos. Porque a partir do momento que começa a ser uma obrigação, aí então é já muda de Figura. Outra coisa, na ABREMC a gente também trabalha com o protagonismo das comunidades.

Entrevistador: Acredita que o ecomuseu da Serra estabelece relações de afeto e hospitalidade com os diferentes atores envolvidos em sua dinâmica? Como se dá as práticas de inclusão dos atores deste processo?

Entrevistado 3: Então, um pouquinho que a N... falou, né? A gente trabalha nessa perspectiva dos afetos, tanto que eu incentivei Leandro a fazer aqui projeto da hospitalidade que com relação ao ecomuseu.

Entrevistador: E é uma comunidade muito hospitaleira.

Entrevistado 3: Muito hospitaleira, é sempre um café nas reuniões e oficinas têm sempre um café. É muito interessante esse aspecto, então, também já é uma coisa tão natural, né?

Entrevistado 1: É aqui em cima é mesmo, né, C...? Até que, por exemplo, os aniversários aqui em cima não precisa de ter uma data, tipo assim redonda, por exemplo, 15 anos, por exemplo, uma festa de aniversário de 15 anos é uma festa muito grande. Assim convida o morro inteiro. Mas assim qualquer idade a gente vai nas casas das pessoas, que a gente conhecia, pra gente poder é levar um presente, ter uma conversa e ficar lá com a pessoa.

Entrevistado 2: Então um cafezinho com bolo, uma confraternização, na verdade vai lá pra dar um abraço no aniversariante, e sempre tem um café com biscoito, e sempre foi assim, tanto é que a nossa festa aqui em cima é diferente de vários outros lugares, é a festa da minha comunhão.

Entrevistado 1: É da primeira comunhão, porque cada criança que faz a primeira comunhão, faz uma festinha em casa e a gente, na maioria das vezes, é convidada por todas as crianças. Então a gente faz uma Romaria nas casas. A gente...

Entrevistador: Uma via Sacra?

Entrevistado 1: Isso mesmo, e a gente vai de casa em casa, e leva, e eles gostam de ganhar e lápis, caderno, borracha pra escola, e depois fica contando quantos cadernos ganhou. Mas a gente vai para poder parabenizar que a primeira comunhão é a primeira eucaristia deles, é uma coisa muito importante pra eles e pra gente também.

Entrevistado 2: E aí, a família espera a gente, com aquela mesa de salgado e doce, e assim, vai ficar de casa em casa, a gente espera um pouquinho que os donos da casa...

Entrevistado 1: conversa um pouquinho, se serve, e vamos embora também, chegou da né dos parabéns, comeu alguma e aí tem outra casa para ir.

Entrevistado 3: Muito interessante, né? Esse aspecto já extrapola também, né? Para as famílias, e a primeira comunhão. Muito legal, são surpresas, maravilhoso tudo que a gente tem aqui.

Entrevistador: É uma forma muito natural, não é nada, como se fala uma coisa imposta?

Entrevistado 1: Não. É muito natural.

Entrevistado 2: Assim ainda até hoje, tanto é que é, era até mesmo de patrimônios. Uma vez eles queriam mudar a primeira comunhão para ser lá em baixo, e a gente não deixou.

Entrevistado 1: Que assim, isso é uma coisa particular da comunidade, a história da comunidade, né? E toda criança, por exemplo, já, tipo, tem minha sobrinha que ela não mora no morro, ela mora lá no Passa Dez.

Entrevistado 2: É o que você vê, ela já sabe, então assim, a Ana vai fazer a unha dela, vai ser no morro, ela faz a catequese aqui, porque que ela também quer

participar. Assim como o irmão também teve. Então assim é uma coisa muito característica nossa.

Entrevistado 1: Tem uma outra coisa, mais interessante ainda, é que aqui na comunidade, se tem uma criança que a gente vê que ela é mais humilde que ela não tem condições de comprar a roupa, aí todos os juntam e chega e fala assim, eu quero te dar camisa. Eu falo, eu quero te dar saia, vou te dar o sapato, às vezes não tem nem vínculo com a pessoa, de ser família, mas a gente junta todo mundo, como se a gente apadrinhasse aquela criança para ela poder participar também, se ela quiser e a família dela quiser também.

Entrevistado 2: Outra característica que eu me lembro quando era mais nova que o pessoal reunido lá na casa da minha avó para fazer os docinhos, são 8 primos lá. Minha avó sempre gostou de cozinhar, né? Coordenando, fazia doce em um dia, salgado no outro. Ela faz também aquele canudo e ela faz a massa passando no cilindro, gente, aquilo é uma coisa, começa aqui na terça-feira e vai fazendo termina no sábado.

Entrevistado 2: Que coisa engraçada, nunca tinha parado para pensar por esse lado, dessa valorização do que você sabe fazer da comunidade, igual quem é costureira, vó Dorinha e são pessoas da comunidade. Mas aí depois, quando você para pensar, muitos também vendem, e tira o próprio sustento, sim, de fazer salgadinhos, de vender...

Entrevistado 1: Então a T... criou os filhos como costureira, né?

Entrevistado 2: E assim é uma coisa que aqui na comunidade está acabando, então assim, e aí a gente incentiva, porque é para não acabar esses ofícios e esses saberes.

Entrevistado 1: Nós entramos na entrevista né?

Entrevistador: Mas tá tranquilo vai ficar uma conversa bacana.

Entrevistado 2: No meu caso, eu fui estudar, trabalhar em outra área. Eu não sou costureira nem nada assim, até faço umas coisas, de vez em quando. Mas no meu

trabalho mesmo, eu precisei e costurar umas coisas que eu até costurando, não falei, tá vendo como é que a gente vê ela fazia e foi apreendendo.

Entrevistado 3: Eu aprendi a costurar com a minha vó, eu ficava sentadinha, e vovó tinha uma cadeira de balanço e ela costurava magnificamente bem, eu sempre fui muito quieta, a minha outra irmã, não, minha irmã era espoleta. Eu era mais calada, ficava sentadinha na cadeira de balanço, ouvindo as novelas, e ela me ensinando a fazer os pontos.

Entrevistador: E assim vai passando, não é? De geração em geração.

Entrevistado 3: Sim...

Entrevistador: É, agora é a pergunta 7, visto que a que a Senhora integra o sistema de museus de Ouro Preto, comente um pouco sobre o ecomuseu da Serra em relação aos demais museus da cidade de Ouro Preto, e em sua opinião, quais são as principais particularidades entre os museus comunitários e os museus institucionalizados?

Entrevistado 3: Bom, a primeira coisa que eu fiz nos processos de sensibilização foi incluir o ecomuseu como parte do sistema de museus. O sistema de museus foi institucionalizado pela na Câmara Municipal por um decreto. Então o ecomuseu, ele faz parte do sistema desde quando começou, essa foi a primeira preocupação. Nunca tivemos resistência nenhuma em relação aos outros museus da cidade, sempre foi uma relação de trocas. Agora, quais são as diferenças? Bom, os outros museus, eles são verticalizados, foram institucionalizados pelos seus gestores, sejam do estado do federal ou das igrejas, eles trabalham com coleções, com a preservação dessas coleções, a organização de exposições a partir das coleções. E nós aqui é o contrário, trabalhamos primeiro as pessoas, as pessoas são um patrimônio, a partir daí a gente vai reconstruindo a história, a memória e a preservação disso tudo. E eles vão se redescobrimo, como a N... mesmo falou, “a gente já fazia tudo isso, nos apropriamos de uma coisa que a gente já fazia”. Então é isso um pouco, o conceito de preservação é diferente sim, o ecomuseu, ele pode ter uma sede ou não, ele tem uma lógica de território, ele pode ter acervo ou não. Os acervos das coleções podem ser das casas, das famílias, e a C..., agora, no trabalho de conclusão do curso dela é o projeto de gestão comunitária do ecomuseu. Assim a gente não vai chamar de plano

museológico, que é bem diferente, não é não é uma coisa, um plano museológico fechado, né?

Entrevistado 2: É porque, na verdade, a irmandade tem suas regras. Mas assim, somos todos nós, é um preocupando com o outro mesmo, e assim, eu acho que ele tinha que os responsáveis, assim entendendo um pouco melhor do conselho.

Entrevistado 1: E né? Hoje, podendo visualizar um pouco melhor dos dos resultados que a gente contribui muito para a parte cultural. E a gente anda muito unido mesmo em prol da comunidade. Então a festa ela era muito religiosa mesmo, era a novena e logo depois cada um ia para sua casa e depois foi abrindo para a venda de pastéis na casa paroquial, na rua, ou então era barraquinha que vendia os pastéis. Para ir, agora para ajudar na festa que nós já fizemos, que já entrou até no cartaz da festa, na mais parte cultural, na decoração das ruas.

Entrevistado 1: E esse negócio de comunidade é mesmo engraçado, né? Porque quando você se torna, tipo assim, um guardião da comunidade, quando a gente nesse envolve mais aquela coisa toda, aí que o seu ouve um trem assim que que não é para o bem da comunidade, que sobe lá em cima, na verdade né? É, digo, é assim, são coisas que é que a gente fala, não, as coisas não é desse jeito, porque às vezes tem pessoas que elas estão na comunidade, mas não vivem comunidades. Então assim, eu até falo isso com C... e com as meninas também, pela gente tem que ficar muito atenta, essas coisas. Não é que a gente é dono do lugar, não é nada disso. É porque a gente preocupa com o lugar, né? Igual, né, próprio patrimônio maior nosso são as pessoas.

Entrevistado 2: Muito como tia falou e antes que eu te falei também, sobre a questão, e aquela frase do Aluísio Guimarães Magalhães, é se preserva aquilo que se ama e aquilo que se conhece. É igual tia falou da questão da primeira comunhão, então a pessoa, ela não vai entender, não vai preservar aquilo que ela não conhece e não ama. Agora a gente que já conhece e ama que sim, vai preservar. Meu Deus, eu amo ver o bloco do zé bastião tocar, é uma coisa que vejo e que eu penso, puxa, é daqui hoje, com o entendimento maior em relação à Museologia comunitária, né? Hoje é

igual tia, falou mesmo é a gente tem que estar aí na frente e preservando e não deixando essa memória se perder.

Entrevistado 1: E até um tem muitas características diferentes os bairros aqui, por exemplo, o morro da Queimada, é dividido em Queimada de baixo e Queimada de cima. O São João já é diferente, né? E o povo Santana e fica ali, espremido entre os dois.

Entrevistado 3: E cada um tem as suas especificidades.

Entrevistado 1: O morro Santana é que é o seguinte, o morro Santana é um lugar onde que as pessoas foram morar lá, de vários outros lugares. Então assim, não criou uma identidade própria. A comunidade de São Sebastião tem cara que esse é até as moradias são tudo diferente, como se fosse chácaras, onde as pessoas também são umas são parentes das outras, né? Junta com os vizinhos uma família. Agora no morro Santana é, a gente não consegue ver muito isso. A gente conhecia o pessoal da Guida, por exemplo, Guida é de Lavras novas, então tem vários exemplos de vários lugares. Aí é outra relação

Entrevistado 3: Mas assim, as características até físicas são diferentes, não é? Aqui parece um bairro rural, mas só você só descer a ladeira, está no centro da praça de Ouro Preto, né? Impressionante. E tem a riqueza da cultura, das pessoas da própria comunidade, é uma característica, que isso tem que ser tem que ser preservada.

Entrevistado 1: Essa, essa coisa toda da gente fazer esse passeio com os meninos no morro para ver onde que são as nascentes, é uma maneira dos meninos guardado, preservando, que é importante.

Entrevistado 3: Que mais tem aí, Larissa?

Entrevistador: É, agora é a 8. Sobre ABREMC, me falar um pouquinho sobre a atuação.

Entrevistado 3: Eu até já venho falando, desde sempre, inclusive esse todo esse processo meu, com a de ligação com a Museologia comunitária, foi a partir da ABREMC. Desde 2004 eu participei do primeiro conselho gestor da ABREMC. Foi eu, Odalice, Terezinha, a Nádia, somos todos, é oriundo do início da ABREMC, que surgiu

a partir também de reuniões da eco 92 no Rio. Em reuniões junto com a UNIRIO e a escola de Museologia e junto com o Icom. Então assim, sempre eu participei e agora está expandindo muito, inclusive nessas parcerias internacionais com os italianos, por exemplo, com o Varine, desde sempre, ele é o consultor. Então agora nós estamos organizando a parte, você têm participado também né? A partir da agenda 2030 da ONU, com relação à preservação mundial do meio ambiente, da paisagem cultural, da educação, da economia criativa. Tanto que o trabalho da C... vai ser nessa perspectiva, eles vão construir um plano de gestão em relação a agenda 2030.

Entrevistador: Pergunta 9. É, na perspectiva do patrimônio qual tipo de relação é estabelecida no ecomuseu com a comunidade que não é da mesma forma no patrimônio do centro histórico? Que tipos de hostilidades e formas de exclusão existem no patrimônio e museus do centro de Ouro Preto que os museus comunitários tentam reconstituir a partir da própria visão da comunidade?

Entrevistado 3: É aqui, a gente sempre trabalhou com as trocas entre os museus, nesse sentido, a gente tem uma relação menos custosa, sim. Mas não tem muita hostilidade... A gente também tem uma parceria, de oficinas, de encontros e tudo mais.

Entrevistado 1: É aqui no morro a gente também tem parceria com os outros museus, o Museu do Guignard que já veio aqui para o Gê nos dar uma oficina. O Museu do Oratório a gente foi convidado a fazer uma oficina lá de estandarte, agora na última semana de outubro.

Entrevistado 2: O Museu da Casa dos Inconfidentes, temos uma relação muito boa também de parceria e com relações de trocas.

Entrevistado 3: É, não tem essa questão hostilidade, mas também a gente foi construindo e trabalhando ao longo desses anos essas relações de trocas com os outros museus da cidade, através do próprio sistema de museus.

Entrevistador: É agora a última pergunta, é se você gostaria de acrescentar algum comentário a nossa entrevista, alguma coisa que eu não perguntei, mas que você queria falar?

Entrevistado 3: Larissa, eu acho que está tudo permeado, é o que eu gostaria de falar. É dizer, do meu contentamento, de trabalhar aqui no morro São Sebastião. Eu adoro todas as pessoas, eles sempre me receberam muito bem, com muito afeto nunca tive resistência, sabe por quê? Está em trabalhos, sempre houve aqui. E eu sempre orientei os alunos, meus alunos a respeitarem as pessoas das comunidades, então é assim, é um projeto de vida. Tanto que eu me aposentei da UFOP, mas não me aposentei do ecomuseu, entendeu? Então assim é para mim, é para sempre isso aqui.

Entrevistador: Muito obrigada Professara Y., N. e C. pela entrevista!

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – LIDERANÇA COMUNITÁRIA: ENTREVISTADO 4

Realizada 15/11/2022 remotamente - duração: 00:10:23

Entrevistador: A., me conte um pouco sobre você e o bairro onde você mora?

Entrevistado 4: Meu nome é A. e sou natural de Ouro Preto, MG. Desde que nasci, minha família sempre morou no mesmo local. O bairro é um ambiente familiar, vem se desenvolvendo com alguns comércios familiares, e na melhoria das casas, da acessibilidade para veículos e transporte coletivo. Durante muitos anos isso não existia. Morar nos Morros significava sermos “pés de pombo”, porque não havia calçamento, era somente a terra vermelha. A grande parte dos moradores é prestadora de serviço no centro histórico. As condições de melhoria infelizmente dependem muito das políticas públicas.

Entrevistador: Como você apresentaria o seu bairro para alguém que não o conhecesse, destacando lugares que têm relevância afetiva para você?

Entrevistado 4: O Morro da Queimada, antigo Arraial do Ouro Podre, é o local de uma grande marca histórica, pois foi onde se deu um dos levantes contra a coroa portuguesa no século XIII, com a consequente morte de Felipe dos Santos e a queimada da residência e áreas de mineração de Paschoal da Silva. As remanências desta queimada é que dão ao atual bairro o nome de Morro da Queimada.

Entrevistador: O que você considera como patrimônio no seu bairro? Você estabelece relações cotidianas e de afeto nesses lugares? Se sim, me conte exemplos:

Entrevistado 4: Imaterialmente toda a população é seu próprio patrimônio, e deve ser respeitada em suas histórias e vivências. Suas memórias é que dão sentido ao local em que moram. Além deles, temos as ruínas do Morro da Queimada, grandes áreas onde ocorreram a mineração no século XIII e que estão atualmente delimitadas dentro da área do Monumento Arqueológico Municipal

Entrevistador: Me conte um pouco sobre a sua atuação e história do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto?

Entrevistado 4: A minha atuação no eco museu foi muito rápida, estive entre 2005 a 2006, mas muito importante para a minha formação atual. A ideia de termos a possibilidade de que a própria população residente do bairro se apropria-se e cuida-se de seu bairro e que este cuidado poderia reverter para a melhoria da vida desses moradores, ajudou a repensar como poderia ajudar meu bairro. Mas houve muita resistência no início, pelos moradores mais próximos as ruínas, principalmente e talvez pelos vários embates políticos e interesses próprios e escusos de membros da associação de bairro, de vereadores e de outros escalões governamentais. Poucas ações foram possíveis ou deram resultados diretos com o núcleo do Morro da Queimada. É importante que hajam pessoas envolvidas na comunidade, líderes que possam compartilhar e aglutinar as pessoas neste processo.

Entrevistador: Para você, o que seria um Ecomuseu? Você considera que há diferenças entre a iniciativa do Ecomuseu da Serra com demais museus e patrimônios na cidade de Ouro Preto? Se sim, quais?

Entrevistado 4: Sim, a diferença é que nos ecomuseus, pela sua formação e definição, é a comunidade que se insere e se apropria de sua história e com isso, se valoriza e valoriza este patrimônio. Outras instituições, principalmente as governamentais, podem ter um discurso político, voltado para a história do conquistador, não dos povos originários e muito menos das comunidades.

Entrevistador: No seu bairro e/ou na região da Serra, tem alguma festividade tradicional?

Entrevistado 4: grande maioria são mensais e de cunho religioso, devocional a São Judas Tadeu, Santana, São João e São Sebastião, além das temáticas como todos os bairros, juninas, das crianças, a organização da escola de Samba do Morro Santana. Não há uma específica que aconteça somente aqui.

Entrevistador: No seu bairro, há grupos ou pessoas que desenvolvem atividades ligadas aos saberes e fazeres tradicionais populares? (Modos de fazer ligados à artesanatos, culinária, ofícios e etc).

Entrevistado 4: No Queimada não conheço, mas como o núcleo do ecomuseu do São Sebastião é atualmente muito ativo, pode ser que algumas pessoas do bairro estejam participando em conjunto.

Entrevistador: Possui alguma relação com os bairros vizinhos? Caso sim, me conte um pouco?

Entrevistado 4: Sim, além dos parentescos, atividades recreativas

Entrevistador: Para você, qual a relação entre o seu bairro e a cidade de Ouro Preto?

Entrevistado 4: Ouro Preto existe em função do período de mineração, e os Morros, foram os locais onde essa mineração mais ocorreu. Ouro Preto nasceu nos morros, mas quem mora mais abaixo não vê desta forma. Para muitos ainda continuamos marginalizados, favelizados e discriminados. Morar nos morros é quase um pejorativo de identificação para algumas pessoas.

Entrevistador: Em seu bairro, quais são as principais mobilizações, demandas e questões de luta dos moradores?

Entrevistado 4: Moradia, água, mobilidade e acessos, saúde e trabalho digno.

Entrevistador: Para você, o projeto de implantação do Parque/Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, trará mudanças ao seu bairro? Se sim, quais?

Entrevistado 4: Se for adequadamente implantado, sim. O diagnóstico de como atuar junto com a comunidade e não para os visitantes é fundamental é a comunidade que precisa mostrar o que e o como, porque é ela a maior interessada. Infelizmente, há muitas mãos envolvidas, muitos interesses pessoais, mas se a comunidade dos bairros for adequadamente orientada e ouvida, teremos um excelente meio de geração de trabalho, de aumento da autoestima.

Entrevistador: Qual sua opinião sobre o projeto de obra da estrada que liga o distrito de Antônio Pereira aos bairros São Sebastião e São João, popularmente conhecida como “estrada da purificação”? Você acredita que tal estrada trará impactos positivos e/ou negativos a comunidade, patrimônio e território?

Entrevistado 4: Por morar abaixo e no início do acesso aos bairros pela Conselheiro Quintiliano, acho que se houver realmente uma fiscalização aos veículos, evitando grandes carros, pode vir a ser uma melhoria. Mas atualmente, já se formam grandes engarrafamentos na R.15 de Agosto, com o tráfego, não sei se haverá uma forma de se adequar as pequenas ruas ao grande trânsito que precisam para chegar as áreas das mineradoras

Entrevistador: Você gostaria de acrescentar algum comentário a nossa entrevista? Algo que não perguntei, mas que você queira falar?

Entrevistado 4: Boa sorte! Depois compartilhe informações pois também estou pesquisando a área.

APÊNDICE E – Tabela estágios do Departamento de Museologia UFOP no Ecomuseu da Serra de Ouro Preto

Estágio	Nº alunos	Disciplinas	Professor	Ano	Área de inserção museológica	Atividades desenvolvidas
Ecomuseu, abrindo leques com a comunidade	3	Estágio Supervisionado I MUL 391 e Estágio Supervisionado II MUL 392	Profa. Dra. Yara Mattos	2012	Educação	Reunião com a liderança comunitária, roda de conversa com as crianças inscritas nas oficinas, visita ao Museu Casa Guignard, visita ao Parque Natural Municipal das Andorinhas, oficinas retrato, memória e paisagem
Exposição: Tropeiros Tropas e Traias	7	MUL 391 e MUL 392	Profa. Dra. Yara Mattos	2012 e 2013	Comunicação, Documentação e Pesquisa	Pesquisa sobre os tropeiros, entrevistas, fichas catalográficas do acervo, material gráfico e divulgação, exposição: Tropeiros Tropas e Traias.
Ecos do Museu: o grafite não se espera	2	MUL 391 e MUL 392	Profa. Dra. Yara Mattos	2014	Educação	Reunião com a liderança comunitária, roda de conversa com crianças e adolescentes dos bairros São Sebastião, Santana, Piedade e Morro da Queimada, oficina o Morro está no mapa, mapa dos bairros com itinerários afetivos.
Resgate da memória tropeira	1	MUL 391 e MUL 392	Profa. Dra. Yara Mattos	2014	Documentação e pesquisa	Entrevistas, pesquisa e documentação da história tropeira na comunidade e visita ao Museu do Tropeiro em Ipoema (MG)
Arqueologia dos lugares e não lugares: oficinas criativas de memória, patrimônio e territorialidade	2	MUL 391	Profa. Dra. Yara Mattos	2015	Educação e Arqueologia	Roda de conversa com a comunidade do São Sebastião, entrevistas, oficinas criativas de memória, patrimônio e territorialidade.
Livro de Receitas Culinárias: No tabuleiro da memória	1	MUL 391 e MUL 392	Profa. Dra. Yara Mattos	2015 e 2016	Documentação e Pesquisa	Coleta de receitas com as mulheres da comunidade do São Sebastião, entrevistas, registro fotográfico, execução das receitas, transcrição das receitas
Corpo templo da memória	1	MUL 391 e MUL 392	Profa. Dra. Yara Mattos	2016	Educação	Reunião com a liderança comunitária, material gráfico e divulgação, oficina de dança corpo templo da memória, rodas de conversa com a comunidade

ANEXO A – Planta da estrada entre Mariana e São Sebastião



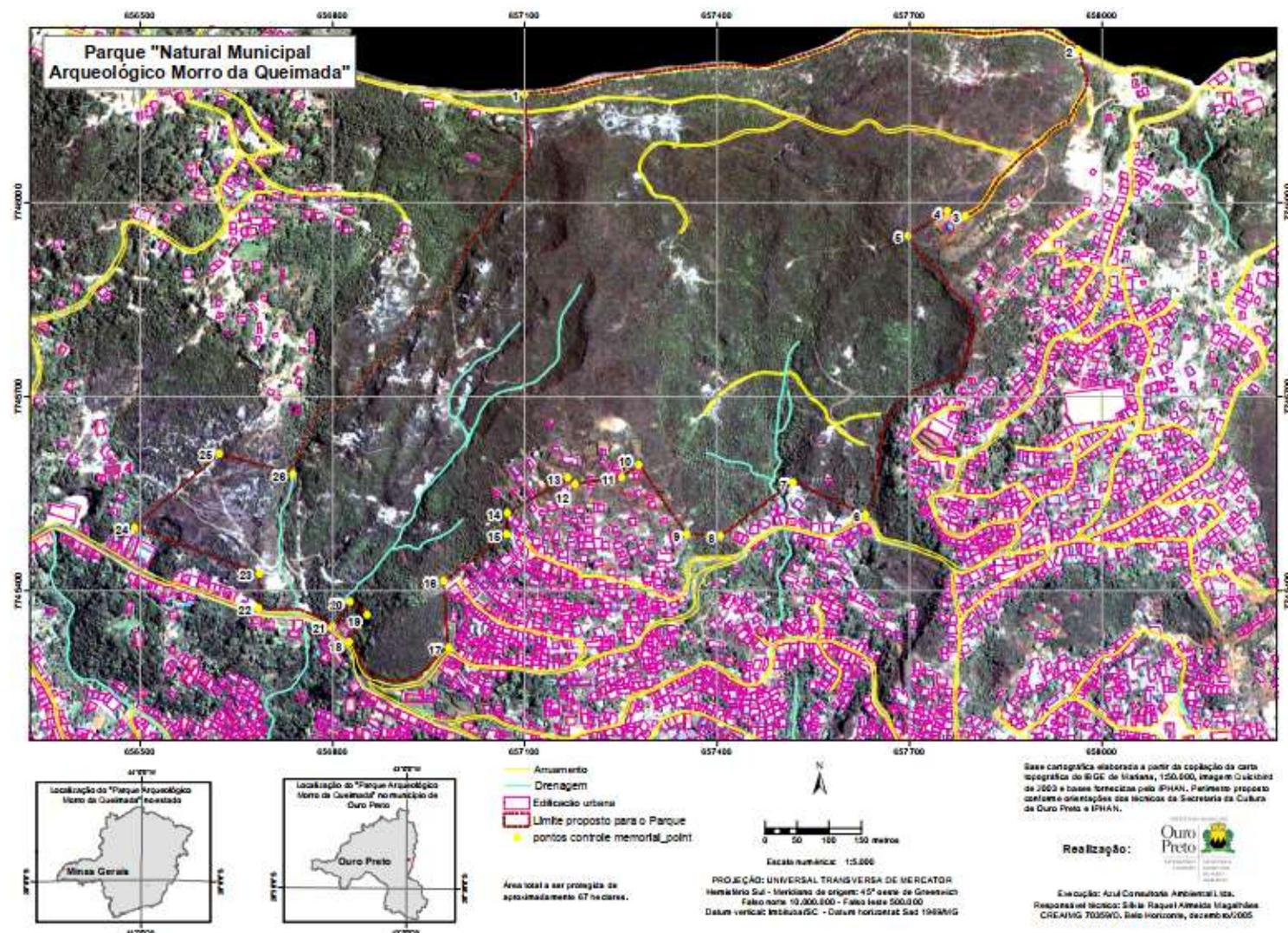
Fonte: Arquivo Público Mineiro.

ANEXO B – Planta da Cidade de Ouro Preto



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

ANEXO C – Área levantada pelo Projeto de Implantação do Monumento Municipal Arqueológico do Morro da Queimada



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ANEXO E – Relação de Bens Tombados e Registrados em Ouro Preto

RELAÇÃO DE BENS TOMBADOS E REGISTRADOS EM OURO PRETO

Relação de bens tombados, registrados e inventariados no Município de Ouro Preto

OURO PRETO					
Categoria	Denominação do bem	Localização	Nível de Proteção	Ano/órgão do inventário	Data do tombamento
Núcleo Histórico	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico	"Caminho Tronco" (bairros Cabeças, Rosário, Pilar, Centro, "Lajes", Antônio Dias, Barra, Alto da Cruz, Padre Faria e adjacências)	Municipal e federal	2002/IPHAN 2009 e 2010/PMOP	19/09/1931, em 14/01/2010 (municipal); 20/4/1938 (federal)
Bens Imóveis	*Casa dos Contos	Rua São José – Centro	Federal	1987/IPHAN	9/1/1950
Bens Imóveis	*Museu da Inconfidência (Antiga casa de Câmara e Cadeia)	Praça Tiradentes – Centro	Federal	1987/IPHAN	29/11/1954
Bens Imóveis	*Escola de Minas (Antigo Palácio dos Governadores)	Praça Tiradentes – Centro	Federal	1987/IPHAN	13/3/1950
Bens Imóveis	Capela do Senhor Bom Jesus das Flores	Taquaral (depois do chafariz do Taquaral, na saída pra Mariana)	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	Capela de Nossa Senhora da Piedade	Rua Nossa Senhora da Piedade – Piedade	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Capela de Nossa Senhora das Dores	Alto das Dores	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Capela de Nossa Senhora do Rosário (ou Capela do Padre Faria)	Rua Padre Faria – Padre Faria	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	Capela de Santana	Praça Santana - Morro de Santana	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	Capela de São João Batista do Ouro Fino	Praça São João do Ouro Fino - Morro de São João	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	Capela de São Sebastião	Rua Rio Grande - Morro de São Sebastião	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Capela do Senhor do Bonfim	Rua Antônio Albuquerque – Pilar	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Oratório da Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Santa Efigênia	Antônio Dias	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo)	Largo Musicista J. dos Anjos - Centro	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Rua Brigadeiro Musqueteira – Centro (ao lado do Museu da Inconfidência)	Federal	1987/IPHAN	20/4/1938
Bens Imóveis	*Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar	Praça Mons. Castilho Barbosa – Pilar	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939

Bens Imóveis	*Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Largo do Rosário – Rosário	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja de Santa Efigênia	Rua Santa Efigênia – Alto da Cruz	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja de São Francisco de Assis	Largo de Coimbra – Centro	Federal	1987/IPHAN	4/6/1938
Bens Imóveis	*Igreja de São Francisco de Paula	Rua Pe. José Marcos Pena – São Cristóvão	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja de São José	Rua Teixeira Amaral – Centro	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Rua Alvarenga – Cabeças (ao lado do Colégio Arquidiocesano)	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Praça Antônio Dias – Antônio Dias	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de Cima)	Rua Padre Rolim – Centro (próximo a Escola de Minas)	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Passo da Ponte Seca	Rua Donato da Fonseca – Rosário	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Passo da Praça Tiradentes (esquina com a Rua Conde de Bobadela ou "Rua Direita")	Praça Tiradentes – Centro	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Passo da Rua Getúlio Vargas	Rua Getúlio Vargas – Rosário	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Passo da Rua São José	Rua São José – Centro (próximo a Ponte dos Contos)	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Passo de Antônio Dias	Rua Bernardo Vasconcelos – Antônio Dias (esquina com a Rua Carlos Tomás)	Federal	1987/IPHAN	8/9/1939
Bens Imóveis	*Chafariz do Glória	Rua Antônio Albuquerque – Pilar	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Chafariz do Largo Marília	Largo de Marília de Dirceu – Antônio Dias	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Chafariz de São José ou dos Contos	Praça Reinaldo Alves de Brito – Centro	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Chafariz do Alto da Cruz	Rua Padre Faria – Padre Faria	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Chafariz do Alto das Cabeças	Rua Alvarenga – Cabeças (próximo à FAOP-Casa Bernardo Guimarães)	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Chafariz de Antônio Dias	Rua Bernardo Vasconcelos – Antônio Dias (esquina com a Rua Cláudio Manoel)	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Ponte da Barra	Rua Antônio Martins – Barra	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Ponte de Marília (Ponte de Antônio Dias)	Largo Marília de Dirceu – Antônio Dias	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950

Bens Imóveis	*Ponte dos Contos (Ponte de São José)	Rua São José – Centro (ao lado da Casa dos Contos)	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Ponte do Pilar	Rua do Pilar – Pilar (atrás da Igreja Matriz do Pilar)	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Ponte do Rosário	Rua Alvarenga - Rosário	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	*Ponte Seca	Bairro do Rosário	Federal	1987/IPHAN	19/6/1950
Bens Imóveis	Fazenda São José do Manso	Parque Estadual do Itacolomy	Estadual	1998/ IEPHA	22/9/1998
Bens Imóveis	**Ponte Zero	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 6.90	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Ponte da Rancharia 1	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 7.70	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Ponte da Rancharia 2	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.05	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Ponte da Rancharia 3	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.10	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Ponte Falcão	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.50	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Ponte do Caveira	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 10.70	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Bueiro Serra do Itatiaia	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 11.60	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Arrimo de Bueiro Curvo	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.00	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Bueiro Conjunto Calixto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.10	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Bens Imóveis	**Ponte do Calixto	Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.60	Municipal	2006/PMOP-SMPDU	28/11/2006
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico	Cemitério, Capela de São Miguel Arcanjo e seu acento	Rua Hugo Soderi, s/nº - Saramenha	Municipal	2008/PMOP-SMPDU	18/9/2008
Bem Móvel	Conjunto de Bustos Relicários (04 peças) atribuído à Oficina de Aleijadinho	Museu Aleijadinho – Santuário de N. Sra. Da Conceição de Antônio Dias	Municipal	1987/IPHAN 2010/PMOP - SMPDU	06/07/2008

* Bens inseridos no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado possuindo tombamento específico.

** Bens imóveis que em conjunto compõem o "Conjunto de Obras de Arte da Estrada Real".

Fonte: Arquivo Prefeitura de Ouro Preto.